

RUA LARGA



S U M Á R I O

4 • A avaliação, quando nasce, é para todos • Fernando Seabra Santos

REITORIA EM MOVIMENTO

6 • Governos e reformas do ensino superior • A. J. Avelãs Nunes

9 • D'este *falar* aqui neste papel descrito • Cristina Robalo Cordeiro

OFICINA DOS SABERES

A c t u a l

13 • O artista como intelectual: no centenário de Lopes-Graça • Teresa Cascudo e Isabel Luciano

14 • Movimento estudantil: dilemas e perspectivas • Rui Bebiano

15 • A decisão: ciclo de conferências • Carlos Henggeler Antunes e Luís Cândido Dias

17 • Ser Coro Misto há 50 anos • Direcção do CMUC

I m p r e s s õ e s

20 • Actividade física e saúde • Paula Tavares

22 • Música portuguesa? Que música portuguesa? • José Braga

24 • Des-continuidades Portugal-Brasil • Jorge Figueira

26 • Para além de Saturno • Marco Daniel Duarte

B r e v e s

R i b a l t a

30 • INESC Coimbra: 20 anos de intervenção • Carlos Henggeler Antunes e João Clímaco

32 • CAE: uma receita com sucesso na Figueira da Foz • Nuno Encarnação

35 • Linha SOS Estudante • Inês Santos

C i ê n c i a R e f l e c t i d a

36 • Café, uma bênção dos deuses! • Rodrigo A. Cunha

A O L A R G O

[D o s s i ê]

B a i x a R e v i s i t a d a

39 • Reencontro com a Baixa de Coimbra • Raimundo Mendes da Silva

40 • SRU: Passos para renovar a Baixa • João Paulo Craveiro

42 • Sociologia: Enunciar a Baixa de Coimbra • Carlos Fortuna

44 • Arquitectura: Levantamento para apoiar a decisão • Walter Rossa

46 • Engenharia Civil: Patologia dos edifícios • Eduardo Júlio

48 • SIG: Uma nova imagem da Baixa • João Coutinho

50 • O espaço dos que chegam à cidade • Jorge Gouveia Monteiro

E n t r e v i s t a

52 • A dignidade, segundo José Mattoso

C r ó n i c a

60 • Turismo de natureza • Jorge Paiva

R e t r a t o d e C o r p o I n t e i r o

63 • Há'u nia naran Norberta [Eu chamo-me Norberta]

C r i a ç ã o L i t e r á r i a

66 • Vai um café, Camarada? • Luís Cardoso

O L u g a r d o s L i v r o s

A g e n d a

A AVALIAÇÃO, QUANDO NASCE, É PARA TODOS

FERNANDO SEABRA SANTOS*

Desde 1988 que a actividade das universidades decorre, no nosso país, ao abrigo da chamada Lei de Autonomia. Constitucionalmente consagrada como indispensável ao cumprimento da missão das universidades e intensamente desejada por todos (ou não tivesse sido ela aprovada por unanimidade na Assembleia da República), a autonomia representava, de facto, coisas diferentes, para uns e para outros. Aos universitários, a quem compete exercê-la, a autonomia confere maior capacidade de intervenção directa, maior poder e responsabilidade. Para os membros do Governo e deputados, a quem compete regulá-la, ela constitui, sobretudo, um excelente resguardo relativamente ao desgaste que o envolvimento numa área política sensível sempre provoca. E tem sido assim ao longo dos últimos quase vinte anos. Sempre que uma decisão mais difícil é requerida em sede de definição de regras ou de regulação do sistema – matérias que só ao Estado compete decidir – a questão é perversamente atirada para a esfera da autonomia das instituições e da concorrência entre elas. A todos ocorrem, com profusão, exemplos do que acabo de dizer. Nos últimos anos, foi assim com as propinas, está a ser assim com o processo de Bolonha.

4

Na generalidade dos países europeus, do norte e do sul, do leste e do oeste, com culturas políticas diversas e governos de distintas áreas ideológicas, existem mecanismos de regulação que impedem que um mesmo curso tenha durações diferentes em escolas diferentes; ou que, por exemplo, uma escola de engenharia possa decidir que os seus estudantes não precisem de saber matemática à entrada. Não se trata, pois, de uma questão de geografia ou de ideologia, mas apenas de bom-senso. Em todo o lado se compreende, menos em Portugal, que a sub-regulação do sistema favorece a concorrência desqualificada e a conseqüente diminuição

da qualidade; que não é ajuizado esperar que as instituições, postas em concorrência num quadro de diminuição da procura, sejam capazes de se auto-regular. Se mecanismos de regulação existem nos outros países, não é porque as escolas tenham decidido, autonomamente, aplicá-los, mas porque os respectivos governos entendem que não podem deixar estas decisões ao critério das instituições. E nenhuma dessas escolas em nenhum desses países sente que a sua autonomia está a ser posta em causa.

Não é, pois, de falta de autonomia que o nosso sistema padece, mas sim de falta de Estado. O Ensino Superior português é dos menos regulados (para não dizer o menos regulado) de toda a Europa e é com este diagnóstico que é necessário agir.

A autonomia universitária assenta em três pilares: i) definição da missão e do quadro de funcionamento; ii) atribuição de recursos; iii) avaliação do sistema. Coerentemente definidas e racionalmente articuladas, estas três componentes são a base de sustentação do contrato social através do qual o Estado comete às universidades a responsabilidade de preparar, técnica e culturalmente, as sucessivas gerações de cidadãos. Ora, se um e outras, Estado e universidades, estão igualmente envolvidos nas duas primeiras, não podem deixar de ser, os dois, objecto da última. No momento em que se inicia um extenso processo de avaliação do sistema a ser conduzido pela OCDE, cujas conclusões se espera que haja vontade e capacidade para levar à prática, é forçoso que se considere igualmente em avaliação o papel e a acção do Estado na definição do quadro de funcionamento do sistema.

A avaliação, quando nasce, é para todos.

* Reitor da Universidade de Coimbra

reitoria em movimento

A. J. AVELÃS NUNES *

É quase sempre assim. Quando se anunciam grandes montanhas, estas acabam por parir pequenos ratos. Foi o que aconteceu com o programa, anunciado pelo ministro Pedro Lynce, no início do governo presidido por Durão Barroso.

Anunciou-se um pacote legislativo que incluía uma nova Lei de Bases, uma nova Lei da Autonomia, uma nova Lei do Financiamento, um novo Estatuto da Carreira Docente, para além da legislação de enquadramento das reformas decorrentes do chamado Processo de Bolonha.

Era um programa ambicioso e arriscado. As linhas orientadoras divulgadas pelo Ministério apontavam para soluções que justificavam as profundas preocupações que a UC teve a oportunidade de tornar públicas, em textos de análise dos documentos emanados do Ministério.

POUPAR NA EDUCAÇÃO

Movido pelo desejo de poupar dinheiro para ajudar a resolver o problema do défice, o governo subverteu toda a lógica do programa legislativo anunciado, começando por aprovar uma lei do financiamento que justifica as mais sérias críticas.

Ignorando que as despesas com a educação e a investigação científica são os investimentos públicos mais reprodutivos, o governo decidiu aumentar as propinas pagas pelas famílias e cortar nas verbas transferidas do OE. Para além do retrocesso social que isso representa, é um erro político grave pensar-se que a equação do financiamento das universidades públicas pode passar pelo aumento das propinas, mesmo que esse aumento seja excessivamente elevado, como foi o caso.

Acresce que o governo, parecendo apostado em provocar a ingovernabilidade das universidades públicas, não assumiu a sua responsabilidade de fixar o montante das propinas, preferindo lançar esse ónus para as universi-

dades, “condenadas”, ainda por cima, a definir o respectivo montante todos os anos.

MUDANÇAS NO GOVERNO E NAS PRIORIDADES

Substituído o ministro, cedo se percebeu que a nova responsável, apesar de integrar o mesmo governo, não estava muito interessada no desenvolvimento do referido pacote legislativo. A prioridade foi para a implementação do Processo de Bolonha. Com a substituição do primeiro-ministro, ficou claro que a reforma da legislação sobre o ensino superior iria permanecer na gaveta. Os que discordavam das opções do governo (anunciadas ou subentendidas) terão ficado aliviados. Mas os problemas continuaram por resolver.

O novo governo saído de eleições antecipadas não dedicou muita atenção aos problemas do ensino superior. Durante a campanha eleitoral, o actual primeiro-ministro fez questão de sublinhar que o seu governo não iria mexer na questão das propinas, avalizando, por isso, neste aspecto, a política do governo anterior.

Em seu favor, o governo poderá invocar que, apesar deste anúncio, os portugueses lhe deram maioria absoluta para governar. É verdade que sim. E não está em causa a sua legitimidade. Penso, no entanto, que a questão foi mal conduzida e mal resolvida. E a lógica que ditou a solução adoptada pelo governo de Durão Barroso parece ser a mesma que agora justifica que o orçamento da UC para 2006 sofra uma quebra de 3,5 por cento em termos nominais (relativamente a 2005), quebra que, em termos reais, se cifra entre 8 e 10 por cento. Ainda por cima, nada mudou em termos dos apoios concedidos às famílias pelos Serviços de Acção Social. A UC assumiu ser seu dever tentar minorar as dificuldades decorrentes do aumento das propinas para os estudantes mais carecidos, através da constituição de um Fundo de Apoio Social, aprovado pelo Senado por proposta do Reitor.

ALTERAÇÕES DE PORMENOR

A estratégia do actual Governo parece ser a de promover pequenas alterações pontuais à legislação em vigor, uma vez que nada se sabe das intenções governamentais no que toca à Lei da Autonomia e ao Estatuto da Carreira Docente.

No que toca à Lei de Bases, as alterações aprovadas na AR, por proposta do governo, pela Lei n.º 49/2005, limitam-se à definição de novas vias de acesso ao ensino superior, à consagração dos cursos de especialização tecnológica, à adopção do sistema europeu de créditos e à redefinição dos graus académicos para viabilizar algum avanço do Programa de Bolonha.

Creio que o governo continua a deixar na sombra questões essenciais para se ver com alguma clareza o que se pretende com as reformas do sistema universitário impulsionadas pelo Processo de Bolonha, dando razão a quem pensa que o processo pode encobrir uma agenda oculta inconfessável. Os seus defensores costumam dizer que a implementação do Processo de Bolonha é uma oportunidade única para reestruturar o nosso sistema de ensino superior. Oxalá não seja mais uma oportunidade perdida. Por mim, temo que se esteja a caminhar no sentido de uma pulverização ainda maior do sistema público de ensino superior, abandonando-o a práticas oportunistas e nada transparentes, com prejuízo da própria mobilidade dos estudantes dentro do país. Um exemplo: porque não assume o governo que cursos com o mesmo conteúdo devem ter a mesma designação e a mesma duração e devem estar sujeitos aos mesmos critérios de acesso (formação de base e disciplinas específicas, v.g.)?

BOLONHA E A EMPREGABILIDADE

Os textos programáticos dizem que a licenciatura abre o caminho à empregabilidade. Ora o que se sabe da experiência de alguns países europeus é que, ao menos em algumas áreas, os titulares de uma licenciatura de três anos não conseguem encontrar emprego. Seria um luxo perdulário se um país pobre como o nosso estivesse

a preparar licenciados que não vão encontrar um posto de trabalho compatível. O governo tem de esclarecer este assunto. Por exemplo: se houver licenciados em Direito com três anos, o que vão eles fazer? Podem exercer as profissões jurídicas tradicionais (magistratura, advocacia, notariado, etc.) ou não? Caso negativo, quais as saídas profissionais? Se esses licenciados não servirem para nada, todos terão direito de fazer o 2º ciclo, para obter o grau de mestre? E vai o Estado assumir a responsabilidade de financiar o 2º ciclo em moldes idênticos aos do 1º ciclo?

A pergunta que se faz para essa licenciatura de três anos pode fazer-se para uma licenciatura que perfaça 240 créditos ECTS, concluída em oito semestres. Estes licenciados podem ser advogados, magistrados, notários, conservadores, embaixadores? A meu ver, tal seria perfeitamente possível. Mas é de recear que os interesses corporativos advoguem solução contrária. Cabe ao governo esclarecer tudo isto, assumindo a responsabilidade política das opções tomadas. E terá de fazê-lo a curtíssimo prazo, até porque as várias faculdades só poderão fazer seriamente a programação dos cursos dos três ciclos do ensino universitário se estes pontos estiverem esclarecidos.

FINANCIAMENTO DO 2.º CICLO

É também imperioso que o governo diga, preto no branco, o que pensa fazer em matéria de financiamento dos cursos do 2º ciclo. Para continuar com o exemplo anterior: se uma licenciatura de quatro anos não der acesso às profissões jurídicas clássicas, o governo financia ou não o 2º ciclo nos mesmos moldes da licenciatura? Se o não fizer, estamos perante o maior retrocesso social de que tenho memória. O anteprojecto de decreto-lei publicitado pelo ministério a 12 de Janeiro não esclarece cabalmente esta matéria, a menos que se entenda que é absolutamente livre a opção por mestrados que consistem em um ciclo de estudos integrado, com uma duração entre dez e 12 semestres. Ficaria então claro, creio eu, que a licenciatura (de seis ou oito semestres) não seria mais do que a 1ª parte de um ciclo inte-

grado, servindo apenas para dar entrada no 2º ciclo, sem qualquer préstimo em termos de empregabilidade. Isto mesmo justifica a urgência de se saber se todos os que concluem um ciclo têm direito a passar ao ciclo seguinte, nomeadamente no que toca ao acesso ao 2º ciclo. Continuando com o exemplo dos licenciados em Direito, o estabelecimento de barreiras de acesso ao mestrado será dramático e injusto se os licenciados (que não recebem nenhuma formação profissional) não tiverem acesso às profissões já referidas. Ora o art. 26º do anteprojecto citado aponta no sentido de só alguns terem acesso ao curso que conduz ao grau de mestre, uma vez que refere um sistema de vagas (*numerus clausus*) e fala de critérios de selecção e seriação. Com a agravante de abdicar da fixação de critérios gerais estabelecidos por lei geral, confiando a responsabilidade de regular estas matérias aos órgãos legal e estatutariamente competentes de cada estabelecimento de ensino superior.

Qualquer que seja a solução dada, em última instância, a esta questão, uma coisa é certa: vai aumentar muito (e ainda bem) o número de estudantes dos cursos de mestrado e de doutoramento. O governo deve preparar-se, por isso mesmo, para investir mais dinheiro no ensino superior. As universidades vão precisar de mais professores qualificados, de mais salas de aula, de melhores bibliotecas, de mais salas de leitura com acesso às novas tecnologias de informação, de mais e melhores laboratórios. Se o governo pensa poupar dinheiro à custa do Processo de Bolonha, este não passará de pura mistificação e o país pagará muito caro por isso.

* Vice-Reitor para a Reforma Institucional e a Cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa e América Latina
(Fevereiro de 2006)



CRISTINA ROBALO CORDEIRO *

Não é, infelizmente, de António Lobo Antunes que vou falar nem das cartas de amor que quis recentemente oferecer aos seus leitores. Do que eu quero falar é *apenas* da língua que ele fala, que eu falo e, comigo, aqueles que pararem nesta página. Esse *falar* é aquele que dá pelo nome de português, língua que todos aprendemos e cujos segredos fomos desvendando ao longo da vida, desde o momento da nossa primeira articulação vocálica consciente e comunicativa. E se os nossos grandes escritores nos dão a sentir todo o génio desta língua, a riqueza que neles colhemos denuncia cruelmente, por contraste, a pobreza do português que se fala e que se escreve fora do campo da criação literária. Que o insucesso escolar, em todas as disciplinas e a quase todos os níveis, esteja ligado a uma mestria insuficiente da língua, é uma constatação tão perturbadora quanto esclarecedora. Perturbadora porque, na complexidade das suas implicações, nos põe colectiva-

mente em causa. Esclarecedora, na medida em que aponta firmemente a prioridade que deve orientar o nosso esforço.

A “BOA LÍNGUA”

A língua é um bem comum e cada um de nós dela é utente e responsável. O mal-estar que a afecta releva tanto da história quanto do mundo actual e das suas determinações. A ordem e a norma outrora inculcadas nos espíritos desde a escola primária – mas quem aceitará hoje ser árbitro deste jogo cujo código é o da “boa língua”?... – foram progressivamente substituídas por uma *confusio linguarum*, e a *babelização* da nossa sociedade é apenas um sintoma, entre outros, da complexificação do universo em que somos chamados a viver. Mas haverá sintoma

E se Fernando Pessoa afirma –
 “A minha pátria é a língua portuguesa”
 – e Mia Couto, em abraço lusófono
 que recusa qualquer
 “nacionalismo” intempestivo, reescreve –
 “A minha pátria é a *minha* língua portuguesa” –,
 é porque a *nossa* língua é um organismo vivo
 e plural, que cresce e se transforma,
 não em “gramáticas oficiantes”
 que limitam o génio do homem,
 mas, como diz Nuno Júdice,
 em palavras como
 “solicitação aventureira da exigência”.

mais ambíguo do que este que pode igualmente ser interpretado como um sinal de evolução positiva? Não foi Roland Barthes quem escreveu, em jeito de provocação, que “a língua é fascista”? Se assim é, a multiplicação dos sistemas de signos possui algo de libertador! Mas será bem assim?

Deixo aos “especialistas” a muito difícil tarefa de clarificar os factores e os aspectos da grande “crise linguística” que atravessamos. Na prática, as coisas devem ser simplificadas, para que a acção se torne possível. Não se trata já de travar uma luta vitoriosa contra os erros de ortografia ou outras transgressões gramaticais que, embora tão lamentáveis, deveriam já ser, na era informática, um anacronismo. O insucesso escolar não se limita a um problema de ortografia... Ao invés, se é verdade que, segundo as ciências cognitivas, o mau domínio da língua materna limita as performances da inteligência em diversos planos (o da lógica e concatenação de ideias, o da apreensão e interpretação do abstracto, o da conceptualização), não vemos como a aprendizagem de todas as outras disciplinas não se encontraria também gravemente afectada pelas inaptidão sintáctica e indigência lexical que inviabilizam qualquer estruturação mental de um pensamento coerente e substantivo. E aqui, o lamento dos colegas de Matemática ou de Direito tem tanto sentido quanto o de um professor de Literatura ou de Psicologia.

CONTRA O DERROTISMO, A EXIGÊNCIA

Cairemos na tentação de incriminar o ensino básico ou o secundário? O meio familiar ou o envolvimento mediático? Ou não serão eles culpados fáceis que nos desresponsabilizam nesta urgência de “ensinar a ler e a escrever” em toda a extensão do sentido? Abandonemos então o derrotismo e o marasmo e lancemos mãos à obra, com rigor, paciência e motivação, nesta reconquista do que nos identifica e nos distingue, esse imenso património que funda a memória

que colectivamente partilhamos. E esta é, sem dúvida, uma decisão política: como imaginar um país que renuncia a si mesmo e abandona as suas tradições identitárias (sendo a língua nacional a mais preciosa de todas) e não busca a energia criadora necessária ao progresso cultural, científico e económico numa consciência renovada da língua e da cultura por ela veiculada – no contacto salutar e fraterno com as outras línguas e as outras culturas?

E se Fernando Pessoa afirma – “A minha pátria é a língua portuguesa” – e Mia Couto, em abraço lusófono que recusa qualquer “nacionalismo” intempestivo, reescreve – “A minha pátria é a *minha* língua portuguesa” –, é porque a *nossa* língua é um organismo vivo e plural, que cresce e se transforma, não em “gramáticas ofi-ciantes” que limitam o génio do homem, mas, como diz Nuno Júdice, em palavras como “solicitação aventureira da exigência”.

Uma tal exigência implica, em termos de pedagogia, firmeza e confiança. Que medidas concretas instituir para que os nossos estudantes tomem consciência da necessidade de respeitar a nossa língua e, através dela, a sua própria cultura e inteligência? Certamente que há resoluções e decisões colegiais a tomar, em nome dessa qualidade do ensino hoje por todos tão reivindicada. Mas é, antes de mais, a cada um que compete estar vigilante.

É por isso que, nos momentos em que precisamos de coragem, é bom abrir um bom livro, como essas cartas de amor – *D'este viver aqui neste papel descripto* – onde um grande escritor nos revela menos um passado sentimental do que o futuro radioso do nosso idioma.

* Vice-Reitora para o Ensino, Pedagogia e Internacionalização



oficina
Dos Saberes

NO EXCESIV
NO PARA DURAN
LA MARCHA

NO
TRA
MAQUIN

A C T U A L



O ARTISTA COMO INTELLECTUAL NO CENTENÁRIO DE FERNANDO LOPES-GRAÇA

O Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, coordenado por Luís Reis Torgal, e o Grupo de Investigação "Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais" coordenado por António Pedro Pita, vão realizar o Congresso Internacional "O Artista como Intelectual. No centenário de Fernando Lopes-Graça". O colóquio, com coordenação de Teresa Cascudo, realiza-se no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra de 26 a 29 de Abril de 2006.

O congresso reúne a participação de investigadores das universidades de Coimbra, Évora, ISCTE, Nova de Lisboa, de Aveiro, do Algarve, de Braga, Tuiuti do Paraná, de São Paulo, Federal do Rio de Janeiro e do Amazonas, Graz, Salamanca, Valladolid, Complutense, Granada, Oviedo, Geórgia e Indiana, Oxford, Oslo, Jean Moulin, Lyon 3, e musicólogos e compositores nacionais e internacionais. Paralelamente, irão decorrer no Teatro Académico de Gil Vicente acções de divulgação da obra musical de Fernando Lopes-Graça através de concertos, entre os quais um recital do pianista António Rosado e um programa especial destinado ao público mais jovem.

BIOGRAFIA E OPORTUNIDADE DO CONGRESSO

O compositor Fernando Lopes-Graça (1906-1994) é uma figura incontornável da cultura portuguesa do século XX.

Síntese do programa:

26 de Abril • [Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra] • **16h00**: Sessão de abertura • **17h00**: Conferência inaugural: "Lá vamos cantando e rindo... A música na política cultural do Estado Novo" por Rui Vieira Nery (Fundação Calouste Gulbenkian/Universidade de Évora/INET) • **18h30-20h00**: Mesa redonda: Fernando Lopes-Graça no século XXI.

27 de Abril • [Auditório da Reitoria da UC] • Conferências diversas. Visite www.ceis20.uc.pt. Painéis "Moderno/Pós-moderno", "O artista como intelectual I", "Formas de sonata e narratividade" e "Tradição e modernidade na composição musical" • [Teatro Académico de Gil Vicente] • **19h00**: Recital de canto e piano. Ana Ester Neves e João Paulo Santos interpretam canções de Fernando Lopes-Graça sobre textos de Eugénio de Andrade e poetas de Coimbra.

28 de Abril • [Auditório da Reitoria da UC] • Conferências por Christiane Heine (Universidade de Granada, 9h00) e Luís Augusto Costa Dias (CEIS20, 14h30), Painéis "Intercâmbios artísticos", "Arte e comunismo", "O artista como intelectual II" e "Recepções do Modernismo". • [Teatro Académico de Gil Vicente] • **19h00**: Concerto pelo Quarteto Cappella, com Miguel Borges Coelho – Orquestra Gulbenkian. Obras de Fernando Lopes-Graça, Shostakovich e Joly Braga Santos.

29 de Abril • [Auditório da Reitoria] • **10h00**: Conferência por Jane Fulcher (Indiana University) • Painéis "O artista como intelectual III" e "Paralelos Brasil-Portugal" • [Teatro Académico de Gil Vicente] • **19h00**: Recital de piano por António Rosado.

Org: CEIS 20 • Tel: 239-70-88-70. Fax: 239-70-88-71 • ceis20@ci.uc.pt • www.ceis20.uc.pt

Como compositor, pianista, pedagogo, crítico, ensaísta e, ainda, como organizador de eventos musicais e estudioso da música tradicional portuguesa marcou de forma determinante a actividade musical em Portugal. Lopes-Graça partiu de premissas estéticas modernistas. Os acontecimentos históricos das décadas de 30 e 40 inscreveram os propósitos modernistas numa consciência social mais aguda e definiram uma posição política clara (foi militante do Partido Comunista Português) e muito interveniente num plano cívico. Assim, Fernando Lopes-Graça deu uma forma peculiar às relações entre as correntes modernistas, a recuperação da tradição e o envolvimento político activo.

Por isso, o congresso pretende focar a inserção da sua personalidade, da sua obra e da sua intervenção nos vários contextos a que pertenceu. Uma reflexão em torno de alguns conceitos fundamentais nos discursos artísticos contemporâneos de Lopes-Graça – nomeadamente em Portugal e no Brasil, mas também em França, o país onde o compositor encontrou algumas das suas principais referências culturais, e Espanha, um país cuja vida artística tem traços comuns com a portuguesa – será de grande utilidade para a compreensão aprofundada da sua obra.

TERESA CASCUDO E ISABEL LUCIANO
CEIS 20

MOVIMENTO ESTUDANTIL DILEMAS E PERSPECTIVAS

Vai realizar-se em Coimbra, nos próximos dias 24 e 25 de Maio, no Auditório da Faculdade de Economia, o colóquio internacional *Movimentos Estudantis: dilemas e perspectivas*, organizado no âmbito das actividades do projecto de investigação *Culturas Juvenis - Diferença, indiferença e novos desafios democráticos*, a decorrer no Centro de Estudos Sociais com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O seu objectivo é dar a conhecer produção científica e confrontar experiências que, sob uma perspectiva compreensiva, pluridisciplinar e transgeracional, sobre o tema têm vindo a ser produzidas. Observados, no passado, de uma forma frequentes vezes empírica, por vezes mais vivencial e emotiva do que informada e reflexiva, os movimentos estudantis – adquirindo maior destaque e autonomia a partir da década de 1960 – são movimentos sociais de um novo tipo, dotados em regra de um impacto político bastante superior aquele que poderia sugerir a limitada dimensão demográfica do sector da sociedade que neles intervém. Requerem, por este motivo, uma atenção reflexiva para a qual este colóquio pretende contribuir. A sua realização em Coimbra não pode também deixar de ter em linha de conta o passado e o presente das movimentações estudantis para a vida da Universidade e da própria cidade.

DIFERENTES ABORDAGENS, DIFERENTES PERSPECTIVAS

O colóquio comportará três vertentes diferenciadas, às quais corresponderá idêntico número de sessões de trabalho. A primeira (*Transformação Social, Culturas Juvenis e Movimentos Estudantis*) possui como objectivo apresentar contributos de cientistas sociais prestigiados, nela se pretendendo abordar e discutir algumas das principais tendências de transformação social das últimas décadas, centrando o

debate nos movimentos sociais e no activismo estudantil, à luz do seu enquadramento histórico, cultural e social, com um enfoque particular na realidade portuguesa e europeia.

Na sessão de trabalho seguinte (*Espacialidades e Dinâmicas*), proceder-se-á à divulgação e discussão dos resultados de estudos muito recentes que cobrem temáticas como os movimentos e protestos estudantis (desde os anos sessenta até à actualidade), expectativas, atitudes e práticas de participação cívica dos jovens, trajectórias e saídas profissionais dos estudantes de ensino superior, e o papel das culturas urbanas sob influência da população universitária. Nela se procurarão também debater as dinâmicas e impactos dos movimentos e culturas estudantis num contexto cidadão.

Finalmente, a terceira e última sessão (*Experiências e Desafios*) possuirá o formato de uma mesa-redonda, com a presença de antigos e de actuais activistas e dirigentes académicos nacionais. Nela se procurará produzir um contraponto entre diferentes experiências e contextos históricos do movimento estudantil português, no sentido de detectar e de questionar as suas linhas de ruptura e de continuidade, bem como de inventariar os dilemas e desafios com que se debateram e debatem as lutas dos estudantes, na sua relação com o meio político dentro do qual ocorrem.

O colóquio *Movimentos Estudantis: dilemas e perspectivas* será dirigido a especialistas provindos de diferentes áreas disciplinares, mas também à população universitária docente e discente, bem como a todos os interessados no tema. O programa das diversas sessões pode ser consultado na caixa que se encontra nesta página. Poderá obter-se informação mais detalhada em <http://cjuvenis.ces.uc.pt>, através do endereço cjuvenis@ces.uc.pt ou do telefone 239855570/80.

RUI BEBIANO
CES/FLUC

24 de Maio • 14h30: Sessão de Abertura • **16h00:** *Transformação Social, Culturas Juvenis e Movimentos Estudantis*. Com Colin Barker (Manchester Metropolitan University), Miguel Gómez Oliver (Universidad de Granada), António Firmino da Costa (ISCTE) e Elísio Estanque (FEUC-CES, moderador).

25 de Maio • 10h30: *Espacialidades e Dinâmicas*. Com José Manuel Mendes (CES-FEUC), Claudino Ferreira (CES-FEUC), Miguel Cardina (Historiador, doutorando da FLUC), Ana Drago (Deputada, doutoranda da FEUC), Ana Delicado (ICS - Universidade de Lisboa), Ana Paula Marques (Universidade do Minho) e Rui Bebiano (FLUC-CES, moderador) • **15h00:** *Experiências e Desafios* (mesa-redonda). Com Rui Namorado, Hélder Costa, Diana Andringa, José Neves, Zita Henriques, Miguel Duarte, Ana Sofia Pinto e Maria Manuela Cruzeiro (CD25 de Abril, moderadora) • **17h30:** Conclusões e Sessão de Encerramento.

A DECISÃO CICLO DE CONFERÊNCIAS INTERDISCIPLINAR

Quando o Instituto de Investigação Interdisciplinar da UC (III-UC) solicitou ao INESC Coimbra ideias para conferências interdisciplinares, o tema “a decisão” surgiu naturalmente, dado o interesse científico dos seus investigadores pelas áreas de investigação operacional e de análise de decisão. O tema da decisão não se esgotava, porém, naquelas áreas e facilmente identificámos outras disciplinas científicas com interesse e potencial de intervenção na mesma temática. Acolhida a sugestão, o III-UC organizou, em parceria com o INESC Coimbra e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), um “Ciclo de Conferências sobre Decisão”. Realizaram-se duas sessões diárias, com duas conferências cada, seguidas por comentários de investigadores portugueses, a preceder o alargamento da discussão à audiência.

SÍNTESE DAS CONFERÊNCIAS

As duas primeiras conferências deste ciclo decorreram a 14 de Outubro de 2005, na sala Keynes da FEUC. De manhã, Paul Slovic, da Universidade de Oregon e do centro Decision Research, de que é fundador, apresentou uma perspectiva da área da Psicologia. Paul Slovic é autor de numerosas obras sobre o julgamento humano, a tomada de decisão e a análise de risco. Recebeu prémios de mérito científico da Society for Risk Analysis e da American Psychological Association, sendo ainda Doutor *Honoris Causa* pela Stockholm School of Economics e pela University of East Anglia. Na sua conferência, intitulada “The Affect Heuristic: Exploring the psychological foundations of judgment and decision making”, Paul Slovic falou sobre a forma como o afecto intervém no julgamento humano, no que apelidou de “dança entre afecto e razão”, referindo ainda as implicações de recentes experiências acerca da percepção de riscos. Seguiu-se um comentário por Armando Mónica de Oliveira (FPCE-UC).

Durante a tarde, uma outra perspectiva – a da Investigação Operacional – foi apresentada por Alexis Tsoukiàs, docente da Universidade de Paris-Dauphine. Alexis Tsoukiàs é investigador do CNRS, dirigindo a unidade de Apoio à Decisão do

Laboratoire d'Analyse et Modélisation de Systèmes pour l'Aide à la Décision, e é presidente da Associação Europeia de Sociedades de Investigação Operacional. Na sua conferência, intitulada “From decision theory to decision aiding methodology”, Alexis Tsoukiàs falou da teoria da decisão e da metodologia do apoio à decisão, focando-se nesta última para discutir a profissão de apoio à decisão, no contexto de interacção entre um profissional e um cliente, estabelecendo como exemplo pontes e diferenças com a psicoterapia. Seguiu-se um comentário por Manuel Matos (FEUP).

O segundo dia de conferências teve lugar a 11 de Novembro de 2005. Iniciou-se com a apresentação de uma perspectiva da área da Análise de Decisão por Ralph Keeney, da Fuqua School of Business (Duke University). Ralph Keeney tem assinado alguns dos artigos e livros mais influentes nesta área, destacando-se os trabalhos em que propôs (com Howard Raiffa) as bases da teoria da utilidade multi-atributo, possuindo ainda uma vasta experiência de consultoria. Numa conferência intitulada “Prescriptive Decision Analysis”, Ralph Keeney falou sobre a teoria e as aplicações da análise de decisão – seja para apoiar decisões pessoais, seja para a tomada de decisão em organizações –, destacando a importância de pensar sobre os objectivos e de os estruturar, tendo ainda apresentado uma recente aplicação em Vancouver. Seguiu-se um comentário por João Clímaco (FEUC).

Durante a tarde, concluiu-se o ciclo com uma perspectiva da Filosofia. O conferencista foi John Broome, White's Professor of Moral Philosophy no Corpus Christi College da Universidade de Oxford. O seu percurso pluridisciplinar passou pela Matemática, pela Filosofia e pela Economia (doutoramento no MIT), reflectindo-se numa eclética e extensa lista de obras publicadas. Numa conferência com o título “Deciding by practical reasoning”, John Broome falou sobre os processos de raciocínio envolvidos na tomada de decisão, procurando exemplificar em que consiste a razão prática – aquela que conclui com uma intenção – partindo das posições contrastantes de Aristóteles e de David Hume. Seguiu-se um comentário por Joaquim Feio (FEUC).

Ideias para novos ciclos

A este ciclo afluíram muitos estudantes de pós-graduação e docentes universitários, alguns dos quais se deslocaram propositadamente a Coimbra. As palestras e as trocas de ideias que se lhes seguiram foram consideradas do maior interesse, e sentimos que a discussão se poderia ter estendido por muito mais tempo do que o reservado. Sem dúvida, outras importantes perspectivas ficaram por contemplar: não tratam

da decisão o Direito, a Medicina (em termos clínicos, neurológicos ou deontológicos), a Inteligência Artificial, a Ciência Política ou a Sociologia, para citar apenas alguns exemplos? Fica a sugestão, para que o ciclo se repita com novas e estimulantes perspectivas.

CARLOS HENGGELER ANTUNES
FCTUC e INESC Coimbra

LUÍS CÂNDIDO DIAS
FEUC e INESC Coimbra



SER CORO MISTO HÁ 50 ANOS UMA HISTÓRIA SINGULAR NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Em meados da década de 50, o panorama coral na Universidade de Coimbra resumia-se a dois coros: o Orfeon Académico de Coimbra (OAC) e o Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra (CELUC). O primeiro, coro masculino, permitia a participação de rapazes de todas as faculdades. Já o segundo admitia estudantes de ambos os sexos, mas só pertencentes à Faculdade de Letras. Neste cenário, era vedada a raparigas de outras faculdades a possibilidade de cantar em qualquer coro.

Um grupo de estudantes potenciou a criação de um novo agrupamento coral no seio da Academia que admitisse qualquer estudante da Universidade, independentemente do sexo e faculdade. Para isso entraram em contacto com Raposo Marques, maestro do OAC, que desde o primeiro momento acolheu e ajudou a concretizar a ideia. O primeiro ensaio terá ocorrido em Março de 1956 e o primeiro espectáculo no Teatro Avenida, no mesmo ano.

Perante o sucesso obtido, foi criada em Assembleia Magna, a 12 de Dezembro de 1956, uma nova secção cultural da AAC, o Orfeão Misto da Universidade de Coimbra (OMUC) que, para além da parte musical, pretendia ainda divulgar as danças regionais.

Desde o primeiro momento esteve presente a vontade de permitir o mesmo direito à diferença. O direito de, independentemente da origem, qualquer um poder cantar. Um direito humanisticamente sublinhado por esta arte universal que é a música. Neste caso, a música coral e mista.

A década de 60, marcada por intensa contestação estudantil à repressão instituída pelo governo português às actividades associativas, conduziu ao aparecimento na Academia Coimbrã de organismos autónomos. Estes pautavam-se por uma independência administrativa e financeira relativamente à Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra que lhes permitia desenvolver a sua actividade sem ingerências imprevisíveis, minimizando assim a censura aos seus espectáculos. Assim, a secção OMUC passou a Organismo Autónomo da

AAC durante o ano de 1962, com o nome de Coro Misto da Universidade de Coimbra (CMUC). Desde então efectuou espectáculos por todo o país e também pela Europa.

UMA PAUTA COM MUITOS COMPASSOS

A partir dos contactos estabelecidos com coros universitários ao longo de várias digressões internacionais e após a reunião de várias ideias geradas no seio do organismo, o CMUC promoveu, em Dezembro de 1986, o 1º Encontro Internacional de Coros Universitários (EICU), iniciativa pioneira integrada na comemoração do 30º aniversário do CMUC. Este encontro tornou-se numa imagem da excelente capacidade organizativa do CMUC, passando a realizar-se regularmente (a XI edição teve lugar em Abril de 2005 saldando-se, à imagem de edições anteriores, por um estrondoso sucesso), constituindo um palco coral internacional muito concorrido. O EICU tornou-se ainda um veículo de divulgação da obra de compositores portugueses junto de coros universitários de todo o mundo.

Em Março de 1990, integrado no programa do IV EICU, o CMUC promoveu o 1º Concurso Nacional de Música Coral, com o objectivo principal de fomentar a produção de novas peças para coro misto à capela. No mesmo ano de 1990, o CMUC participou nas comemorações do 700º aniversário da Universidade de Coimbra, que tiveram lugar na Assembleia da República.

Em 1998, o CMUC foi convidado a fazer parte das comemorações dos 700 anos da Universidade de Lérida e do Doutoramento *Honoris Causa* de Perez de Cuellar pela mesma Universidade onde, juntamente com outros coros europeus e a Orquestra de Heidelberg, interpretou a obra "Carmina Burana", de Carl Orff.

Já neste milénio, representou Portugal no encontro de coros promovido pelo Centro Euro Biskaia, para comemoração da

entrada em vigor da moeda europeia (2001), e apresentou as Cantatas BW4 (Christ Lag in Todes Banden) e BWV 147 (Herz und Mund und Tat und Leben) de Johann Sebastian Bach, em conjunto com a Orquestra de Câmara de Coimbra (2002). No ano de 2003, participou, com a Tuna Académica da Universidade de Coimbra, no espectáculo musical encenado "O Primeiro Dia", onde celebrou e homenageou a Revolução do 25 de Abril de 1974.

Em 2004, trouxe a público a obra "Miserere", de Francisco Lopes Lima de Macedo, que já não era apresentada ao público há mais de um século, tendo no ano seguinte, a 12 de Dezembro de 2005, dia do 49º Aniversário do CMUC, apresentado o CD "Miserere" com as obras homónimas de José

Maurício e Lopes de Macedo. Ainda em 2005, durante uma digressão aos Açores, fez uma homenagem ao seu fundador, na cidade de Ribeira Grande, localidade de onde era natural o maestro Raposo Marques.

Ao aproximar-se o marco histórico do seu cinquentenário, o Coro Misto da Universidade de Coimbra, mantém-se fiel aos seus propósitos iniciais de divulgar a música coral, particularmente a portuguesa, junto de toda a população. As comemorações desta efeméride terão início em Dezembro de 2006 e irão relembrar um pouco do que foi feito ao longo destes curtos mas muito preenchidos e honrosos 50 anos.

A DIRECÇÃO DO CORO MISTO DA UC





I M P R E S S Õ E S

ACTIVIDADE FÍSICA E SAÚDE

É hoje quase um lugar comum associar a actividade física à saúde, particularmente ao bem-estar físico e mental. Porém, este conceito pode não ser uma verdade totalmente absoluta, pois depende da leitura que se faz de actividade física. De facto, devemos começar por definir um triângulo muitas vezes deformado pelo senso comum: actividade física, exercício físico e desporto. Esta não rara indefinição pode colocar os menos informados num perigoso limiar de entendimento entre o benefício e o risco para a saúde. *Lato sensu*, actividade física é definida como o contraponto do sedentarismo; trocar o elevador pelas escadas, caminhar ou usar a bicicleta em vez dos veículos motorizados, ou seja uma higiene de vida em que a actividade predomina tonificando toda a musculatura, evitando a obesidade e mesmo retardando o envelhecimento. Por outro lado, o exercício físico implica já uma programação da actividade física de modo a melhorar o estado de saúde, corrigir posturas ou mesmo, concomitantemente com terapias farmacológicas, contribuir para o tratamento e/ou cura de patologias como alguns tipos da diabetes, hipertensão arterial e outras patologias cardiovasculares. O conceito de desporto cruza-se, obviamente, com os conceitos de actividade física e alguns aspectos do exercício físico. No entanto, neste caso o desporto é associado implicitamente à competição. Por isso, a actividade e o exercício físico são muitas vezes levados a limites que podem concorrer para o risco cardiovascular e o aumento de ocorrência de lesões.

Num estudo realizado pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física (FCDEF-UC), e financiado pelo IDP, tentámos avaliar o risco do exercício físico em atletas e indivíduos não praticantes de exercício físico regular. Os resultados concorrem para o acima descrito. No referido estudo foram avaliados dois grupos de atletas com características de treino opostas: uns praticantes de um desporto de explosão (em termos energéticos), outros praticantes de um desporto de resistência. Em ambos os grupos encontramos, não todos, mas vários dos factores de risco cardiovasculares que concorrem para o aumento do risco de mortalidade e mesmo de morte súbita. Nenhum destes factores foi encontrado no gru-

po controlo. Estes resultados reforçam a ideia de que os benefícios físicos são tanto maiores quanto mais nos aproximamos do conceito puro de actividade física e nos afastamos do desporto (de carácter competitivo).

VANTAGENS DA ACTIVIDADE FÍSICA

Abordemos então, um pouco mais profundamente, o conceito de actividade física e saúde. Porquê e de que forma a actividade física contribui para a saúde das populações? A "agitação" das sociedades ocidentais (também denominada por stresse), tende a promover alterações metabólicas que, coadjuvadas por uma alimentação irregular e descompensada, provocam estados patológicos como as doenças cardiovasculares, que são actualmente uma das principais causas de mortalidade e morbidade. As alterações metabólicas estão muitas vezes associadas a um aumento da actividade do sistema nervoso simpático, com a libertação excessiva de neurotransmissores como a noradrenalina e a adrenalina. Estas substâncias causam, entre outros efeitos, um aumento da frequência cardíaca e a contracção dos vasos sanguíneos provocando uma consequente sobrecarga do funcionamento do coração e o favorecimento de hipertensão arterial e enfarte do miocárdio.

Nos indivíduos sujeitos a este estado físico e psicológico, a actividade física vai ajudar a melhorar o funcionamento do sistema nervoso simpático, baixando a frequência cardíaca e diminuindo a carga sobre o coração e vasos sanguíneos. Pessoas com o estilo de vida acima descrito são habitualmente pessoas magras mas que com facilidade acumulam gorduras em locais de perigo como as artérias. Também aqui, a actividade física contribui para o estado de saúde regulando o metabolismo dos lipídeos. Para além do stresse, também o sedentarismo promove patologias como a obesidade e as doenças cardiovasculares por entupimento das artérias com gordura (arteriosclerose, aterosclerose, enfarto do miocárdio e hipertensão arterial). Neste caso, a actividade física activa o sistema nervoso simpático e a adrenalina libertada actua

como substância anabolizante que regula, entre outras substâncias, a libertação de insulina e a utilização do excesso de hidratos de carbono como energia. Isto evita a conversão desses hidratos de carbono (também vulgarmente conhecidos por açúcares) em gorduras e a sua acumulação no organismo. Em casos mais severos de stresse ou obesidade, deve optar-se por uma actividade física programada (exercício físico) em que a prescrição deverá ser feita de acordo com as necessidades físicas de cada indivíduo. Mas desengane-se quem pensa que a actividade física tem benefícios apenas a nível "físico".

Estudos recentes, expostos por Kenneth Fox, da Universidade de Bristol, numa conferência realizada na FCDEF-UC,

mostram que a actividade física pode ser importante na prevenção e tratamento de distúrbios psicológicos como a depressão ou em doenças do foro neurológico, como a doença de Alzheimer.

Convém, no entanto, lembrar que a opção por uma vida com actividade física, por si só, não faz milagres: necessita que a alimentação seja adequada a um novo estilo de vida. Mas como temos que nos libertar do sedentarismo, levante-se e mexa-se, pela sua saúde!

PAULA TAVARES
Professora da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da UC



MÚSICA PORTUGUESA, QUE MÚSICA PORTUGUESA?

Com a aprovação na generalidade das alterações à lei da rádio que consagram a obrigatoriedade de passagem de uma quota de música portuguesa nas rádios, já podemos dormir descansados... é só esperar a aprovação na especialidade e a aplicação posterior da lei. Contudo, como radialista amador e como português interessado minimamente em questões culturais, não deixo de ficar espantado com alguns dos motivos avançados para o regresso destas quotas de música portuguesa nas rádios.

Um dos equívocos em que, em minha opinião, assenta o discurso dos que defendem estas alterações à lei da rádio é, precisamente, a definição (?) dos seus principais objectivos. A saber, a defesa da música portuguesa perante a invasão da música que nos chega do estrangeiro, nomeadamente do mundo anglo-saxónico. E quando a isto se acrescenta a necessidade de defender a língua portuguesa através deste regime de quotas, ainda mais perplexo fico..

É que, se a grande preocupação do legislador é a defesa da música portuguesa, então parece-me curial começar por uma questão elementar: o que é música portuguesa? Para efeitos de aplicação do regime de quotas, a noção legal de "música portuguesa" é muito vasta: música composta e interpretada por portugueses, música composta por portugueses e interpretada por estrangeiros, música interpretada em português, etc. Ao pensar na génese destas alterações, sou levado a concluir que se trata mais de fazer um frete a um negócio (a indústria discográfica) dominado por empresas multinacionais do que realmente apoiar a música *portuguesa*..

PATRIMÓNIO MUSICAL PORTUGUÊS

E num ano que vai ser dominado pelo centenário do nascimento de um dos maiores músicos e compositores portugueses, Fernando Lopes-Graça, nascido a 17 de Dezembro de 1906, seria importante reflectir sobre estas questões culturais: o que é música portuguesa, o que se faz para preservar esse património, o que se faz para o divulgar? À partida, quero esclarecer que estas minhas elementares conside-

rações não são eivadas de nenhum tipo de xenofobia cultural. Feito este esclarecimento, volto à questão: o que é música portuguesa? E cabe aqui referir o trabalho que Michel Giacometti e Lopes-Graça levaram a cabo na tentativa de recolher e preservar um património musical genuinamente popular. Giacometti recolheu, de norte a sul do país, canções e músicas tradicionais que foram analisadas e classificadas por Lopes-Graça e, posteriormente, seleccionadas e gravadas em disco. Além disso, Lopes-Graça harmonizou muitas dessas canções para coro que foram apresentadas em muitos concertos por esse país fora pelo Coro da Academia dos Amadores de Música. Este é um dos significativos exemplos do que se pode fazer pela cultura musical do nosso país. E poderia referir os muitos grupos musicais que desenvolveram um trabalho sério e de valor na preservação dessa cultura musical popular portuguesa e dos quais destaco uma Brigada Victor Jara, por exemplo. E pergunto eu: se estes e outros exemplos que eu referi são significativos no âmbito da defesa da cultura musical portuguesa, que divulgação ou "protecção" terão no âmbito desta definição de quotas de música portuguesa nas rádios nacionais? Ou, por outras palavras, que música portuguesa é que se quer defender com leis como esta que aqui referimos? Ou ainda: o que é que se quer defender com fervores patrióticos como estes?

A PRECISAR DE DEFESA

Se se trata de defender a cultura portuguesa, só me resta ficar à espera de que os legisladores imponham também uma quota de passagem de música portuguesa às televisões, que pensem em outras quotas para outros sectores da cultura portuguesa: que os cinemas sejam obrigados a exhibir uma percentagem de filmes portugueses, que os restaurantes, incluindo os MacDonald's, tenham nas suas ementas uma percentagem de cozinha tradicional portuguesa, etc. Uma lei, como esta das quotas, não vai resolver determinados problemas graves da nossa cultura. Nem sequer resolverá os problemas da maior parte daqueles que vivem da música..

A genuína cultura portuguesa, nomeadamente a musical, continuará afastada dos meios de comunicação social. E a preocupação principal deveria ser com a educação e com a formação: o ensino musical, a criação de condições para o desenvolvimento de aptidões musicais e, em geral, um sistema educativo que funcione como deveria funcionar. Quando leio as piedosas intenções dos nossos legisladores quando congemina leis como esta com as quais pretendem defender a cultura e a língua portuguesas, fico abismado... e penso na pobre língua portuguesa e como ela é tratada por artistas populares nas nossas rádios e televisões (abstenho-me de citar nomes...). A questão acaba por ser sempre a

mesma. Do estrangeiro, chegam-nos produtos culturais de qualidade e, em Portugal, também encontramos produções culturais de elevada qualidade. Ao fim e ao cabo, a questão não é estrangeiro *versus* nacional mas sim qualidade *versus* indigência... E não tenho dúvidas de que o motor de iniciativas legislativas como esta é, no fundo, o dinheiro... que uma indústria como a do entretenimento faz circular. O amor... pela cultura é que não é...

JOSE BRAGA



"A língua brasileira é das mais ricas e sonoras. E possui o admirabilíssimo *ão*" escreve Mário de Andrade em "Prefácio interessantíssimo", reproduzido, em excertos, na magnífica colecção que é o *Curso Breve de Literatura Brasileira*. E, no entanto, embora sem dúvida brasileiro, este *ão* é-nos tão familiar...

Ler ou ouvir dizer "os portugueses", no contexto brasileiro, soa sempre a nomeação de tribo exótica. E, no entanto, fomos nós que levámos o *ão* ao Brasil. Ou não? Lembramo-nos de Sérgio Buarque de Holanda ou de Darcy Ribeiro e dessa permanente tentação de aliviar nos "portugueses" todo o mal e pendurar nos brasileiros todo o bem do Brasil. O que é "cómodo e absurdo", como escreve Eduardo Lourenço em *A Morte de Colombo - Metamorfose e Fim do Ocidente como Mito* ("Carta a Camila"). Reinscrevendo o Brasil como "um Portugal-Outro ou assim inconscientemente descrito, pensado e vivido", Eduardo Lourenço confronta abertamente a historiografia brasileira: "não havia *nenhum* Brasil a descobrir, como se desde toda a eternidade 'o Brasil' estivesse à espera dos portugueses."

Na perspectiva brasileira, pelo contrário, o Brasil descobre-se por emancipação face aos "portugueses", como escreve Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro - A formação e o sentido do Brasil*: "ocorre surpreendentemente que esse povo nasce, em lugar de uma Lusitânia de ultramar, se configura como povo em si."

Este é seguramente um diálogo destinado a velejar, a não ter fim. Só para podermos seguir as palavras de Eduardo Lourenço desejamos que assim seja: "O Brasil teve *existência* antes de ter *essência*. E esta é-lhe dada pela apropriação lenta de um espaço-tempo levado a cabo pelos portugueses."

O QUE FICA DO BRASIL

Este "espaço-tempo" permanece nessa língua continuamente modificada e colorida que é o *português do Brasil*. Para confrontarmos o espaço com o tempo é preciso ir ao Brasil, uma experiência labiríntica, quase hipnótica, porque

sobrecarregada de sentidos que não decorrem somente do país grande e glorioso de que se trata, mas também da percepção da nossa própria sombra projectada.

Para o arquitecto, em particular, o Brasil permite o contacto fantasmático com a urbanidade que deixámos para trás, e para à frente, como "Império". Mas também a aferição desse lugar de ex-futuro que é a arquitectura moderna, central no século XX europeu, todavia "fundacional" no Brasil.

A cultura brasileira apropriou-se do "modernismo" como se se tratasse de um instrumento de emancipação, uma alavanca para a prometida realização portentosa do país. Apropriando-se tão visceralmente das suas premissas, que chega a acreditar que são invenção sua. De facto, o que é único na experiência modernista no Brasil é que esta se investe de uma soberania maior: a de ser também a afirmação da nacionalidade brasileira. O reflexo monumental dessa equação é Brasília, esse lugar fantasmagórico do século XX, ainda agora expectante.

Em Portugal, alguns arquitectos têm reflectido sobre estas questões: Alexandre Alves Costa, em diversos textos, e, em particular, Ana Vaz Milheiro, cuja tese de doutoramento, publicada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, incide sobre as relações das culturas arquitectónicas brasileira e portuguesa. De resto, tem já algumas décadas o intercâmbio que foi permitindo o cruzamento de arquitectos entre Portugal e o Brasil.

PENSAR A ARQUITECTURA PORTUGUESA, LÁ E CÁ

É neste contexto que gostaria de dar notícia de "Des-continuidade" [ver caixa], um evento que decorreu em São Paulo, entre 7 e 13 de Novembro de 2005, com o objectivo de mostrar arquitectura portuguesa no Brasil. Esta iniciativa materializada numa exposição, publicação de um catálogo e realização de um conjunto de conferências, ocorreu num momento em que a arquitectura portuguesa demonstra maturidade mas também uma desejável inquietude crítica.

Diferentemente, no Brasil, o lapso entre arquitectura "comercial" e arquitectura de "resistência" – ou seja, de genealogia moderna – parece aprofundar-se. Num debate muito extremo e ideológico, não há *nuances* que permitam um aporte crítico e construtivo da "pós-modernidade".

Talvez também por isso, a conferência de Eduardo Souto Moura foi especialmente bem sucedida. Mostrando obras de grande dimensão – o Edifício na Avenida da Boavista, o Metro do Porto, o Estádio de Braga – Souto Moura tocou num nervo; descrevendo-as com pragmatismo e sentido de ironia, desarmou a gravidade ideológica acometida aos "arquitectos modernos".

O comentário dos arquitectos brasileiros, que se seguiu às conferências, teve a sua dose natural de cortesia, equívocos

e proximidades. É evidente que o Brasil é um país imerso em si próprio, nos seus ideais, nas suas frustrações, nos seus fingimentos. A arquitectura moderna, como fui referindo, é um dos pilares da sua identidade que se quer "emancipada", e por isso de difícil crítica e desconstrução. Daí a suspensão, daí o impasse. O gesto permanece pesado nas suaves ondulações de Oscar Niemeyer, nas suas fruições erótico-ideológicas. Quando sugeri, no debate, que as "curvas de Niemeyer" já nada dizem sobre os problemas actuais do Brasil, com certeza que pisei um risco. Mas afinal, "os portugueses", a tribo exótica, somos nós. E nós não podemos parar de continuar a descobrir o Brasil.

JORGE FIGUEIRA
Departamento de Arquitectura da FCTUC

"Des-continuidade" foi uma iniciativa da Associação Empresarial de Portugal, que teve como comissário geral do projecto Luís Valente de Oliveira e comissários Eduardo Souto Moura, Fátima Fernandes, Jorge Figueira, Michele Cannatà e Nuno Grande. A exposição esteve patente no Centro Fecomercio de Eventos, em São Paulo, onde também tiveram lugar as conferências de Eduardo Souto Moura, João Luís Carrilho da Graça, Manuel Graça Dias, ARX Portugal, Cannatà e Fernandes, Nuno Grande e Jorge Figueira.



PARA ALÉM DE SATURNO OU A ALQUIMIA FÍSICO-QUÍMICA DO 25 DE ABRIL

Na charneira entre os últimos instantes do Estado Novo e os primeiros tempos do Portugal Democrático, as Secções de Física e de Química ocupavam a última estrutura arquitectónica a ser construída no *campus* universitário de Coimbra. No espaço previsto para o auditório-anfiteatro de serviço à Reitoria da Universidade, subterrâneo à mole arquitectónica do prédio da Física e da Química, fez-se representar, em alegoria, a evidência dos novos tempos, plenos das esperanças que trespassavam todos os patamares da sociedade portuguesa e a que não era alheia a instituição universitária. Chamada a criar o painel, Maria Manuela Madureira encenou, nos quadrados vidrados de esverdeado-esperança, as esperanças do país. E não o fez de uma forma pouco erudita, mas a partir de uma sábia condensação de valores simbólicos relacionados com o saber ministrado na casa onde o painel iria ser plasmado: com a Física e com a Química.

Mais uma vez se prova como a questão dos determinismos decorrentes de programas preestabelecidos não faz evoluir a obra de uma forma totalmente condicionada. Maria Manuela Madureira fará com os símbolos físico-químicos verdadeira alquimia denunciadora do sentir português nos primeiros instantes da Democracia. Tomando a ambiguidade de Saturno, deus do panteão romano, e de *saturno*, antiga designação do elemento chumbo, a autora, através da moderna gramática de uma ténue, mas notória, abstracção, estiliza ideias (menos figuradas e mais sugeridas). Saturno, desde a Antiguidade símbolo da mudança, toma precisamente esse sentido, no azulejo do painel do Auditório da Reitoria.

Manuela Madureira apodera-se do símbolo de Saturno, da transição, e toma-o para demonstrar como, em Portugal, o tempo antigo havia chegado ao seu termo e que a partir de determinado momento – que será, obviamente, o dia da Revolução dos Cravos – um novo tempo se estava construindo, como, aliás, é próprio da rica simbologia da personagem mitológica (a morte do ano velho e o nascimento do novo; a passagem do caos ao cosmos; a suspensão do tempo; o fim e o princípio de um ciclo).

A grande personagem, da qual não sabemos sequer o seu sexo (como é típico da própria visão alquímica da figura de

Saturno), revela-se, com efeito, a um tempo sinistra, mas também afável, envolta por um cenário de cores que bem se coaduna com as descrições simbólicas de Saturno que o tomam como andrógino. Para além da mistura entre o masculino e o feminino, a autora equacionou ainda o hibridismo entre o fantástico e o humano, forjando uma figura que, para além de andrógina, poderá ser classificável de andróide.

Se já um dos frescos de Almada Negreiros poderá ser interpretado como uma obra de expectativa – diríamos mesmo de expectativa – através do seu Einstein trajado de verde esperança, o trabalho de Maria Manuela Madureira será, efectivamente, revelador dessa ânsia de metamorfose, traduzida pela linguagem antiga de matriz paulina da nova criação (“Mundo Novo”) e, inclusivamente, da nova criatura (o “Homem Novo”). Atrevemo-nos a transcrever, na íntegra, a súpula, expressa através do *verbum*, correspondente ao que, na expressão plástica, ficou registado na obra de arte: “*Para além de Saturno*. Para os velhos alquimistas Saturno estava associado ao chumbo, mas simbolizava também a vida e a reencarnação. Partindo desta ideia, exprime-se, através de vários símbolos das ciências da Física e da Química e duma modernização dum desenho medieval de Saturno, por um lado, a interligação da Física e da Química na ciência moderna, por outro, a humanização desta mesma Ciência: trabalho e produção ao serviço dum Homem reencarnado (*Novo*).

As cores utilizadas como fundo – azuis – pretendem simbolizar o cosmos, transformando-se em verde – esperança – na elevação da figura central – Saturno – vida e ciência.

O material, símbolos, expressão, cores e forma, constituindo uma reformulação de elementos tradicionais, representam o esforço e a esperança que caracterizaram 1974/75 na transformação da Universidade e de Portugal num Mundo Novo. Maria Manuela Madureira/75”.

Como notoriamente se comprovará, as formulações estéticas da mente de Maria Manuela Madureira em 1974-1975, saídas das cores, no azulejo, e das palavras, na súpula que legenda o painel, são coincidentes. Se compararmos tais formulações – expressas através da sensibilidade das artes plásticas – com outras manifestações artísticas que essas datas legaram,

chegaremos a conclusões similares acerca da semelhança de conceitos para expressar o sentir do tempo da Revolução. Precisamente no poema intitulado "Revolução", datado de 27 de Abril de 1974, o cálamo de Sophia de Mello Breyner Andresen grafou conceitos que aludem ao tempo novo que sucede ao antigo: *Como puro início/ Como tempo novo/ Sem mancha nem vício.*

Como a poetisa, também Maria Manuela Madureira realiza comparação inevitável entre passado e presente, entendendo este como "puro início", marco de passagem para o "tempo novo". Aproveitando símbolos antigos para a realização da metáfora, a autora mistura-os, numa solução plasticamente aquosa, fazendo coabitar, de forma quase indissociável, os mais modernos símbolos das Ciências Físico-Químicas, como serão as referências às células e ao modelo covalente, à esquerda da figura central, com os antigos fornos da Alquimia (à dextra da mesma figura) rematados por uma espécie de ovo (elemento da proximidade simbólica de Saturno) que, ao mesmo tempo, poderá ser uma referência ao passar dos dias através da representação de uma ampulheta nascida de uma meia-clepsidra. Os cadinhos da arte alquímica, alfaias utilizadas para a pulverização, surgem à maneira de partículas que voam ou que se encontram engastadas num cenário de solução química. Na órbita da grande personagem central, aparecem os símbolos das sabedorias alquímicas e astrológicas. Envolto em círculos, surgem na disposição astrológica, que a autora determinou, os símbolos de Mercúrio, de Vénus, de

Marte, de Júpiter e de Saturno. Estão dispostos em torno da figura central que será, obviamente, a figuração monumental e antropomorfa de Saturno, uma figura da família da que foi desenhada na ilhargá esquerda de quem observa, mas que, ao contrário desta, aparece plena de vigor e de majestade (a outra permanece em atitude agonizantemente "guerniquesca", fazendo lembrar as expressões corporais das figuras da celebrada criação de Picasso); ao contrário desta, a solene figuração central parece dominar todo o cosmos representado. A personagem principal estende o braço esguio para resgatar a que se encontra em agonia, fazendo nota da ligação formal entre os longos membros das mãos das figuras. Observando o lado oposto, será possível aventar a hipótese de os desenhos do que parecem formas celulares terem sido aproveitados pela autora para a representação do recorte das fronteiras físicas-políticas de Portugal, tendo assinalado o seu centro, que será, precisamente, o ponto de coincidência das coordenadas geográficas da Universidade de Coimbra, exactamente, no centro de Portugal. A ser correcta esta interpretação (o que nos parece credível, porque é este o local que Maria Manuela Madureira escolhe para grafar a sua assinatura e datar o painel), assistimos à visão de um Portugal que se abre e cujas fronteiras se diluem, ideia que se coaduna com o que a autora escreveu sobre o seu painel e visão perfeitamente sustentável no contexto da ideologia dos anos após o 25 de Abril.

MARCO DANIEL DUARTE
Doutorando em História da Arte na Faculdade de Letras da UC



PRÉMIO UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Maria Helena da Rocha Pereira foi a vencedora da 3ª edição do *Prémio Universidade de Coimbra*. O galardão, entregue no dia 1 de Março, na sessão solene de comemoração dos 716 anos da Universidade de Coimbra, visa distinguir personalidades de nacionalidade portuguesa que se tenham destacado por uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas áreas da cultura ou da ciência.

Na edição de 2005, o *Prémio* distinguiu *ex aequo* António Manuel Hespanha (historiador e professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa) e Luís Miguel Cintra (fundador do Teatro da Cornucópia, actor e encenador). O neurocientista Fernando Lopes da Silva foi o vencedor da 1ª edição do *Prémio*.

PRÉMIO ESTÍMULO À INVESTIGAÇÃO

No dia 1 de Fevereiro de 2006 teve lugar a cerimónia de entrega pública da distinção do *Prémio Gulbenkian de Estímulo à Investigação 2005* na área de Política e Comunicação à Licenciada Ana Isabel Costa Martins, aluna do curso de mestrado *Estudos sobre a Europa: Europa - as Visões do "Outro"* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pelo seu Projecto de Investigação sobre "Da Constituição para a Europa à Europa da Constituição. A construção do espaço público na imprensa de referência europeia", sob orientação da Prof. Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro.

Este projecto é desenvolvido no âmbito do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20.

CAMPANHA ACP

O Automóvel Club de Portugal, instituição centenária de utilidade pública que tantas regalias concede aos seus associados, vem oferecer a todos os docentes e funcionários da Universidade de Coimbra a inscrição como sócio, concedendo o benefício da isenção de jóia e desconto das quotas do primeiro semestre do ano da inscrição.

Esta oferta será válida até ao dia 30 de Junho de 2006, sendo bastante o preenchimento de um formulário constante de folheto que se anexa a este número da *Rua Larga*, e o seu envio gratuito por correio, ou, alternativamente, a sua entrega em instalações ACP.

EDUCAÇÃO MÉDICA

A Faculdade de Medicina procedeu recentemente à contratação de dois licenciados em Ciências da Educação para o seu Departamento de Educação Médica, uma medida que vê

como um passo histórico na procura continuada de excelência educativa. Aposta, assim, num gabinete de apoio técnico altamente diferenciado que permita promover a formação pedagógica dos docentes, a optimização dos métodos de ensino e avaliação, bem como a adaptação dos alunos às novas metodologias de ensino/aprendizagem. A Medicina tem tido, a nível internacional, um papel de liderança na reformulação de conteúdos e métodos de ensino à luz das modernas teorias da aprendizagem, um movimento que, nos países mais evoluídos, seduz progressivamente todo o ensino superior.

A *Rua Larga* oferecerá em próxima edição, em anexo, o primeiro número da *newsletter* daquele Departamento.

PONTO DE ACESSO DO INE NA BGUC

No passado dia 19 de Janeiro foi inaugurado o Ponto de Acesso do Instituto Nacional de Estatística (INE) na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (UC), resultante do protocolo de colaboração celebrado entre o INE e a Reitoria da UC.

O novo serviço insere-se no projecto "Rede de Informação do INE nas Bibliotecas Universitárias" e permitirá a todos os docentes, discentes e funcionários da UC, bem como à população, o acesso à informação estatística produzida pelo INE, de que sobressai o acesso à Biblioteca Digital de Estatísticas Oficiais.

Com o referido protocolo, o INE obriga-se a fornecer gratuitamente todas as publicações (papel e/ou CD-ROM) que forem editadas e a manter uma linha telefónica directa e gratuita aos seus serviços para apoio ou esclarecimentos. Localizado na Sala de Leitura da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o Ponto de Acesso permite a todos os utilizadores o acesso de forma fácil e gratuita à informação em papel e CD-ROM bem como a toda a informação electrónica publicada no sítio do INE, à Biblioteca Digital de Estatísticas Oficiais, aos destaques enviados à comunicação social e a outros serviços prestados por aquele instituto. Os utilizadores podem ainda aceder ao vasto fundo de informação estatística do INE existente na BGUC, bastando para isso fazer uma requisição na Sala do Catálogo.

O Ponto de Acesso encontra-se identificado com sinalética própria, disponibiliza a documentação em livre acesso e é apoiado presencialmente por um técnico habilitado da BGUC, além de possuir um computador para uso exclusivo de quem pretenda consultar a informação digital do INE.

Este projecto será monitorizado tendo em vista a recolha de informação sobre a consulta e a satisfação dos seus utilizadores. Está ainda prevista a organização pelo INE, nas instalações da UC, de uma acção de formação sobre a utilização da informação estatística.

O horário de funcionamento do Ponto de Acesso é o mesmo da BGUC: no período lectivo de segunda a sexta-feira, entre as 9 h e as 22 h 45 m e no período de férias lectivas de segunda a sexta-feira das 9h às 12h30m e das 14 h às 17h30 m.



oficina
Dos Saberes

R I B A L T A

INESC COIMBRA VINTE ANOS DE INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR

O Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra (INESC Coimbra) é uma instituição privada sem fins lucrativos que comemora, em meados de 2006, vinte anos de actividade. O então núcleo do INESC nasceu em 1986, através da celebração de um acordo entre o INESC e a Universidade de Coimbra (UC) e de um protocolo específico para a área de Investigação Operacional. O núcleo de Coimbra do INESC tinha na altura dois investigadores doutorados, que lideravam um pequeno grupo de assistentes e estudantes da UC, trabalhando nas áreas de investigação operacional e de engenharia do teletráfego. Desde então, as actividades de I&D evoluíram, quer através da colaboração de novos investigadores, quer com o progressivo alargamento das áreas de investigação, em particular na área da utilização racional de energia. Durante esta fase, a principal preocupação foi o crescimento sustentado do número de investigadores doutorados e a afirmação científica internacional através da publicação nas revistas mais conceituadas nas suas áreas de intervenção. O INESC Coimbra prossegue as actividades do núcleo de Coimbra do INESC, primeiro num edifício arrendado na Rua Antero de Quental e, a partir de 1992, em instalações próprias na mesma rua.

BREVE BIOGRAFIA

O INESC Coimbra iniciou as suas actividades como instituição autónoma em Janeiro de 2002, e em 2003 foi-lhe concedido o estatuto de utilidade pública. Unidade de I&D financiada ao abrigo do Programa de Financiamento Plurianual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o INESC Coimbra obteve a classificação de "Muito Bom" no último processo de avaliação, contando actualmente com cerca de 40 investigadores e bolsеiros, dos quais 17 doutorados, sendo de esperar que em 2006 mais cinco investigadores obtenham o grau de Doutor. Os seus investigadores são sobretudo docentes da Faculdade de Ciências e Tecnologia e da

Faculdade de Economia da UC, integrando ainda docentes do Instituto Politécnico de Coimbra e do Instituto Politécnico de Leiria.

O INESC Coimbra, que recentemente aderiu ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da UC, tem por objecto a realização de actividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico, transferência e integração de conhecimento, tendo por base disciplinas das Ciências de Engenharia e das Ciências de Gestão/Investigação Operacional. A mais relevante marca distintiva do INESC Coimbra é a interdisciplinaridade da investigação realizada, ao integrar investigadores com formações e perfis distintos capazes de lidar com problemas complexos, envolvendo não apenas questões técnicas de uma dada área científica, mas também a estruturação de problemas, a construção de modelos matemáticos para o apoio à decisão, a inovação algorítmica e o desenvolvimento de *software*.

PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Entre as principais áreas de intervenção do INESC Coimbra contam-se o apoio à tomada de decisões, com particular ênfase na consideração de múltiplos critérios e no tratamento da incerteza (sistemas de apoio à decisão, avaliação de eficiência de serviços e empresas, análise e avaliação de projectos de investimento, análise e avaliação de candidaturas ou propostas em concursos), utilização racional de energia e planeamento energético (gestão da procura de energia, modelos de consumos de electricidade, planeamento energético urbano, análise de qualidade de serviço em redes eléctricas, auditorias energéticas em edifícios, estudos de caracterização de consumo e impacto nas redes), engenharia do teletráfego e planeamento de redes de telecomunicações (métodos de encaminhamento dinâmico, fiabilidade em redes de telecomunicações, modelação e simulação de tráfego, planeamento e dimensionamento de redes),

e planeamento regional e urbano (apoio à decisão com base em sistemas de informação geográfica, circulação de veículos e outros problemas de optimização em redes, localização de infra-estruturas e equipamentos).

O INESC Coimbra possui uma experiência diversificada em actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, bem como de consultoria especializada, que têm passado pela realização de projectos sob contrato com a Comissão Europeia e entidades da Administração Pública Central – Direcção-Geral do Ambiente, Direcção Geral da Energia, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Ministério da Saúde e Ministério da Educação – e da Administração Local, bem como com empresas – nomeadamente com o grupo EDP e com o grupo PT, para além do sistema científico nacional, através da FCT. Outra vertente importante da actividade é a colaboração na formação avançada de

recursos humanos, a nível do apoio a programas de trabalho no âmbito de mestrados e doutoramentos (em particular na FCTUC e na FEUC). Os investigadores do INESC Coimbra têm ainda estado envolvidos na organização de eventos científicos internacionais que têm trazido a Coimbra reputados especialistas em algumas das suas áreas de intervenção. Em Setembro de 2006, o INESC Coimbra organizará a 19th Mini-EURO Conference “Operational Research Models and Methods in the Energy Sector”, além de outras iniciativas de celebração do seu 20º aniversário.

O INESC Coimbra está sediado na Rua Antero de Quental, 199, em Coimbra, e pode ser visitado em www.inescc.pt.

CARLOS HENGGELER ANTUNES
JOÃO CLÍMACO
INESC Coimbra



CENTRO DE ARTES E ESPECTÁCULOS UMA RECEITA COM SUCESSO NA FIGUEIRA DA FOZ

O Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz foi inaugurado a 1 de Junho de 2002. Este é um centro, para quem ainda não conhece, composto por três auditórios (um com 832 lugares, outro de menor dimensão, com 200 lugares, e um terceiro auditório, exterior, com capacidade para 300 pessoas). Nas suas instalações, tem vindo a abrir novos espaços ao longo dos últimos anos. Tem uma grande sala de exposições com 800 metros quadrados (que recebe, em média, uma grande exposição por trimestre), uma sala (*Afonso Cruz*) dedicada às exposições de fotografia (que mensalmente tem uma nova mostra), uma sala (*Zé Penicheiro*) dedicada às artes plásticas (preferencialmente destinada aos artistas locais e jovens talentos que queiram exibir os seus trabalhos) com programação quinzenal, um café com a tranquilidade da vista sobre o jardim das Abadias, uma livraria, uma sala dedicada ao serviço educativo (onde todos podem frequentar *workshops* e ateliês dedicados às artes) e um *playcenter*, onde as crianças podem usufruir de um espaço agradável para se entreterem a brincar ou até para fazerem os seus trabalhos de casa, dando vida a este centro para além das noites dos espectáculos.

• DESTAQUES DA PROGRAMAÇÃO

A administração deste centro tem apostado numa programação variada, tentando acolher grandes produções que normalmente só estão em cena em Lisboa e no Porto. Assim, grandes nomes e grandes companhias já passaram por este centro. No ano de 2005 destacamos os bailados "Cinderela", "Pedro e Inês", "Ballet Flamenco de Madrid", as óperas "La Traviata" (uma produção do Teatro Nacional de S. Carlos), "Carmen" e "O Barbeiro de Sevilha", os concertos clássicos com a Orquestra Sinfónica Portuguesa, a Orquestra Gulbenkian, a Orquestra do Palácio Estatal da Música de Kiev, inúmeras peças teatrais e musicais como "A ópera do malandro" (de Chico Buarque), "Laranja Azul", "A Partilha", "Confis-

sões das mulheres de 30", "Mademoiselle Chanel", "Dom Quixote", "Celadon", para além dos espectáculos infantis. Todos os domingos à noite se realiza ainda uma sessão de cinema.

Mas o Centro não vive de costas voltadas para o seu concelho e para a sua região. Por mérito próprio, produções locais e regionais fizeram e fazem parte integrante da nossa programação cultural. É um orgulho ver as colectividades locais apresentar novas produções no CAE. No que diz respeito às exposições, mais uma vez temos uma estratégia de diversidade cultural. Parcerias com a Fundação de Serralves, com o CCB, com a Fundação Cupertino Miranda e com a Fundação Berardo têm enriquecido a nossa oferta cultural; mas também exposições de produção própria e exclusiva para o CAE, como sucedeu em 2005 com Francisco Simões. Na área da fotografia, temos tido grandes nomes, entre os quais o de Rui Ochoa, bem como outros talentos menos conhecidos do público em geral. Nas artes plásticas, muitos artistas locais fizeram a agenda cultural da sala *Zé Penicheiro*.

MODELO DE GESTÃO

Algumas das perguntas que naturalmente se fazem depois destes centros aparecerem, e cada vez são mais as autarquias envolvidas na construção deste tipo de equipamento, buscam respostas muito concretas: Como gerir? Que receitas teremos para que estes Centros Culturais não sejam sorvedouros de dinheiros públicos? Queremos uma política cultural virada para as populações ou de costas voltadas para as suas mais directas preferências?

O exemplo do CAE é, a meu ver, bem sucedido. Em 2005, o CAE dedicou-se aos grandes espectáculos, a grandes produções na maioria da programação, nunca esquecendo outras áreas que, apesar de não serem ricas na procura de bilheteira, estamos em crer que formarão novos públicos.



Os mais distraídos dizem que fazemos uma programação “comercial”. Eu diria, se me permitem, que fazemos uma programação repleta de sucessos. Outros dirão que quando um espectáculo não esgota ou só tem algumas dezenas de bilhetes comprados, a culpa é do público, que não sabe o que é culturalmente bom. Eu diria que os senhores que programam para nichos são maus programadores e péssimos gestores públicos. E diria melhor – o segredo do êxito está no equilíbrio.

Felizmente, estas teses fabulosas do justificar o injustificável têm caído por terra. Os centros culturais têm de saber captar receitas, quer através das bilheteiras (e não dos convites, hábito há muito instalado no nosso país), quer no mecenato, quer noutra tipo de proventos que somos obrigados a inventar.

Em 2005, o CAE abriu um conjunto de seis novos espaços. Para além de alguns deles trazerem novas receitas ao centro (como é o caso do café e da livraria), outros trarão dinâmica diária e vida própria (salas de exposições e *playcenter*). No último ano, posicionámos também o centro para acolher congressos e seminários. O impacto económico (na hotelaria e restauração em especial) para o concelho da Figueira da Foz, quando consegue captar um congresso de por exemplo 500 pessoas durante cinco dias fora das épocas turisticamente altas, é enorme, para além, naturalmente, de beneficiar este centro. Essa é uma das valências que este

equipamento pode e deve suportar. Os congressos e os espectáculos são possíveis e beneficiam-se mutuamente.

EXEMPLO DE SUCESSO

Os dados estão à vista, conseguimos ir buscar a maior parte dos nossos públicos fora do nosso concelho, a cidades como Coimbra, Aveiro, Viseu, Leiria e Guarda. Conseguimos ter uma das salas com uma taxa de ocupação média mais elevada, com muitos dos nossos espectáculos esgotados. Só assim é que também a sala ganha credibilidade, é que se conseguem atrair produtores capazes de trazer grandes produções alugando o nosso espaço e arriscando bilheteira. Todos estes raciocínios são simples e triviais, não inventámos nada, apenas não queremos ser subsídio-dependentes, do Estado ou da autarquia. É com este pressuposto que também programamos, temos um enorme respeito pelo dinheiro dos contribuintes e dia após dia lutamos sempre nesse sentido, o de diminuir a despesa e aumentar a qualidade da nossa programação. Os nossos públicos decerto que compreendem o que estamos a dizer.

NUNO ENCARNÇÃO
Administrador da Figueira Grande Turismo



LINHA SOS-ESTUDANTE VOLUNTÁRIOS CONTRA O SOFRIMENTO

A Linha SOS-Estudante teve a sua origem, oficialmente, no dia 17 de Abril de 1997, passando desde então a ser uma das secções culturais da Associação Académica de Coimbra. A ideia tinha surgido quando o seu fundador, Paulo David Carvalho, se apercebeu de que a taxa de suicídio na comunidade universitária era bastante elevada e que o suicídio continuava a ser um tema tabu na nossa sociedade.

A Linha SOS-Estudante surge, portanto, da necessidade de criação de um espaço ao qual quem tenta ou quem pensa em suicídio possa recorrer e onde possa falar abertamente, com a garantia de que não vai ser julgado nem criticado, sendo assegurada a confidencialidade e o anonimato, como suporte. A Linha funciona apenas com o trabalho de voluntários, neste momento cerca de 25.

Através desta escuta empática, tenta-se auxiliar a pessoa para que consiga sair do impasse e da confusão em que se encontra e para que consiga pensar em soluções ou alternati-

vas. Neste processo, procura-se facilitar aos estudantes em risco a livre expressão dos seus sentimentos e o reforço da auto-estima, promovendo a convivência interpessoal, sem barreiras que conduzam à exclusão social.

O nosso apoio voluntário é totalmente anónimo, confidencial e isento de qualquer influência filosófica, moral ou religiosa.

Para além do serviço telefónico, são também realizadas várias exposições, debates, colóquios e eventos múltiplos, voltados para a comunidade a propósito de temas como o suicídio, a solidão, a sexualidade, a depressão, a angústia ou o luto, visto que se relacionam directamente com os problemas que surgem diariamente na nossa sociedade.

Neste momento, encontram-se a funcionar duas linhas telefónicas, para as quais a comunidade pode ligar (808200204 e 969554545) entre as 20h00 e a 1h00.

A Linha SOS-Estudante surge,
portanto, da necessidade de criação
de um espaço ao qual
quem tenta ou quem pensa
em suicídio possa recorrer
e onde possa falar abertamente,
com a garantia de que
não vai ser julgado nem criticado,
sendo assegurada a confidencialidade
e o anonimato, como suporte.

CAFÉ, UMA BÊNÇÃO DOS DEUSES!

A 'descoberta' dos benefícios resultantes da ingestão de café é descrita por duas lendas etíopes: uma diz que um preguiçoso pastor de Caffa passou a ser capaz de estar sempre atento ao seu gado depois de ingerir grãos de café, isto apesar de o gado também se ter tornado hiperactivo; outra diz ter sido a ingestão de grãos de café que permitiu ao injustamente condenado Omar sobreviver no deserto, depois de banido da cidade de Moshá. No entanto, terão sido os turcos os primeiros a utilizar infusões de café. Os seus benefícios eram guardados como um segredo de estado, sendo proibida a sua exportação. A importância do consumo de café no mundo otomano pode ser atestada por uma lei de 1475 que permitia à mulher pedir o divórcio se o marido fosse incapaz de lhe prover uma quantidade diária da bebida. A sua introdução no mundo ocidental ocorreu em Veneza, depois de o Papa Clemente VII, encantado com a bebida, ter acabado com o anátema de ser uma "bebida de infieis". Mas a sua disseminação pela Europa teve mão portuguesa, pela aposta comercial de um judeu português radicado em Amesterdão. A importância dos portugueses na difusão do café é reforçada pela introdução do seu cultivo em terras de Vera Cruz, depois da qual se tornaram responsáveis por 95 por cento da produção mundial em fins do século XIX. Isto foi iniciado em 1727 por um oficial português que seduziu Mme. d'Orvilliers, esposa do governador da Guiana Francesa, e lhe subtraiu sementes de *Coffea arabica robusta*.

O ESTIMULANTE TERAPÊUTICO

A principal substância activa das infusões de café é a cafeína, o fármaco psico-estimulante mais consumido em todo o

mundo. Para além do aroma, tão bem louvado por Johann Sebastian Bach na sua Cantata nº 211 (*Coffee Cantata*), o consumo de café aumenta o estado de vigília, diminui a fadiga e causa uma melhoria geral do humor. O único efeito molecular conhecido da cafeína (em concentrações não tóxicas) é o bloqueio de receptores de adenosina, matéria de estudo de Alexandre Ribeiro, da Faculdade de Medicina de Lisboa, desde o princípio dos anos 70. Os seus "filhos" científicos, entre os quais me incluo, estão espalhados por várias universidades portuguesas, fazendo desta área de investigação biomédica uma das arenas em que a contribuição científica portuguesa é mais consistente.

Nos últimos anos, o estudo dos efeitos da cafeína passou de simples curiosidade científica a tema relevante do ponto de vista terapêutico. Observou-se inicialmente que o consumo de cafeína está associado a uma menor incidência da doença de Parkinson. Esta protecção resulta da acção da cafeína em receptores para a adenosina do sub-tipo A_{2A}. Isto levou ao desenho de antagonistas destes receptores como novos fármacos anti-Parkinsonianos, actualmente em estudos clínicos de fase IIb.

Alexandre Mendonça estendeu este conceito de utilização profilática da cafeína a outra doença neurodegenerativa cada vez mais frequente no mundo ocidental, a doença de Alzheimer. Observou que a ingestão regular de doses moderadas de cafeína (cerca de 2 "bicas"/dia) na idade média de vida se relaciona inversamente com a incidência desta doença. O nosso grupo, em Coimbra, mostrou que esta protecção se deve também ao bloqueio de receptores A_{2A} para a adenosina e, em estudos subsequentes, mostrámos que antagonistas destes receptores também previnem a epilepsia e sequelas resultantes de episódios repetidos de stresse. No seu conjunto, emerge a ideia de que o consumo moderado

de cafeína poderá ser uma interessante estratégia profilática para doenças do cérebro (que representam cerca de 1/3 das causas de doença na Europa).

Para além destes efeitos profiláticos a nível central, estudos recentes sugerem que o consumo de cafeína também pode ser benéfico na diabetes de tipo II ou na asma brônquica, diminui a incidência de calcificações vesiculares e melhora o prognóstico de doenças hepáticas crónicas. Particularmente relevante é a observação de que a cafeína controla a resposta imune/inflamatória, podendo ser o consumo de cafeína benéfico no controlo de neoplasias, nomeadamente melanomas. Por outro lado, é nesta altura claro que o consumo moderado de cafeína em pessoas saudáveis é desprovido de efeitos deletérios cardiovasculares, ao contrário da opinião erradamente disseminada na comunidade médica.

Assim, para além do sabor agradável, dos seus efeitos rápidos de melhoria de humor e da sua importância como catalisador social, o consumo moderado de café (e nunca de descafeinado!) parece ser uma apetecível estratégia profilática para muitas doenças que nos esperamos ao envelhecermos. No entanto, o seu consumo deverá ser moderado e sobretudo controlado em indivíduos padecendo de ansiedade, insónias ou arritmias, assim como em mulheres grávidas ou crianças, por terem um metabolismo mais lento da cafeína.

RODRIGO A. CUNHA
Centro de Neurociências de Coimbra, Instituto de Bioquímica, FMUC
racunha@ci.uc.pt
http://cnc.cj.uc.pt/lab_lef/



20 LARGO



Reencontro com a Baixa de Coimbra

RAIMUNDO MENDES DA SILVA *

Durante cerca de dois anos, várias dezenas de jovens licenciados em Arquitectura, Engenharia e Sociologia da Universidade de Coimbra trabalharam na Baixa da Cidade, para, pelos seus sentidos e saberes, obterem uma extensa visão desta zona do Centro Histórico. Um quarto grupo, dedicado aos Sistemas de Informação, criou as ferramentas para a difusão e a utilização, com valor acrescentado, dessa informação.

Para todos eles – e também para todos os que vão poder partilhar a sua experiência, registada de forma incansável em vários milhares de fotografias e desenhos, centenas de entrevistas e incontáveis linhas de programação – a Baixa de Coimbra passou a ter o gosto especial de um território felizmente vivo e mais rico do que, por preconceito ou desconhecimento, frequentemente se imagina.

UM PROCESSO SINGULAR

Esta acção constitui uma parcela relevante de uma colaboração complexa e singular entre a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal, no âmbito do Processo de Reabilitação Urbana e Social da Baixa de Coimbra, ao abrigo de um protocolo assinado em 28 de Maio de 2003, para desenvolvimento, pela Universidade, de um estudo interdisciplinar da Baixa de Coimbra, nas vertentes sociológica, demográfica, construtiva, arquitectónica e patrimonial, e do correspondente sistema de informação, que permitisse apoiar um processo de reabilitação, não só no médio e no longo prazo, mas também de imediato, através da identificação das situações de risco construtivo, patrimonial e social iminente.

A tarefa foi entregue ao Instituto de Investigação Interdisciplinar, com coordenação científica dos Doutores Carlos Fortuna, Walter Rossa, João Coutinho, Raimundo

Mendes da Silva e Eduardo Júlio, apoiados por uma pequena equipa de coordenadores seniores e de alunos de pós-graduação e pelas equipas técnicas de jovens licenciados.

A concepção e implementação de estratégias e métodos de observação e registo para o maior levantamento nacional integrado de um centro histórico – mais de 700 edifícios, detalhadamente observados, e o dobro dos residentes inquiridos – usufruiu, naturalmente, de experiência acumulada, mas não deixou de constituir um novo desafio, que obrigou a uma extensa reflexão nos meses que antecederam as acções de campo.

À coordenação científica não puderam ser alheias as preocupações com a distinção entre “realidade” e “objectividade”, com o difícil equilíbrio entre a “multidisciplinaridade” e a “interdisciplinaridade” do projecto, com os problemas de escala da operação e com a necessidade de minimizar a tensão provocada pelos inquéritos e levantamentos junto da população.

IMAGEM DE UMA BAIXA TRANSVERSAL

Quando alguns esperavam uma visão “objectiva” da realidade, única e inquestionável, houve que responder, em alternativa, com a sua complexidade e o seu carácter dinâmico, assente num quadro de valores tão aberto quanto possível, mas inevitavelmente subjacente a qualquer modelo de levantamento, que permita aos seus utilizadores, num determinado contexto, presente ou futuro, a construção da sua própria “imagem” da realidade. A Universidade, por imperativo da sua missão e por princípio de cidadania, construirá e divulgará, a seu tempo e ao ritmo que considerar oportuno, as suas próprias “figurações” da realidade e propostas de actuação,

sem que se estas se confundam com a matriz de partida.

O tempo presente é o da reflexão sobre os resultados e do aperfeiçoamento das ferramentas de apoio à sua divulgação e utilização. É o tempo de avaliar e abrir caminho a novos desenvolvimentos.

Está criada a infra-estrutura onde se podem apoiar muitos projectos, eventualmente com sentidos opostos. Aqui buscam razões, desde já, as correntes da preservação, mas também as da demolição ou da transfiguração intensa. A Câmara Municipal, promotora do processo e primeira responsável pela gestão da cidade, enquadrará estrategicamente a utilização da informação e do sistema desenvolvido.

A Universidade, pelo seu lado, e nos termos do protocolo, faz emergir, progressivamente, pequenos e grandes projectos de investigação que, cada um a seu modo, tornam mais valiosa para a cidade a informação recolhida – ajudando-a numa reflexão sustentada sobre o futuro – e dela se servem para testar e alargar o estado do conhecimento científico em áreas tão diversas como o desenvolvimento urbano, a vulnerabilidade sísmica, o desenvolvimento social ou a sustentabilidade energética.

Com a candidatura da Universidade a Património Mundial, o processo da Baixa ganha nova expressão porque a torna, definitivamente, indissociável da Alta, ambas na zona envolvente da área candidata e merecedoras de uma especial atenção. Se dúvida houvesse sobre o interesse da reabilitação da Baixa de Coimbra, valorizando o seu tecido urbano e social, no respeito equilibrado pela história e pelas condições de vida dos seus habitantes, ela teria deixado de existir com a evolução recente destes projectos.

Na *Rua Larga*, da Alta, dá-se hoje visibilidade ao reencontro com a Baixa.

* Pró-Reitor da Universidade de Coimbra

Sociedade de Reabilitação Urbana: Passos para renovar a Baixa

JOÃO PAULO CRAVEIRO *

Como todas as cidades antigas, Coimbra possui um centro histórico de altíssimo valor monumental e urbanístico, que ocupa uma área extensa e abrange zonas diferenciadas, como a Alta, a Baixa e o rio.

Por razões diversas, a Baixa de Coimbra sofreu ao longo de muitos anos um processo de contínua degradação que teve como consequência uma perda acentuada de valor que se revela a nível de renda, de crise do comércio instalado, de perda de habitantes, de degradação dos prédios, de problemas sociais vários, de insegurança pública, etc.

Urgia, assim, encontrar soluções para se ultrapassar esta crise grave que ameaça destruir definitivamente todo um património social, cultural e económico.

Com esse objectivo, a Câmara Municipal de Coimbra promoveu diversas acções preparatórias, que culminaram na criação, em Fevereiro de 2005, da Coimbra Viva SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, SA.

ACÇÕES PREPARATÓRIAS

No início do processo, a Câmara Municipal de Coimbra levou a cabo, em Maio de 2003, a realização de uma conferência internacional para debater o “Processo de Recuperação, Renovação Urbana e Social da Baixa”. Dessa conferência internacional resultou um conjunto de importantes conclusões, apontando para o posicionamento estratégico da Baixa e

recomendando a adopção de um programa claro nos seus objectivos e limites que se norteie, nomeadamente, pelo “respeito pelo património edificado existente, suas morfologias e significados” e capaz de “garantir a sustentabilidade ambiental e energética”.

Ainda em Maio de 2003, a Câmara Municipal de Coimbra celebrou um protocolo com a Universidade de Coimbra no valor de um milhão de euros, com o fim de realizar o levantamento exaustivo da realidade urbana da Baixa de Coimbra, contemplando ainda o desenvolvimento de modelos de análise dos dados obtidos. Esse levantamento e posterior tratamento são de natureza pluridisciplinar, abrangendo três especialidades: Arquitectura, Engenharia e Sociologia. Os elementos levantados foram introduzidos em base de dados, tendo sido desenvolvido um modelo de análise original, designado por Sistema de Informação e Gestão Urbana (SIGURB).

Após a realização da conferência internacional, a Câmara Municipal de Coimbra encarregou uma comissão de acompanhar os trabalhos de levantamento da Universidade e elaborar um documento estratégico e uma base programática para os futuros projectos visando a reabilitação da Baixa. Esse documento, em forma de relatório, foi aprovado pela Câmara Municipal em Março de 2005, apontando propostas e definindo o balizamento das acções de Reabilitação Urbana na Baixa

ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO DA SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA

Na sequência destas acções e iniciativas convergentes na decisão de avançar com a Reabilitação da Baixa de Coimbra de uma forma não casuística, mas sustentada, a autarquia de Coimbra, juntamente com o Estado, através do Instituto Nacional de Habitação, promoveu a constituição da Coimbra Viva SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana.

A Coimbra Viva SRU tem como missão levar a cabo a Reabilitação Urbana do Centro Histórico da Cidade de Coimbra, de acordo com o Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio, que definiu o quadro legal da actuação das Sociedades de Reabilitação Urbana.

Aquele diploma regula o regime jurídico excepcional da reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.

Apesar de a Coimbra Viva SRU ter como objecto todo o centro histórico, irá prioritariamente desenvolver a sua actividade na habitualmente designada Baixa de Coimbra.

A primeira tarefa da Coimbra Viva SRU consistiu em proceder à análise de toda a área da Baixa com o objectivo de definir as “unidades de intervenção-piloto” prioritárias, definindo assim as linhas fundamentais da estratégia da sua acção. Após o que encomendou, por concurso público, a elaboração do Documento Estratégico da 1ª Unidade de Intervenção.

A esta primeira Unidade de Intervenção seguir-se-ão as outras sete já definidas em termos gerais, numa área total de cerca de 14 hectares.

A Reabilitação da Baixa terá que criar condições para atrair novos moradores que gostem de lá viver. Terá de garantir “funções e actividades âncora” que garantam uma vivência intensa e actividades económicas de qualidade, tudo isto em pleno respeito por uma vivência histórica e um património edificado existente.

Numa época em que os recursos são cada vez mais escassos, faz todo o sentido reabili-

tar o existente, em vez de expandir as cidades com os sobre-custos inerentes. Incentiva-se assim uma actividade económica com grande potencialidade, que utiliza técnicas de vanguarda, apoiadas por investigação avançada. Acresce que a candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial não poderá ter êxito sem que a Baixa seja objecto de cuidados especiais.

A Reabilitação da Baixa de Coimbra constitui um objectivo extremamente importante para toda a cidade, justificando o interesse e apoio das diversas entidades envolvidas. O exemplo do protocolo entre a autarquia

e a Universidade relativo ao SIGURB mostrou o que deve ser um correcto e profícuo inter-relacionamento entre entidades frequentemente de costas voltadas e que assim demonstram como podem ambas beneficiar de um bom entendimento e conjugação de vontades. Que este exemplo frutifique e se multiplique na reabilitação urbana de Coimbra, para que daqui a uns anos todos nos possamos orgulhar do trabalho executado.

* Coimbra Viva SRU



Sociologia: Enunciar a Baixa de Coimbra

CARLOS FORTUNA *

A cidade só é homogénea na aparência.

W. Benjamin

Lê-se a abrir o admirável *Coimbra vista do céu* de Filipe Jorge e José A. Bandeirinha que “[v]er do ar é admirar; de uma forma irrepetível, aquilo que o olhar mais atento e perspicaz não consegue apreender no quotidiano”. Sem dúvida. A cidade revela-se a partir do alto de modo muito particular. Se tudo o que revela esconde, *Coimbra vista do céu* comprova de forma cristalina como, na cidade, se ofuscam mutuamente, a cada instante, harmonia e incoerência, espectáculo e realidade.

Como se estivéssemos no ar, também nós, os sociólogos que entrámos Baixa adentro com o intuito de fazer o seu retrato sócio-demográfico, sentimos que, mesmo à mais baixa cota, a cidade, revelando-se, parece esconder-se. De si e de nós. A cidade não se deixa desvendar sem resistir: E fá-lo impondo desordem onde se espera rigor, ou incultura onde se pretende cidadania. Vista do chão, qualquer cidade, por mais transparente, mostra-se sempre enigmática, indisciplinada e relapsa.

Reconfirmá-lo foi, sem dúvida, um gratificante ensinamento do envolvimento na produção de um instrumento multidisciplinar de análise – o Sistema de Informação Geográfica (SIG), resultante da parceria da Câmara Municipal de Coimbra e da UC – para eventual sustentação da anunciada Renovação Urbana e

Social da Baixa da Cidade. Este texto resulta, a um tempo, da experiência interdisciplinar e do trabalho da equipa de sociólogos das coisas urbanas do CES. Não desejando ocupar a *Rua Larga* com detalhes empíricos e quantitativos, opto por um breve registo de fragmentos sociológicos da Baixa de Coimbra.

PARA UMA DESCRIÇÃO DA BAIXA

Enunciar a Baixa de Coimbra significa falar de um conjunto de 838 edifícios que representam 3384 fracções autónomas. Destas, 2041 são não residenciais e apenas 880 são residências efectivas (sendo as restantes devolutas). À fraca densidade residencial da Baixa junta-se uma estrutura económica e funcional típica dos centros históricos urbanos: domínio do pequeno comércio (47% das fracções não residenciais) sobre os serviços (*grosso modo*, “bancos”, “escritórios”, “consultórios” e “cafés e restaurantes”).

Os ritmos diários impostos à Baixa por este tecido residencial e funcional lançam sobre a vida social da zona a indelével oposição entre a “cidade do dia” e a “cidade da noite”. Esta fractura, em desaparecimento em cidades de acentuada feição pós-fordista, e mesmo em outras *centralidades* de Coimbra (Praça da República, sem dúvida), alimentam imaginários

e práticas sociais urbanas muito diversas. A ideia de “desertificação” e as suas derivadas “perigosidade” e “insegurança” nocturnas serão, em larga escala, forjadas enquanto construções apressadas e imagens invertidas da *soft* efervescência e do bulício diurnos da Baixa.

Enunciar a Baixa significa ter em conta a existência de 27 fracções residenciais sem cozinha; 19 sem WC; 80 com WC incompleto (ou duche ou sanitários)! A persistência destas “ilhas” de precariedade é um indelével sinal de incoerência da cidade. A coerência da cidade não se faz apenas pela lógica da economia de mercado. Aí a Baixa tem padrões médios de “conforto doméstico” elevados (mais de 95% das residências estão munidas de fogão, frigorífico e TV).

Enunciar a Baixa equivale a falar de 1528 residentes (representando 662 agregados inquiridos), com uma maioria (esperada) de mulheres (57,9%), e uma expressiva (mas não esperada) representação de pessoas com idades entre os 16 e os 24 anos (25,1%). A população com 65 e mais anos representa 23,4% do total, sendo que 10% destes vivem sós. Muitos deles pertencem às quase três centenas de inquiridos que moram na Baixa há mais de 30 anos e declaram não se deslocar a outras zonas da cidade porque ali satisfazem as necessidades do dia-a-dia (compras pessoais, uso de serviços, convívio). É forte, portanto, a auto-identificação dos

residentes com a Baixa, principalmente os idosos, forjada numa relação instrumental com o espaço físico e socialmente vivido. A valorização desta relação com o lugar constitui um universo relacional e de referência decisivo dos residentes seniores. Para muitos, viver na Baixa, mesmo só, é preferível a mudar de zona de residência. Tal cenário envolve um desafio de reconstrução identitária que recebem, projectando antes poder vir a beneficiar da inter-ajuda resultante de relações interpessoais longamente cultivadas e das sociabilidades de proximidade.

A PERCEPÇÃO DA “OUTRA” CIDADE

A Baixa revela este traço de autocentramento e algum entendimento intergrupar, sobretudo na avaliação do que lhe é exterior. Para uma sólida maioria dos inquiridos, Coimbra além-Baixa é a “cidade universitária” (73,7% das menções), sendo que outras possíveis Coimbras (“turística”, “de saúde”, “histórica”, “de serviços”, “comercial”) são muito residualmente mencionadas. Será esta uma daquelas representações colectivas continuamente reactualizadas e decorrentes da histó-

ria urbana de uma cidade cultural e politicamente disputada?

Requalificar a Baixa é urgente e está anunciado. Haverá dúvidas sobre se é possível, e desejável, reinventar a sua natureza sócio-cultural e fazer da Baixa algo de diferente, ou se é possível, e desejável, simplesmente melhorar o seu tão complexo tecido social e as condições de existência que o seu passado legou à cidade. Numa ou noutra hipótese, ou em ambas, é essencial que a requalificação da Baixa resulte em acréscimo de coerência para a cidade no seu todo.

* Centro de Estudos Sociais da UC

Retalhos da Vida da Baixa

A Baixa depois das 7 horas morre completamente. Aí se calhar é um problema. (“André”, 30 anos)

Eu não tenho qualquer sensação de insegurança aqui na Baixa. (“Paulo”, 35 anos)

A única desvantagem é a gente não poder andar a circular na nossa Baixa sossegadinhas à noite. (“Maria”, 38 anos)

Esta zona é muito suja e com muito pouca gente interessada pela limpeza. (“João”, 73 anos)

Acho que na Baixa as pessoas vivem mal e há muita miséria, mas eu gosto de cá viver: Estou habituada a isto. (“Ana”, 68 anos).

Não... não saio da Baixa para nada. Só vou ao hospital e isso é de ano a ano (...) Aqui é tudo pertinho da gente... Gosto muito da Baixa. (“Ana”, 68 anos).

Gostava muito de viver aqui ao lado da Loja do Cidadão. (...)

(Q: Noutra zona da cidade?) R: “Não, porque estava desenquadrado daquilo que eu gosto, que é a Baixa. Está a perceber?” (“João”, 63 anos)

[Recolha de C. Gomes]

Arquitectura: Levantamento para apoio à decisão

WALTER ROSSA *

A equipa de Arquitectura foi constituída por nove jovens licenciados em Arquitectura pelo Departamento de Arquitectura da UC (DARQ), cabendo à arquitecta Sandra Pinto a sua supervisão e a mim a coordenação geral. Por razões que se prendem com a própria especificidade das tarefas de que foi encarregada, foi a equipa com maior presença no terreno, a que passou mais tempo dentro de cada edifício, a que até mais tarde permaneceu no gabinete criado pela Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e pelo Instituto de Investigação Interdisciplinar da UC (III) no Largo da Fornalhinha.

Razões de vária ordem levaram a que o universo inicialmente previsto de cerca de sete centenas de edifícios crescesse para mais uma centena, número que acabou compensado pelo facto de em alguns casos ser dispensável ou não autorizada a acção. Essas e outras razões também contribuíram para que no final do contrato tivéssemos apenas completado o trabalho para cerca de quatro centenas de edifícios, estando ainda pendente a hipótese de, agora com todas as condições e experiência, se completar a operação.

OPERAÇÃO DE LEVANTAMENTO

As tarefas por nós assumidas consistiam, sumariamente, no levantamento arquitectónico

dos edifícios registado em CAD (*Computer Aided Design*) sobre a base topográfica digital fornecida pela CMC, com a posterior análise de diversas características dos mesmos. Acresça-se o levantamento das características do espaço público e do respectivo equipamento. Uma outra vertente fundamental era a avaliação crítica do valor cultural e do potencial dos edifícios, conjuntos e espaços públicos, bem como o regresso à análise sobre a evolução morfológica da área. Os levantamentos foram essencialmente realizados à fita, sendo exigido que a margem de erro não ultrapassasse os dois centímetros. Por outro lado, nos desenhos em CAD foi carregada informação que, conjugada com o levantamento fotográfico e com os elementos coligidos pelas outras equipas, nos dá uma leitura correcta dos detalhes e acabamentos, permitindo a recomposição do desenho sempre que tal se torne necessário. Graças à georeferenciação, toda esta informação desenhada é interactiva, ou seja, é possível relacionar e juntar de forma automática plantas, cortes e alçados de edifícios diversos, ter leituras globais de quarteirão em qualquer um desses tipos de projecções ortogonais, etc. Contudo, como a CMC não nos pode fornecer em tempo útil o levantamento digital georeferenciado para toda a área, por enquanto só para um terço dos edifícios será possível operar com todas estas valências do sistema. Para os demais contamos apenas com os ficheiros do levantamento.

TIPOLOGIA DOS EDIFÍCIOS DA BAIXA

Foi e é a partir desse enorme manancial de dados primários que, em presença dos conhecimentos existentes sobre a história da área, se procedeu a uma seriação dos edifícios segundo diversos aspectos, designadamente dimensões, tipos, divisão, organização e composição, etc., os quais nos permitem parametrizar a habitabilidade/utênci existente e potencial e a valia patrimonial de cada imóvel. Dessa forma estabelecemos uma grelha que classifica cada um dos edifícios segundo cinco parâmetros, a saber: valia patrimonial no conjunto, valia patrimonial individual, elementos e grau de dissonância, grau de impacto da transformação da fachada no piso térreo e elementos de valia artística.

É cruzando essas conclusões com a informação das demais equipas que, entre todos, vamos encontrando patamares de informação que permitem à entidade gestora do processo determinar – também face ao estatuto da propriedade, aos meios disponíveis para a intervenção, às possibilidades de realojamento dos actuais ocupantes, etc. – qual o tipo de acção adequada a cada caso. Competirá ao decisor político e não a nós definir a partir de que nível se deve renovar, reconstruir, restaurar, refuncionalizar, etc. Mas, ao fazê-lo, dispõe de informação sistematizada, criteriosa e sustentada.

Após a decisão, os dados básicos voltarão de novo a ter uma importância instrumental essencial, pois é sobre os ficheiros CAD do levantamento que se desenvolverão os projectos que conduzirão as empreitadas de reabilitação.

Importa ainda referir que por trás de todo este sistema de recolha, registo e tratamento de informação, o trabalho desta equipa não se limitou a uma mera prestação de serviços.

Bem para além da já em si muito estimulante interacção com as demais com vista à montagem do sistema, desde logo alguma reflexão de cariz científico foi feita de entre a muita que, no âmbito de provas académicas, já se encontra em curso.

Pela extensão, rigor e detalhe, a informação coligida será doravante uma fonte essencial, não apenas para os estudos morfológicos sobre a Baixa de Coimbra, mas também para

outros de âmbito mais lato. Resta esperar que o modelo seguido e o sistema criado possa ser utilizado em outros núcleos urbanos, gerando informação para as respectivas acções sustentadas de salvaguarda, mas também para o conhecimento global das matrizes urbanísticas, arquitectónicas e construtivas dos cascos centrais das cidades portuguesas.

* Departamento de Arquitectura da FCTUC



Engenharia: Patologia dos Edifícios

EDUARDO JÚLIO *

A equipa de engenharia civil foi denominada “equipa da patologia” por ser uma das suas principais funções o levantamento de anomalias construtivas e estruturais. Foi inicialmente constituída por seis engenheiros civis juniores, com a orientação no terreno de um engenheiro civil sénior e com a supervisão científica de dois professores do Departamento de Engenharia Civil da FCTUC, contando ainda com a colaboração de alunos de mestrado e de doutoramento no desenvolvimento de metodologias de inspecção e diagnóstico.

DIAGNÓSTICO DOS SINTOMAS

O trabalho da “equipa da patologia” consistiu, numa primeira fase, na visita a cada um dos cerca de 800 edifícios da área em estudo, observação visual do seu estado de conservação e avaliação dos seus níveis de conforto, salubridade e segurança. Foi efectuado um registo fotográfico exaustivo de todos os elementos relevantes, assim como um registo escrito, através do preenchimento das seguintes fichas de inspecção previamente definidas: Identificação do Edifício; Avaliação das Coberturas; Avaliação das Paredes de Fachada; Avaliação dos Pavimentos; Avaliação das Paredes Interiores/Caixilharias/Tectos; Qualidade e Segurança Estrutural; Condições de Ventilação/Salubridade e Iluminação Natural; Condições Térmicas e Acústicas; Eficiência das

Redes de Distribuição de Águas e Drenagem de Esgotos; Eficiência das Redes Eléctrica e Telefónica; Condições de Segurança Contra Incêndio. Foram ainda desenvolvidas fichas de inspecção específicas para edifícios em situação de pré-ruína, edifícios remodelados ou recentemente intervencionados e edifícios de armazéns e comércio. Toda a informação foi introduzida na aplicação informática desenvolvida pela “equipa de sistemas” (de apoio à decisão), juntamente com os dados recolhidos pelas restantes equipas: “arquitectura” e “sociologia”. Numa segunda fase, o número de engenheiros civis juniores foi reduzido a dois, consistindo o seu trabalho exclusivamente no processamento e tratamento dos dados obtidos.

AS PATOLOGIAS E A TERAPÊUTICA

Durante o desenvolvimento do trabalho foi possível identificar as situações pontuais mais urgentes ao nível da intervenção estrutural, por motivos de segurança, e que estão frequentemente associadas às situações igualmente mais frágeis do ponto de vista social. Este foi o primeiro tipo de informação fornecido à Câmara Municipal de Coimbra (CMC), permitindo uma resolução imediata dos casos críticos. Os objectivos finais só podem, contudo, ser atingidos após a conclusão do trabalho da “equipa de sistemas”,

como sejam a construção de um quadro de referência geral sobre o estado de conservação da Baixa de Coimbra e a análise de vários tipos de intervenção possíveis, permitindo a definição de um plano estratégico de requalificação, com uma escolha criteriosa e fundamentada dos meios técnicos e administrativos mais adequados à operação.

Na última etapa do processo de recuperação e renovação urbana e social da Baixa de Coimbra, o trabalho desenvolvido constituirá igualmente uma ferramenta ímpar de apoio ao projecto individual ou colectivo de reabilitação e ao processo de licenciamento. Com efeito, o ateliê de arquitectura e o gabinete de engenharia, envolvidos num determinado projecto individual, terão acesso a todo o tipo de elementos desenhados e escritos sobre o edifício em questão, como sejam plantas, cortes e alçados, em CAD e georeferenciados, informação sobre o valor cultural do edifício, avaliação do seu estado de conservação e identificação dos defeitos de todos os seus elementos construtivos e estruturais, entre outros.

Importa ainda referir que as anomalias observáveis nos edifícios são manifestações da sua progressiva degradação com o tempo, associada à falta de manutenção, ou são resultantes de erros estruturais e/ou construtivos, originais ou resultantes de sucessivas adaptações. O padrão de fissuração e o abaulamento de fachadas são alguns dos exemplos mais frequentemente registados cuja análise

permite identificar, em geral, as respectivas causas prováveis e definir a reparação necessária. No entanto, há outro tipo de informação essencial à análise estrutural de cada edifício que não foi contemplada no estudo protocolado com a CMC e que importará realizar, nomeadamente, a caracterização mecânica dos seus materiais estruturais. Estando grande parte dos edifícios ocupados, é inviável a realização de ensaios em cada um

destes. Porém, a realização de ensaios em edifícios devolutos seria extremamente importante para efectuar uma avaliação estatística de parâmetros fundamentais como a resistência à compressão e o módulo de elasticidade das paredes exteriores (a maior parte em alvenaria de pedra argamassada) e a resistência e o comportamento em serviço de elementos estruturais de madeira. A abertura de poços para observação de fundações,

assim como a realização de estudos geotécnicos, seriam igualmente de grande importância e completariam a informação necessária à definição do projecto de reabilitação estrutural.

* Departamento de Engenharia Civil da FCTUC
e Co-Coordenador da Equipa de
Patologia dos Edifícios



SIG: Uma nova imagem da Baixa

JOÃO COUTINHO *

O processo de Reabilitação Urbana e Social da Baixa de Coimbra iniciou-se, no terreno, com um levantamento exaustivo da realidade conduzido ao abrigo de um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e a Universidade de Coimbra (UC). Levado a efeito por três equipas (Arquitectura, Sociologia e Patologias da Construção), o volume de dados recolhidos e a sua diversificada natureza tornaria muito difícil o seu uso nos estudos e na renovação, se não fosse concebido um sistema que, no mínimo, os pudesse receber, armazenar e inter-relacionar convenientemente.

A CMC deu, desde a primeira hora, uma grande importância a este aspecto, ao mesmo tempo que todos os outros parceiros envolvidos no processo colocaram grandes expectativas sobre o que a UC poderia apresentar neste domínio. Uma equipa sediada no Departamento de Engenharia Civil/FCTUC (Laboratório de Urbanismo, Transportes e Vias de Comunicação) ficou com a respon-

sabilidade da concepção e desenvolvimento de um sistema de gestão e apoio à decisão. A sua experiência no desenvolvimento de modelos e ferramentas profissionais e científicas de engenharia, planeamento e gestão, nomeadamente do domínio dos designados Sistemas de Apoio à Decisão Espacial, justificaram tal opção. Neste contexto, o domínio de metodologias científicas e de tecnologias de informação era indispensável para o sucesso da concepção e implementação, porquanto não se tratava de adquirir uma qualquer ferramenta comercial pronta a usar (ou várias ferramentas distintas) e adaptar as necessidades à ferramenta, com os indesejáveis resultados muito bem conhecidos.

HIPÓTESES DE TRABALHO

Tendo em conta o facto de a informação ser eminentemente de natureza espacial, haveria que integrar tecnologia SIG (Sistemas de

Informação Geográfica). O volume e as complexas inter-relações entre a informação das diversas especialidades, envolvendo também fotos e desenhos CAD (Computer Aided Design), aconselharia o uso de um Sistema de Gestão de Bases de Dados Relacionais (SGBDR). A exploração de vias que permitissem chegar à informação útil e construir conhecimento a partir dos dados obtidos no terreno aconselhava a implementação de métodos de análise espacial e metodologias multicritério. Só seria possível tratar uma realidade fortemente multidimensional constituindo uma Base de Métodos (BM).

À arquitectura, já complexa, das três componentes (SIG + SGBDR + BM) tornava-se necessário adicionar acessibilidade a um conjunto alargado de pessoas, por exemplo nos vários departamentos da CMC, na posteriormente constituída Sociedade de Reabilitação Urbana, às equipas projectistas, etc. Logo, uma solução monoposto (com redundância de dados), ou mesmo de rede local (só para



uso interno na CMC) não era suficientemente abrangente para as necessidades que se perspectivavam. A desejável quarta característica a juntar ao sistema seria a acessibilidade pela internet, através de um *browser* corrente. Contudo, tal opção apresentava algumas limitações tecnológicas: a componente SIG deveria permitir não só a visualização de mapas, mas a intervenção do próprio utilizador desencadeando operações de análise, criação de objectos, introdução de informação alfanumérica e gráfica, projecções de resultados diversos, execução de modelos de apoio à decisão, etc.

Após ponderação do risco, enveredou-se pela opção mais ambiciosa e inovadora da fusão num sistema único das quatro componentes: SIG, SGBDR, BM, *internet/browser*. As vantagens eram enormes: trabalhar em qualquer local com um SIG sediado num computador remoto usando apenas um *browser*; aceder a

informação volumosa do SGBDR e suas inter-relações complexas; usar funções de análise espacial e desencadear a execução de métodos formais de apoio à decisão (baseados em programação matemática, modelação multicritério, redes, etc.) com interactividade; e representação de resultados, quer no chamado espaço dos critérios, quer no espaço da realidade (mapas no ambiente SIG).

UMA NOVA FERRAMENTA

Assim nasce o SIGUrb, vocacionado para dar resposta a múltiplos problemas de planeamento e gestão de cidades, redes e territórios, mas aplicado de imediato, e neste caso concreto, à renovação da Baixa de Coimbra. Disponível em <http://sigurb.dec.uc.pt>, qualquer utilizador poderá ter acesso a uma perspectiva das suas potencialidades entrando

com *Login: demo* e *Password: demo* (manuais e informações também lá disponíveis). O sistema disponibiliza, através de qualquer *browser* (Explorer, Firefox, Safari, etc.) as componentes referidas. Dispondo de um acervo de 90 mil fotos digitais, desenhos de CAD dos edifícios e numerosa informação alfanumérica proveniente dos levantamentos no terreno, o sistema permite ver, editar e imprimir as fichas individuais dos edifícios, montar fachadas de rua e plantas de quarteirões, etc. A componente de índole mais científica funde toda esta tecnologia com os referidos modelos formais de apoio à decisão. Um sofisticado sistema de definição de permissões permite, ainda, configurar perfis de acesso personalizados. Uma visita ao sistema é sempre bem-vinda, além de tornar esta sucinta explicação numa viagem única pela Baixa...

* DEC/FCTUC

Ficha técnica

Responsável e Coordenador Científico: João Coutinho, Prof. de Engenharia Civil, DEC/ FCTUC

Investigadores Seniores UC: Eng.º Luís Alçada e Eng.º Eduardo Natividade

Desenvolvimento: Vários engenheiros recém-licenciados e alunos finalistas contratados.



Visões Futuras: O espaço dos que chegam à cidade

JORGE GOUVEIA MONTEIRO *

Na abertura da Conferência Internacional que, em Maio de 2003, marcou o arranque do processo de recuperação e renovação urbana e social da Baixa de Coimbra, propus que se abordasse a Baixa a partir desta noção: o sítio dos que chegam à cidade. Fi-lo, apelando à memória histórica do arrabalde entre as muralhas e o rio, cujo casario e estreitas ruas o Professor Jorge de Alarcão tão bem apresentou. Mas fi-lo também para suscitar a reflexão sobre o tecido económico e social deste importantíssimo pedaço da Coimbra de hoje e sobre a sua ligação com o resto do espaço urbano que se alarga desmesuradamente.

Faz todo o sentido que uma cidade de média dimensão tenha um espaço de acolhimento e encontro, porque isso coincide justamente com a ideia de centro, a partir do qual a vida, as escolhas, os trajectos se estruturam.

Apostar, hoje, na recuperação e renovação da Baixa de Coimbra, passa fundamentalmente por quatro grandes eixos, fortemente interligados:

- Recuperar o equilíbrio entre as várias funções urbanas que caracterizam o centro. Devolver a habitação perdida (480 fogos devolutos), ultrapassando definitivamente as visões redutoras de “galeria comercial”. Criar condições para a fixação duradoura de famílias e não apenas de estudantes ou casais em princípio de vida.

O município empreendeu já, por sua conta, uma parte desta tarefa e tem em curso a recuperação de 40 fogos para arrendamento e 19 para venda. Além disso, concretizámos, até ao momento, em substituição dos respectivos proprietários, obras em 11 edifícios da Baixa, solucionando as questões de salubridade e segurança dos respectivos inquilinos e proporcionando o arrendamento de novos fogos. Os proprietários, por determinação da Câmara, executaram obras em mais 28 prédios, que vão desde recuperações de grande vulto, como a do Colégio de S. Boaventura e da parte do Colégio de S. Bernardo onde funciona um jardim de infância de enorme importância para a população da Baixa, até intervenções bem mais modestas.

Tenho esperanças fundadas em que a Sociedade de Reabilitação Urbana, de acordo com as orientações aprovadas pela Câmara – favorecer o emparcelamento de pequenos prédios, preservando as fachadas, contrariar o fraccionamento dos pisos de maior área em fogos de baixa tipologia – venha a conferir maior velocidade e envolvimento dos capitais privados a esta decisiva recuperação habitacional do conjunto.

- Atrair novas funções culturais e económicas, contrariar a saída de serviços centrais. São, para já, bons sinais a anunciada entrada em funções do Teatro da Sofia, a já muito próxima abertura da loja/café concerto da

Orquestra Clássica do Centro, na Rua Direita, e a consolidação do espaço do Jazz Clube do Centro, no Largo do Poço. Mas é preciso mais, muito mais. À Baixa falta uma grande livraria na Praça Velha (porque não no belíssimo edifício em recuperação junto à Igreja de S. Bartolomeu?), faltam mais restaurantes de qualidade. Falta sobretudo, dada a dimensão e a qualidade dos edifícios, aproveitar em pleno os colégios universitários da Rua da Sofia. Se se perdeu a oportunidade para aí instalar o Conservatório de Música, não deixemos perder mais nenhuma outra e concretizemos o Centro de Documentação 25 de Abril. A saída da PSP do (ou de grande parte do) celeiro de Santa Cruz abre possibilidades à instalação condigna do Conselho da Cidade, da Assembleia Municipal e respectivos serviços de apoio, tornando a participação dos cidadãos mais vizinha dos centros de decisão. Consumada que parece estar a saída para a Guarda Inglesa de grande parte das funções judiciais, será bom que algumas delas, nomeadamente as de maior afluência dos advogados e do público, se mantenham no actual Palácio da Justiça.

- Conferir a todas as intervenções e resultados uma grande qualidade urbana. O ponto de partida é a compreensão de que a Baixa vale pelo conjunto, que qualquer intervenção num edifício ou num conjunto de edifícios deve respeitar a harmonia com o todo.

A primeira unidade de intervenção vai dar o tom. E se as demolições na Rua João Cabreira, a cargo da Metro Mondego, não cuidaram de escorar previamente as fachadas, importa agora corrigir o erro e não ceder à tentação fácil de substituir quase tudo, com o argumento de que não tem estabilidade. Os levantamentos feitos pela Universidade são um auxiliar precioso para tomar as melhores decisões. Mas a qualidade e atractividade futura dependem também da melhoria do espaço público, do

aproveitamento de jardins e logradouros, da reposição de ligações entre ruas, becos e pequenos largos. E da qualidade e conforto da construção, da introdução de boas soluções ambientais quanto à eficiência energética dos edifícios, recuperação de água da chuva, etc. A negociação do estacionamento automóvel com os abundantes silos já existentes será também essencial.

- Reorganizar a acessibilidade de toda a

Cidade ao seu Centro. A entrada em funcionamento do eléctrico rápido e a criação da gare inter-modal na zona da “estação velha” são as duas peças fundamentais para libertar a Baixa do peso actual de tráfego de ligeiros e autocarros, alterar profundamente a Avenida Fernão de Magalhães e, desse modo, facilitar a ligação entre a Baixa e a marginal, onde o rio Mondego nos espera.

** Vereador, com o pelouro da Habitação, da Câmara Municipal de Coimbra*





Acabado de publicar, *A Dignidade - Konis Santana e a Resistência Timorense* é a mais recente obra de José Mattoso, fruto de uma permanência de cinco anos em Timor-Leste. Os três meses inicialmente previstos para ajudar a organizar os arquivos do mais novo país do mundo acabaram por se prolongar e dar origem a esta incursão na história contemporânea, bem afastada daquela que constitui a área de investigação privilegiada deste historiador de 72 anos.

Monge beneditino durante 20 anos, doutorado pela Universidade de Lovaina, director da Torre do Tombo entre 1996 e 1998, professor catedrático aposentado da área de História Medieval Portuguesa na Universidade Nova de Lisboa, eis alguns dos trilhos já pisados por José Mattoso, que na *Rua Larga* propõe algumas perspectivas sobre religião, história e portugalidade.

R•L *Enquanto historiador, o que é que acha que do nosso tempo vai ficar para a posteridade? Se for possível ter já essa noção sem o devido distanciamento...*

J.M. Depende do ponto de vista dos problemas. Acho que, de certo ponto de vista, a era dos computadores revolucionou completamente a História, ao nível das comunicações, da cultura, das transformações sociais. Do ponto de vista político, acho que as relações entre o Ocidente e os países do Islão vão ter também grandes consequências (e complicadas...); há autores, como Huntington, que falam na “guerra das civilizações” e os acontecimentos recentes parecem

dar-lhes razão, mas ninguém sabe quais as consequências. Há a questão das religiões, que parecem ter um peso maior do que se pensava na vida social, e também ninguém sabe como é que as coisas vão evoluir. Depois há o problema da poluição, das alterações climáticas, que também têm grande envergadura. Tudo isso, do ponto de vista muito macro, terá certamente efeitos.

R•L *Se apontássemos para uma perspectiva mais “micro”, se tivesse de eleger um acontecimento do século XX em virtude da sua significância, no que isto tem de redutor e simplista, encontra algum que se destaque?*

J.M. Acho que a independência de Timor é um acontecimento muito especial. Mas há coisas que acontecem, que estão praticamente ocultas, que só se descobrem depois. Estou, por exemplo, a ler um livro da Simone Weil que me impressiona extraordinariamente. São apontamentos dela que mostram a capacidade que aquela mulher tem de viver os acontecimentos do seu tempo, de assumir para com eles como que uma responsabilidade pessoal. A opressão das classes trabalhadoras, a sua humilhação, a maneira como ela assume isso é muito impressionante. E se ela não tivesse escrito isso, ninguém saberia. Mas foi também a intensidade com que ela viveu os acontecimentos que a levou a comunicar por escrito esses pensamentos e sentimentos. Nunca ninguém sabe qual é o resultado, para a Humanidade, de personalidades como essas, da influência do seu pensamento.

R•L *Por falar em personalidade marcantes, falemos de Konis Santana, o “herói” do seu mais recente livro. Não é propriamente o nome mais sonante quando se fala na história da resistência timorense. Acha que se pode enquadrar nessa perspectiva das personalidades que mesmo envoltas em algum silêncio acabam por ser determinantes no devir histórico e cuja envergadura será ditada pelo passar do tempo?*

J.M. Aqui não é tanto isso. Konis Santana aparece como personalidade que não é importante por causa de si próprio, mas por causa daquilo que ele representa, e representa de uma maneira exemplar: a resistência timorense. Falar de Konis Santana permite falar da resistência timorense como um fenómeno que tem características próprias. Konis Santana assume muito fortemente essa representação colectiva. Ele também é escolhido porque é o representante de Xanana e portanto partilha com ele as responsabilidades da direcção da luta. Escolhi-o também porque morreu e podemos falar dele sem que ele conteste aquilo que nós dizemos. Tem esse percurso exemplar e é o representante da direcção da resistência na falta de Xanana.

R•L *Nessa visão iconográfica, quais são as características de Konis Santana que encarnam, para si, as características da resistência do povo timorense, que considera, como diz no seu livro, um “milagre”?*

J.M. Ele é uma pessoa relativamente modesta, do segundo plano, é um executante.

Mas é também um homem de uma fidelidade extraordinária e muito consciente de tudo o que se está a passar, capaz de exprimir isso por escrito. Ele é autor de mensagens, para a juventude, para o povo timorense em geral. Nem todas as decisões que ele tomou foram as melhores ou as mais correctas, mas encarou a resistência, despersonalizando-se, quase, com uma generosidade total, e é por isso que ele representa bem a atitude dos timorenses em geral.

R•L *A morte precoce não terá também algum fio de relação com a resistência?*

J. M. Não, suponho que a morte é mais ou menos accidental. Ou melhor, é a consequência também das más condições em que ele vivia, porque tinha um estilhaço no pescoço, porque viveu muito tempo metido num buraco a respirar os vapores do petromax. Era um homem sofrido, que tinha problemas de estômago, etc. Tudo isso se foi agravando devido à sua adesão à resistência; era também uma vítima da resistência. A morte dele tem esse aspecto, não foi uma morte heróica, exemplar. Mas é a morte de um homem que entrega a sua vida, que aceita a morte como uma consequência da resistência.

R•L *Este livro mostra uma mudança de paradigma para a história mais contemporânea no seu percurso como historiador, já que a sua formação é no âmbito da História Medieval. Essa mudança foi querida ou foi uma consequência do contacto com o povo timorense?*

J. M. Foi mais isso. A razão que me levou a Timor foi, um pouco, participar, colaborar na reconstrução timorense. O sector em que eu achei que podia contribuir em alguma coisa era reconstituir os arquivos, ajudar a criar um arquivo nacional timorense. Foi isso que fiz nos três primeiros meses. Depois isto veio um pouco por acréscimo porque a Fundação Mário Soares fez uma exposição documental sobre a resistência timorense no ano 2002, na proclamação da independência, e pediu-me colaboração. Nessa altura, encontrámos o arquivo do Konis Santana e o Presidente Xanana pediu-me para tratar dessa documentação. Depois, seguiram-se todas as consequências disso. Durante muito tempo, não tive nenhuma ideia de escrever sobre a resistência timorense. Algumas pessoas perguntavam-me se eu ia para Timor para escrever sobre a história de Timor ou da resistência, e eu dizia sempre que não. Não era realmente essa a minha intenção, mas as coisas proporcionaram-se e acabei por gostar muito de fazer esse trabalho.

R•L *Entre as diversas actividades que desempenhou em Timor-Leste, também esteve ligado ao ensino. Como foi essa experiência?*

J. M. O que ensinei foi História da Igreja, no Seminário. Pareceu-me que merecia a pena fazer isso porque o défice cultural de Timor é enorme e é natural que o clero desempenhe uma vocação cultural de tipo humanístico, das Ciências Humanas, no futuro do país. Os timorenses estão muito interessados no desenvolvimento, na recuperação

económica, na luta contra a pobreza, etc. Nesses sectores, eu não poderia ajudar grande coisa, mas no ensino podia, e foi isso que eu fiz. Também porque podia ensinar em português. Se pudesse ensinar em tétum, poderia talvez fazer outras coisas. Esta foi a razão objectiva.

R•L *Qual acha que vai ser o futuro da língua portuguesa em Timor?*

J. M. Essa é uma questão muito difícil, muito complicada, apesar de muita gente falar sobre esse problema. Ainda há pouco tempo, apareceu no *Público* um artigo de Santana Castilho que fala desse problema linguístico, mostrando que a questão não está resolvida e que vai evoluir ainda longamente. É complicado, porque há umas 30 línguas diferentes em Timor; o tétum é a língua de comunicação mas não é falada por todos os timorenses, apenas por 70 ou 80 por cento. O português só é falado por 5 a 8 por cento da população, ou por aí. Deve dizer-se que o português não pode representar em Timor o mesmo que representa, por exemplo, em Moçambique, onde é a língua corrente de toda a população escolarizada. Em Timor não, o ensino é em tétum e, portanto, passar de 8 por cento para uma língua que seja compreendida por todos os timorenses é um horizonte longínquo. Em todo o caso, do ponto de vista político, os principais responsáveis estão absolutamente determinados em manter o português como língua oficial. Os documentos oficiais, a legislação, tudo isso será em português, além de ser traduzido em tétum. Não sei se há casos de países com condições semelhante, mas







acho que é uma incógnita saber como é que as coisas vão evoluir. Em todo o caso, os timorenses que insistem muito no português têm consciência de que é um problema de identidade nacional, em que há qualquer coisa que os protege contra uma absorção completa, ou da Austrália ou da Indonésia, e que não pode ser substituída facilmente. Por outro lado, põe em contacto com um certo meio internacional, com os países da CPLP, e tudo isso são factores que contam, mas que não se sabe bem como é que vão evoluir.

R·L *Acha que é desejável que o português seja adoptado administrativamente? O tétum, mesmo não sendo falado por todos os timorenses, é mais operativo...*

J·M. Há uma razão lógica para isso: tétum, ninguém sabe no mundo inteiro. É uma língua que só serve para comunicar no interior de Timor. Se eles quiserem comunicar com o exterior, terão de o fazer em inglês ou em português. Ou malaio, que é uma língua falada por muitos milhões de pessoas. Provavelmente, terão de saber as três línguas: português, malaio e inglês.

R·L *Vem a Coimbra em finais de Abril falar sobre património português espalhado pelo mundo. Em Timor, o que é que sentiu que perdurava, se é que alguma coisa perdura, da “alma lusa”, falando do património intangível?*

J·M. Eu acho que perdura uma capacidade de diálogo, de convivência, que permite uma interpenetração de culturas. Os timo-

renses assimilam coisas portuguesas e os portugueses que estão em Timor assimilam algumas coisas timorenses. O que permite que os timorenses assimilem coisas portuguesas é uma capacidade de convivência, de proximidade. Diz-se que os portugueses não são racistas, embora haja fenómenos de racismo em Angola, Moçambique; mas há também uma capacidade de convivência entre as culturas que me parece diferente do que existe na África do Sul ou da atitude anglo-saxónica, que é uma atitude de rejeição do diálogo e da interpenetração cultural.

A resistência timorense formou-se um pouco contra o imperialismo javanês. Os javaneses são, dentro da Indonésia, o povo com mais vocação expansionista e têm uma grande arrogância relativamente aos timorenses. Os portugueses, em Timor, foram de uma dureza tremenda na repressão das revoltas, mataram gente por todo o lado, mas conviveram com os timorenses. Não há, portanto, um desprezo pela cultura timorense. E isso acontece também na África portuguesa, acontece nitidamente no Brasil, com a mestiçagem profunda, com sincretismos religiosos, culturais, de todo o género, e isso parece-me uma característica bastante portuguesa.

R·L *Voltando um pouco atrás na nossa conversa, disse que as religiões estão a assumir uma importância maior do que aquela que se pensou para elas. Mas se tal se poderá dizer em relação ao Islão ou ao Judaísmo, será que o que existe a Ocidente será uma crescente importância do Cristianismo? Ou seja, será que*

este “choque de religiões” não é mais um choque político ou cultural?

J·M. De facto, não é em nome do Cristianismo que o Ocidente entrará em conflito com o Islão. Mas o Islão entra em conflito com o Ocidente em nome de uma religião. Portanto, não há reciprocidade das motivações. E também não há reciprocidade no sentido em que o Ocidente considera a civilização ocidental como universal, que tem como vocação ser adoptada por todos os povos. A globalização não seria apenas económica, mas mental, de valores. Isto é uma luta com vários equívocos pelo meio: é feita em nome de valores que não são provavelmente os verdadeiros. E eu não sei o que pensar porque não sei se haverá, de facto, vantagens em que haja uma civilização única. Diria que a diversidade é essencial para a vida humana. Creio que muitos antropólogos consideram discutível o ideal de multiculturalismo, que procura a convivência da cultura no mesmo espaço. Huntington, por exemplo, considera que isso é um disparate, que isso só dá origem a becos sem saída. Cada civilização tem o seu espaço e entram em concorrência, o que é preciso é que não entrem em guerra. Esta é destruidora, mas a concorrência será salutar. A globalização é mais compatível com o multiculturalismo do que com a separação de civilizações e portanto é difícil saber como é que as coisas vão evoluir.

R·L *Vê a religião, de alguma maneira, como um motor da História?*

J·M. É motor, eu diria, espiritual. A religião é tomada muitas vezes como suporte civiliza-

cional e suporte de interesses objectivos, materiais, de hegemonias, interesses económicos. Nesse sentido, a religião é uma ideologia como outra qualquer; não tem relevância especial nenhuma. Mas penso que o Cristianismo, uma das coisas que tem de especial, é o facto de não considerar a religião como apenas isso. O Cristianismo é tudo menos isso. A religião é qualquer coisa que permite o homem ter a percepção de uma dimensão que transcende a sua. O Cristianismo baseia a sua diferença na ideia de que há um filho de Deus, um homem, que morre por toda a

humanidade. O Budismo é uma sabedoria. O Taoísmo também é uma sabedoria. É o caminho para libertar-se de todas as contradições. Mas o Cristianismo não é bem isso, é uma percepção de que o sofrimento humano é redentor. São coisas de planos muito diferentes. As religiões podem ser um motor da História no sentido em que superam as contradições humanas. Mais difícil é conciliar a onipotência divina com o mal. O Cristianismo tende para a aceitação do mal como forma redentora, para resolver as contradições humanas. Mas isto é o Cristianismo

numa depuração muito grande. Não se encontram expressões deste tipo na igreja oficial, que é mais uma moral, uma disciplina, uma ordem social. As igrejas oficiais não falam destas coisas. Preocupam-se sobretudo com a instituição. Mas os místicos sim. Há fases de aprofundamento da fé e o dogma enquanto tal é um aprofundamento relativamente superficial. É uma expressão externa das coisas. É preciso ir mais fundo para compreender o mistério do mal, para chegar à resolução das contradições inerentes à condição humana.

Outras histórias

Os Primeiros Reis, No Reino de Portugal e Tempos de Revolução são títulos de alguns dos livros menos conhecidos em que José Mattoso participou. Talvez porque se destinem a crianças, tendo sido co-autor, juntamente com Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada. Será diferente contar História a adultos e a crianças?

J. M. Esse mérito é todo delas, que escreveram o livro. Eu apenas fiz uma revisão. Ocupei infinitamente mais tempo na investigação especializada do que em experiências desse tipo, mas acho muito válido o trabalho de quem o faz correctamente. E também participei bastante na Associação de Professores de História. Não fui um dos fundadores, mas fui dos grupos iniciais e sempre que pude fiz

o que me pediram e colaborei na revista. O objectivo da História não é o passado, é o presente. O objectivo da História é ajudar o homem a viver conscientemente a sua dimensão temporal. A humanidade é histórica, tem um espaço e um tempo. Temos de compreender a condição humana como um fenómeno histórico. Pelo que a História ajuda a compreender a própria condição humana.

Entrevista de CLARA ALMEIDA SANTOS



Turismo de natureza

Jorge Paiva *

É relevante para a Conservação da Natureza um turismo de natureza, não só para a dar a conhecer, como também para educar e demonstrar que sem a Natureza a Humanidade não sobreviverá.

Porém, esse turismo tem de ter regras muito específicas e duras, para não se destruir a Natureza, como está a acontecer em algumas Reservas do Globo, que até são Património Mundial. Normalmente, às empresas turísticas interessa o maior lucro possível e esquecem-se de que não podem destruir o “filão da mina de ouro”, neste caso a Natureza. É o que está a acontecer nas Reservas do Serengeti (Quénia e Tanzânia), onde os guias turísticos, para conseguirem gorjetas chorudas de turistas pouco escrupulosos, aproximam as viaturas dos animais em acção predatória (particularmente leões e chitas), acabando por afugentar as presas, tendo como resultado a morte à fome desses predadores. É, também, o que está a acontecer na zona da Torre (Serra da Estrela), cuja pressão turística e imobiliária está a destruir os ecossistemas de tal modo que, daqui a uns anos, até pode ficar sem qualquer panorâmica natural de lazer. Foi o que aconteceu no Algarve com a orla litoral verde de pinhal (pinheiro-manso), com 5-10 quilómetros de largura e que foi praticamente destruída pela densa construção de empreendimentos turísticos (restam alguns pinheiros-mansos nos jardins e nos campos de golfe). Agora, a indústria turística algarvia, que destruiu o “filão verde da mina de ouro”, queixa-se da diminuição de turistas estrangeiros, pois estes, sem a paisagem verde, preferem as

Canárias ou até Cabo Verde, pois aí há praticamente sempre sol e é mais barato. Conheço parques nacionais fora de Portugal em que não só o número de turistas é limitado, como também os circuitos são indicados pela administração desses parques e, muitas vezes, não são sempre os mesmos. Além disso, os guias ou são funcionários dos respectivos parques ou são guias habilitados com cursos ministrados por pessoal desses parques. Já visitei reservas que são disso exemplo como uma bem próxima de nós, o Parque Nacional Doñana (Espanha) e outras bem longe, como os Parques das Galápagos (Equador). Nas Galápagos até há ilhas que não podem sequer receber visitas de turistas. Das que recebem turistas, estes só podem visitá-las acompanhados por guias encartados com cursos ministrados pelo Parque, percorrendo trilhos determinados, não podendo sair desses trilhos, nem podendo molestar os animais, nem podendo colher qualquer organismo, vivo ou morto. Quando os animais estão em época de reprodução ou de cio, a administração do Parque não permite visitas às zonas por eles habitadas. Assim, é a administração do Parque que indica às empresas turísticas os locais a que podem levar os turistas. Não são os guias turísticos ou as respectivas empresas a escolher as ilhas e os trilhos a percorrer. Por outro lado, o guia tem de ir sempre munido do documento comprovativo passado pelo Parque, depois de habilitado com o referido curso para guia da natureza. Devo dizer que esses guias são não só muito competentes, como também extremamente

cuidadosos, não permitindo qualquer abuso aos turistas. São pessoas muito bem habilitadas e bastante conhecedoras da biodiversidade de cada uma das 40 ilhas do arquipélago.

Nós ainda não estamos suficientemente educados para aceitar regras dessas. Basta perguntarmos se as autarquias e os agentes de turismo aceitavam um número limitado de turistas na área da Torre (Serra da Estrela) ou nas Matas de Albergaria e Bouça da Mó (Gerês)?

Por outro lado, quando uma pessoa não residente nas Galápagos (mesmo os equatorianos) desembarca num dos portos ou aeroportos, tem de pagar 100 dólares americanos, que são destinados à Conservação da Natureza em todo o arquipélago.

Os portugueses não residentes no Parque Nacional da Peneda-Gerês aceitariam ter de pagar para entrar por qualquer das vias de acesso desta nossa relevante reserva? Tenho a certeza absoluta de que isso não seria possível, pelo menos actualmente.

Em algumas reservas que conheço, não é permitida a entrada a qualquer veículo motorizado, como, por exemplo, uma na vizinha Espanha, o Parque Nacional de Ordessa e Monte Perdido. Trata-se de um Parque com uma área enorme: 15.608 hectares (a que acrescem 19.679 hectares de zona periférica de protecção). Naqueles 15.608 hectares não é permitido o acampamento, nem tão-pouco a utilização de qualquer veículo. Aceitavam-se regras destas em Portugal? Tenho a certeza absoluta de que, actualmente, isso não seria possível.

Tenho visitado, e até trabalhado, não só em regiões do globo ainda razoavelmente preservadas, como todas as já citadas, como também em regiões naturais ainda não exploradas turisticamente, como são muitas áreas da pluvisilva (florestas tropicais de chuva ou florestas equatoriais) do globo, tais como o interior da Amazónia, da África, da Ásia e da Austrália Tropicais. Muita gente, ou até toda a gente, devia conhecer “santuários naturais” como estes, mas sou de opinião de que não se deve permitir o turismo por toda a Natureza. Sou dos que considero que as reservas integrais não só não devem estar abertas a qualquer tipo de turismo como também, quando sujeitas a estudos científicos, os respectivos investigadores devem ser acompanhados por um vigilante da respectiva Reserva. É que há cientistas que não são nada cuidadosos, particularmente quando se trata de espécies raras ou em vias de extinção. Já estive em regiões paradisíacas e muito pouco conhecidas, que podiam ser uma mais valia económico-turística para os respectivos países. Porém, não gosto de as mencionar, a não ser que tenha a certeza de que a respectiva preservação está bem assegurada.

Com efeito, a humanidade vive actualmente numa sociedade de economia de mercado, onde a preocupação predominante é produzir cada vez mais, com maior rapidez e o mais barato possível, de modo a conseguir-se o máximo lucro e, desta maneira, é um risco indicarem-se os sítios onde existam espécies raras ou em vias de extinção, pois numa sociedade assim o que é raro é mais caro e

mais apetecível. É exemplo disso o que aconteceu com as populações de rinocerontes no Quênia. Apesar da proibição de caçar e do facto de estarem “protegidos” em Reservas, passaram de 20 mil indivíduos para 350, entre 1970 e 1983! Isto só porque os chineses estão convencidos de que o pó resultante da trituração do corno dos rinocerontes é afrodisíaco. Assim, como a população humana tem vindo a aumentar, o número de solicitações chinesas é cada vez maior, o que resultou numa maior procura de rinocerontes, rareando-os a tal ponto que o corno de rinoceronte é cada vez mais caro, tornando-o progressivamente mais apetecível para os negociantes sem escrúpulos. Apesar das duras penas e elevadas coimas que existem no Quênia para quem mate um rinoceronte, a população de rinocerontes quenianos pouco aumentou num espaço de perto de 20 anos (1983-2000), existindo actualmente no Quênia apenas cerca de 430 indivíduos e em Reservas muito vigiadas.

Quando se incrementa o turismo numa área de pluvisilva, como é por exemplo a Amazónia, é preciso saber bem o que se está a fazer, pois numa floresta dessas a biodiversidade é extremamente elevada (por exemplo, num hectare podem encontrar-se cerca de 175 árvores altas de 75 espécies diferentes) e qualquer pequena alteração é susceptível de provocar diminuições drásticas de biodiversidade.

Não sou contra o turismo de natureza, mas é fundamental fazê-lo com as devidas regras. Em Portugal, não temos ainda



guias habilitados para tal, nem condições nas nossas Reservas para que regras duras possam ser cumpridas. Além disso, as nossas leis para a Protecção da Natureza são ainda muito brandas e praticamente ineficazes.

Infelizmente, tenho assistido a muito mau comportamento de turistas de natureza; tanto em Portugal (basta observar a quantidade de plásticos e de fraldas descartáveis que ficam nas bermas das estradas para a Torre, na Serra da Estrela, após dois a três dias de neve; e dos cumes da serra da Peneda, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, já eu retirei duas cadeiras de plástico que alguém tinha subtraído de um dos cafés ou restaurantes do Santuário da Peneda, situado a uma altitude 800 metros mais baixa); como também no estrangeiro: estando em Ainaro (Timor-Leste), no dia seguinte a um jantar-churrasco promovido por um grupo de membros de ONG's, não timorenses, muitos deles trajando camisolas com frases alusivas à protecção do Ambiente, o local estava pejado de lixo sólido, particularmente de latas vazias de refrigerantes. Actualmente, as vias que levam ao “altar do Mundo” (Himalaias, com cerca de oito mil metros de altitude) estão pejadas de lixo deixado por alpinistas nada escrupulosos... Turismo de natureza sim, mas limitado, com guias bem preparados e com regras específicas, claras e muito duras.

* Biólogo, FCTUC

R E T R A T O
D E C O R P O
I N T E I R O



• A maioria de os fósseis são de organismos de vida curta, com poucos indivíduos de uma espécie, por isso, a maioria dos fósseis são de organismos de vida curta.

Os fósseis são classificados em fósseis de corpo mole e fósseis de corpo duro.

Os fósseis de corpo mole são aqueles que são preservados em resinas, âmbar, etc.

Os fósseis de corpo duro são aqueles que são preservados em rochas, como os fósseis de ossos, dentes, etc.

Os fósseis de corpo mole são aqueles que são preservados em resinas, âmbar, etc.

Os fósseis de corpo duro são aqueles que são preservados em rochas, como os fósseis de ossos, dentes, etc.

Os fósseis são classificados em fósseis de corpo mole e fósseis de corpo duro.

Os fósseis de corpo mole são aqueles que são preservados em resinas, âmbar, etc.

Os fósseis de corpo duro são aqueles que são preservados em rochas, como os fósseis de ossos, dentes, etc.

Os fósseis de corpo mole são aqueles que são preservados em resinas, âmbar, etc.

Os fósseis de corpo duro são aqueles que são preservados em rochas, como os fósseis de ossos, dentes, etc.



Há'u nia naran Norberta [Eu chamo-me Norberta]

Norberta Soares da Costa tem 24 anos e estuda desde os 20 na Universidade de Coimbra, onde chegou por acaso. Está no 3º ano de Geologia e quando acabar quer voltar a Timor-Leste, para trabalhar na área do petróleo, o "ouro negro" que a seduziu ao ponto de a fazer escolher o curso académico e de vida. Actualmente, é a única timorense a morar na residência de estudantes do Penedo da Saudade. O nome não podia ser mais adequado pois Norberta confessa que, às vezes, de noite, chora às escondidas, de tanta saudade que sente da "ilha pequenina", onde há tanta coisa por mostrar:

R•L *Qual o motivo que a levou a escolher Geologia?*

N.S.C. Há uma história... Quando estava no 12º ano, ainda em Timor, foi lá um professor dar aulas, um professor timorense que tinha estudado fora, na Indonésia, e o curso dele era Engenharia de Minas. Falou muito sobre o curso dele e eu estava mesmo interessada, até porque em Timor há petróleo. Então, quando fui fazer o teste para vir para Portugal, escolhi Geologia.

R•L *E porquê a escolha de Coimbra e não outra universidade qualquer?*

N.S.C. Quando fui fazer esse teste, não sabia nada para onde havia de ir estudar em Portugal. Foram os professores que puseram os nossos nomes nos sítios para onde devíamos ir. Então, a mim calhou-me Coimbra.

R•L *Então foi completamente à sorte...*

N.S.C. Sim. E fiquei muito feliz porque os meus pais conheciam mais ou menos a

história de Coimbra, que é uma Universidade antiga e conhecida, e por isso também fiquei contente.

R•L *Antes de vir já conhecia bem a língua portuguesa? O ensino secundário não foi feito em português, certamente...*

N.S.C. Só fiz um curso para conhecer os verbos durante quatro meses. É mesmo complicado. Depois cheguei cá e tive um curso para preparar para a Universidade, para saber dizer a Física, a Química, na Escola Secundária D. Dinis, durante alguns meses. No meu tempo, em Timor-Leste, as tropas proibiam as pessoas de falar em língua portuguesa. Só por dizer a palavra "Timor-Leste", podiam mandar as pessoas para a prisão.

R•L *Como é que lembra o período conturbado que antecedeu a independência de Timor-Leste?*

N.S.C. Foi muito dramático. Mas já era costume, desde pequenina, assistir assim a violência. O pior foi o massacre de Novembro no Cemitério de Santa Cruz, que era pertinho da escola onde eu andava na primária. Então assisti a um acontecimento mesmo forte, mesmo duro. E à noite, às vezes, os tropas faziam revista às casas, entravam por ali, e em 1999 foi o dia de que se estava à espera: ganhar ou perder.

R•L *Então foi um momento de felicidade, quando se soube o resultado do referendo.*

N.S.C. Sim, no dia 4. Lembro estava triste porque as pessoas começaram a pôr fogo em todas as casas e estava com os meus pais e

tivemos de fugir; de mudar de lugar. Tivemos de nos separar: eu, as minhas irmãs e o meu irmão estivemos perto de um mês longe dos meus pais. Eles ficaram em casa, porque o meu pai não queria sair, e nós fomos embora. Era um bocado mau quando os tropas apanhavam as raparigas ou os rapazes... Muitas vezes, eram as freiras salesianas que ajudavam.

R•L *A igreja católica tinha um papel importante?*

N.S.C. Sim, mais importante do que o Estado... Porque lá as pessoas ouviam muito a voz da Igreja, mesmo. Porque o Estado da Indonésia tinha uma relação complicada com os povos. Agora, com o novo Estado, é diferente, embora eu não saiba muito bem qual é a influência da Igreja porque estou fora... Mas, por exemplo, relativamente aos nomes, quando se faz o registo das crianças, a Igreja só aceitava nomes em português, não em tétum, por exemplo, porque diziam que é proibido.

R•L *Quais foram as principais diferenças ao nível do ensino ao chegar a Portugal, descontando o facto de entrar noutra nível de exigência por entrar na faculdade?*

N.S.C. Foi muito complicado. De lá para cá, assim directamente para a Universidade, foi muito difícil. À chegada, o mais difícil foi a língua, depois a comida, o tempo, isso tudo... Por exemplo, numa aula de Matemática, o professor entrou, deu folhas e disse para nós calcularmos. E perguntámos uns aos outros o que era isso "calcular"... Ninguém sabia... E o professor estava à espera e ninguém fazia.

Até que percebeu que não estávamos a entender e explicou. Porque há diferenças entre calcular, determinar, justificar...

A primeira vez que cheguei à Universidade, estava com duas amigas timorenses e ficámos na aula só a ouvir. Algumas palavras, entendemos. Outras, não... Mas tive muita sorte porque as minhas amigas, do meu ano, são muito simpáticas e começaram a falar comigo e eu ria-me. Não entendia a maior parte da conversa, mas ria. Quando perguntaram o meu nome, eu disse... mas só sabia mesmo as coisas básicas. E só me ria. Agora, há um grupo de raparigas do meu curso que eu posso dizer que são irmãs, mesmo. Se tiver um problema, falo com elas e elas também falam comigo. É uma ligação mesmo forte.

R·L *Mas veio com um grupo de Timor-Leste, deve ter sido melhor do que chegar desenquadrada...*

N.S.C. Éramos 11 raparigas quando eu vim de Timor. Algumas desistiram de estudar, foram embora. E outras mudaram para cursos profissionais, por causa da dificuldade. Então, separámo-nos todas, ficámos poucas. Poucas voltaram para Timor. Algumas arranjaram documentos e foram trabalhar para Inglaterra.

R·L *Os que ficaram e os que já cá estavam têm momentos de encontro, por exemplo, para recriar algumas tradições timorenses?*

N.S.C. De vez em quando fazemos uma comida típica, com os ingredientes que conseguimos arranjar. Algumas vezes, só indo a Lisboa. Fazemos, por exemplo, uma espécie de *chao min* [massa chinesa] ou *sassate*, que é uma espécie de espetada, mas com um molho mesmo diferente, com amendoim e tamarindo. Também tínhamos um grupo, com um maestro português, que não entendia tétum, mas queria ensinar-nos a cantar as nossas canções. E ainda actuámos algumas vezes, uma delas com danças típicas. Agora o grupo já não existe, porque muitos se foram embora. A primeira actuação foi no dia 1 de Março, dia da Universidade, acho que em 2002, no Hotel Astória.

R·L *Quando vivia em Timor-Leste, sabendo da história passada, imaginava que Portugal era tão longe (não apenas em termos geográficos)?*

N.S.C. Viemos num avião alugado, porque éramos muitos, com os professores que foram lá para dar aulas. E fizemos a viagem directamente. Ficámos lá dentro, sentados ou a dormir, durante 24 horas. Chegámos cá mesmo cansados. Mas o que lá se sabe de Portugal não é muito, mesmo a língua, só as pessoas velhas, da idade dos meus pais é que sabem falar. Os mais novos, falamos tétum e muitos também muitos dialectos, sobretudo nas montanhas. Agora, como nas escolas se começa a falar a língua portuguesa, vai ser fixe

para eles se o português for língua oficial. O pior é para as outras pessoas.

R·L *Apesar das distâncias, o objectivo é, quando acabar o curso, voltar para Timor-Leste?*

N.S.C. Sim. Até porque com esta bolsa [fruto de um protocolo entre os governos de Timor-Leste e Portugal, através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento] tem de ser e não podemos chumbar mais do que dois anos, senão perdemos o direito à bolsa. Ainda não voltei lá desde que comecei o curso.

Mas quero ver se no final do curso consigo dar alguma coisa a Timor. Quando lá estava, não conheci nada: passava por uma pedra e não ligava nada. Passava por um afloramento, com uma falha ou uma camada inclinada, e como não conhecia, não ligava muito. Mas como agora já conheci alguma coisa, acho que posso tentar explicar e mostrar algumas coisas que as pessoas ainda não sabem, ou escrever num livro. Fazer qualquer coisa, uma exposição, por exemplo. Acho que a Geologia em Timor-Leste ainda é muito desconhecida. Os professores portugueses foram lá passear ou dar umas aulas e deram umas pistas, ou escreveram, mas eu acho que isso ainda é pouco. Timor é uma ilha muito pequenina, mas tem muita coisa que ainda está escondida.

Entrevista de
CLARA ALMEIDA SANTOS





VAI UM CAFÉ, CAMARADA?

Luís Cardoso

Um dos meus hábitos matinais é tomar um café. Desde os meus tempos de infância nas remotas aldeias do monte de Manumera, em Timor. Tomar é como quem diz. Gostava era do cheiro do café, quando se espalhava pela casa dentro. Só os adultos podiam saborear o precioso líquido.

Tive discussões bastante acaloradas, com os meus colegas agrónomos, sobre a qualidade dos cafés dos respectivos países. Cada um esforçava-se por afirmar que o café do seu país era o melhor do mundo, e apontava uma série de razões para esse facto. Chegámos à conclusão unitária, patriótica, revolucionária, que o melhor café do mundo era aquele que se bebia no país de cada um.

Nunca por alguma vez provei café. Nem mesmo o de Timor; que afirmei a pé juntos ser o melhor do mundo. Uma afirmação que deixou cair por terra todo o meu argumento. Se nunca o provei não tinha razões para afirmar que era o melhor. Continuei a assegurar que talvez fosse por isso. O melhor café era aquele que se tomava sem nunca o provar. Ninguém precisava de fazer o sacrifício de engolir aquele líquido amargo. Bastava cheirar e ficava saciado.

Encontrei o cheiro da minha infância quando cheguei a Lisboa, a cidade com ruas onde o aroma do café se mantém intacto como nos tempos coloniais. Muitos dos meus amigos concordaram comigo, não deixando, no entanto, de sublinhar que Lisboa nunca perdeu a sua auréola dos tempos coloniais por causa das flores dos jacarandás nos fins de Maio. Também por causa das birras que de tempos em tempos alguém resolvia fazer para ajustar contas antigas. Houve quem tivesse dito que o Brasil nasceu precisamente no momento

em que alguém se embirrou. Caso para se dizer que há birras e birras, e outras que vêm por bem.

– Vai um café, camarada?

era assim que me convidavam os meus colegas de Agronomia, alguns distintos militantes dos movimentos de Libertação da África Portuguesa quando queríamos discutir política.

O patriotismo obrigava cada um a tomar apenas o café do seu país. O porta-voz pedia a alto e bom som:

– Um café de Angola para o camarada Eduardo. Um café de S. Tomé e Príncipe para o camarada Trovoadá. Um de Cabo Verde para o camarada Semedo e um de Timor para o camarada Araújo.

O moçambicano optava pelo chá, não porque o camarada Joaquim tivesse birras de um aristocrata inglês, mas porque ali se plantava o melhor chá do mundo. O camarada Vieira da Guiné-Bissau, fiel ao princípio da unidade Guiné-Cabo Verde não pediu nada. Tomava a meias com o camarada Semedo, ao mesmo tempo que piscava um olho ao café do Brasil. Foi o único que parecia ter descoberto as razões para os brasileiros não precisarem de afirmar que tinham o melhor café do mundo. Lembrava-me que nesse tempo, os únicos que não tinham pruridos revolucionários eram os brasileiros. Colocavam o café e a mulata no mesmo saco. Não sei se a ordem de (ex)citação é essa. Há quem prefira primeiro a mulata e só depois o café. Provavelmente não havia nenhuma ordem. Quem mandava no Brasil era o general Figueiredo. Ele gostava do cheiro dos cavalos.

Todos tomavam o seu café menos eu. Deliciava-me com o seu cheiro e no fim deixava a chávena cheia. Fui acusado pelos meus cama-

radas que isso era um acto burguês, reaccionário. Se queria a independência da minha terra tinha de o provar. Foi assim que fiz a minha iniciação. Coisas que a Pátria obriga. Só sei que desde então a minha boca ficou mais amarga. Também as palavras.

Quem ficou sem o seu café de Timor foi o empregado de mesa. Na altura não se chamava assim. Era camarada revolucionário servidor de café.

Um dia, quando lá voltámos para as nossas tertúlias revolucionárias, fui incumbido de fazer o pedido. Abstive-me de enumerar toda a nomenclatura dos países de língua oficial portuguesa e os nomes dos camaradas. Reduzi a frase à sua forma simples por forma que o entendimento fosse mútuo.

– O costume

o que fez o camarada revolucionário servidor de café ficar vermelho de raiva e levantar os punhos.

Tinha dúvidas se queria fazer uma saudação ou dar-me um soco, mas optou por fazer um alerta

– Camaradas ultramarinos. Aqui neste país à beira mar plantado, de cravos vermelhos, que se chama Portugal, e em tempos já foi Lusitânia, fomo-nos livrando dos romanos, árabes e judeus, castelhanos, também dos pides, não servimos o costume. Só bicas e é se querem.

– Não tem café?

– Só de cevada.

– Então, aquilo de Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor...?

– Tudo de cevada

– Também do Brasil?

– Levam todos com a cevada. O melhor café do mundo.

– Camarada Tuga, e as torradas?



TÍTULO: CidadeSofia, Cidades Universitárias em Debate

COORD.: Nuno Grande e Rui Lobo

EDIÇÃO: eldlarq

Coimbra, 2006

Salamanca, Alcalá, Santiago, Leuven, Grenoble, Bologna, Maastricht, Cambridge, Aveiro, Coimbra. Dez cidades. Em comum, a ideia de conhecimento que ocupa um espaço geográfico, a “escala e o simbolismo”. Mas que diferenças?

CidadeSofia é um documento que pretende dar continuidade ao seminário internacional que, no âmbito da Coimbra Capital Nacional da Cultura 2003, ocupou, durante cinco fins-de-semana, entre Junho e Julho de 2003, as três principais igrejas da Rua da Sofia.

A escolha do espaço reflecte as preocupações do seminário e, consequentemente, da obra: mostrar a evolução dos espaços ocupados pelas universidades e a sua relação com a cidade em que se inserem.

A ordem dos trabalhos encontra-se patente na ordem do livro: duas personalidades falam da cidade e da universidade que recebe o seu nome, na perspec-

tiva arquitectónica e da evolução urbana, causa ou consequência da relação com a instituição. Segue-se um comentário, quase sempre traçando linhas que pretendem dar resposta às questões que se colocam, actualmente, a Coimbra (e a Portugal). Excepção feita para o caso da própria Coimbra, a última cidade, onde se juntam mais olhares para perspetivar o que foi, o que é e o que poderá ser.

Digno de relevo é também o facto de esta ser uma edição que inclui uma secção de “english digests”, permitindo que a *CidadeSofia* ultrapasse, também desta forma, os limites geográficos das línguas.

VÁRIOS MODELOS, ALGUMAS SEMELHANÇAS

O que pode ficar da leitura de *CidadeSofia* (que tem muitos ingredientes para se tomar numa obra dita de referência) é a constatação das várias soluções encontradas para o mesmo desafio: adequar espaços de conhecimento, em permanente evolução, aos espaços geográficos em que se enquadram, também eles em devir pautado por diferentes motivações. Desafio maior quando se considera toda a car-

ga simbólica e marca histórica da maior parte das Univers(c)idades em apreciação. As figuras de cada época e de maior vulto em cada cidade ficam também como marca indelével da personalidade de cada um dos retratos urbanísticos feitos. São incontornáveis os nomes que fazem a cidade, não só os de geógrafos, arquitectos e decisores, mas também dos universitários e religiosos que, em muitas ocasiões, inscreveram o seu cunho nos mapas mentais dos lugares.

Em muitas circunstâncias, a referência a períodos de alguma decadência ou de involução mostra que, também neste domínio, a crise tem muitas vezes o sentido da ruptura e formação de uma nova ordem. E a partir desse ponto se desenhavam modelos de universidades integradas nos centros urbanos, deslocadas para novas áreas urbanas, compromissos entre as duas situações, soluções de acessibilidades, transfigurações de periferias. Muitas vezes entretecidos de críticas fundadoras de novas crises.

CidadeSofia traça um percurso em muitos sentidos entre as cidades do conhecimento e o conhecimento das cidades.

Crónicas da Revolução

TÍTULO: Crónicas da Revolução

AUTOR: Marcelo Rebelo de Sousa

EDIÇÃO: Tenacitas

Lisboa, 2005

Marcelo Rebelo de Sousa quis lançar as suas *Crónicas da Revolução* em ambiente informal e universitário. Fê-lo num dos anfiteatros da Faculdade de Letras, que encheu, no dia 5 de Dezembro de 2005, para o ouvir.

Este livro surge da compilação de 41 crónicas publicadas pelo “professor”,

entre 23 de Novembro de 1974 e 1 de Dezembro de 1975, na 2ª página do *Expresso*. Não será surpreendente, portanto, a revelação feita por Rebelo de Sousa de que reconhece que os escritos feitos quando tinha 25 anos pecam por serem filhos do seu tempo, revelando “muita opinião e poucos factos”. Então assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o autor foi um dos três professores poupados aos saneamentos, sendo na altura a escolha de docentes feita pelos alunos, de braço no

ar, em RGA's dominadas pelo MRPP. As cadeiras então leccionadas, recordou, deveriam chamar-se “Sucessões e Leninismo”, “Direito Económico e Leninismo”, e assim sucessivamente, dado o espírito da época, observou, irónico.

Paralelamente à carreira académica, Marcelo Rebelo de Sousa fazia parte do grupo de “meia dúzia” de pessoas que trabalhavam no *Expresso*, sendo que mais de metade do jornal, segundo o professor, era feito pelo próprio e por Pinto Balsemão. Em pleno período de revolução-

-em-curso, as colunas eram escritas na manhã em que o jornal saía para as bancas, pois a sucessão trepidante de acontecimentos podia levar a que fossem acusados de ignorar factos que ocorriam entre o momento da escrita e o da publicação. O resultado, nas palavras do autor das *Crónicas*, era um jornal “escrito em cima do joelho e em extensão, sem sentido de síntese”. E desabafa: “era uma aventura, fazer um jornal numa revolução”. Por todos estes motivos, Marcelo Rebelo de Sousa sentiu necessidade de que as

suas colunas fossem devidamente enquadradas e é por isso que a acompanhar cada *Crónica* surgem notas explicativas do contexto histórico, o que constitui uma mais-valia da obra, sobretudo para os que não estavam ainda em lado nenhum no 25 de Abril.

A sessão de lançamento ficou marcada por algumas notas sobre a democracia portuguesa (ou não se estivesse na altura em pré-campanha para as presidenciais), que o orador afirmou ter “tiques de muito nova e tiques de muito velha”. Para

explicar os primeiros “tiques”, Marcelo Rebelo de Sousa deu o exemplo da falta de representatividade de mulheres e de imigrantes na esfera do poder e da decisão; de velha, a democracia portuguesa tem o discurso e o movimento ascendente e descendente de ideias e pessoas, explicado por factores geracionais, já que “os protagonistas foram chamados muito cedo a exercer papéis de protagonistas e depois eternizaram-se nesses papéis”.

Revista Crítica de Ciências Sociais (nº 72)

TÍTULO: Revista Crítica de Ciências Sociais (nº 72)

ORG: José Manuel de Oliveira Mendes e Ana Maria Seixas

EDIÇÃO: CES
Coimbra, 2005

Encontra-se já disponível o nº 72 da Revista Crítica de Ciências Sociais, correspondente a Outubro de 2005. O número, organizado por José Manuel de Oliveira Mendes (Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) e Ana Maria Seixas (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra), tem como tema *Ação Colectiva, Protesto e Cidadania*.

O objectivo principal deste número temático é discutir e problematizar o conceito de democracia, no sentido amplo de república e de construção da coisa pública e do bem comum, não pressupondo a crise do político, mas sim a necessidade de atender e revelar outras formas de fazer política, fora dos contextos político-partidários e das instituições.

O artigo inicial deste número é da autoria de Boaventura de Sousa Santos, e intitula-se “A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna”. O autor parte de uma crítica da governa-

ção neoliberal para afirmar o potencial da construção de uma sociedade civil global assente numa política da legalidade cosmopolita subalterna e na produção de esferas públicas não-estatais.

Para situar a reflexão sobre as novas formas de participação no espaço público em Portugal, o número conta com a colaboração de consagrados especialistas estrangeiros que apresentam e discutem os casos da França, da Espanha e dos Estados Unidos. Os artigos sobre estas realidades são: Richard Flacks (University of California, Santa Barbara): “A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais”; Benjamin Tejerina (Universidad del País Vasco) – “Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopía”; Daniel Cefai (Paris X - Nanterre e Centre d'Études des Mouvements Sociaux - EHESS) – “Os novos movimentos de protesto em França: a articulação de novas arenas públicas”. Os restantes artigos abordam especificamente as formas de ação colectiva e de protesto em Portugal. José Manuel de Oliveira Mendes e Ana Maria Seixas, num artigo intitulado “Ação colectiva e protesto em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)”, fazem, a partir dos registos de imprensa, uma descrição das lógicas e das dinâmicas de protesto em Portugal.

Concluem que estamos perante processos localistas, centrados sobretudo na exigência de direitos básicos de cidadania, mas que revelam um potencial elevado de contestação e de presença nos espaços públicos e se concretizam à margem dos poderes estabelecidos e dos aparelhos político-partidários.

O texto de José Manuel de Oliveira Mendes, “Só é vencido quem deixa de lutar: Protesto e Estado democrático em Portugal”, que descreve um movimento social local, devolve-nos as maneiras como se produz cidadania em contextos locais caracterizados por uma forte mobilização política e sublinha a capacidade de subjectivação política das pessoas e das populações, em interacção permanente com o Estado e as instâncias de governação.

Por último, o artigo de Ana Maria Seixas, “Aprender a democracia: jovens e protesto no ensino secundário em Portugal”, demonstra como nas oscilações dos ciclos de protesto dos estudantes do ensino secundário em Portugal, em sintonia com os ciclos políticos e as políticas educativas, vemos emergir lógicas de contestação não só estratégicas mas também perpassadas por exigências de participação cívica e de afirmação de valores radicados no direito à educação e à qualidade do processo educativo.

A B R I L

18
 • **“A Partilha”**, de M. Falabella
 Teatro com Teresa Guilherme,
 Rita Salema, Cristina
 Cavalinhos e Patrícia Tavares
 TAGV, 21h30

19
 • **“1756! German Reactions
 to the Lisbon Earthquake –
 History and Tendencies”**
 Conferência por Ulrich Löffler
 FLUC (sala 13), 11h30

• **“Serão Mozartiano”**
 Quinteto de Cordas da
 Orquestra Clássica do Centro
 dirigido pelo Maestro Virgílio
 Caseiro
 Café Santa Cruz, 21h30

20
 • **“Religion und Sprache in
 deutschen Gedichten zum
 Erdbeben von Lissabon”**
 Conferência por Ulrich Löffler
 FLUC (Sala Providência e
 Costa), 11h30

• **“Evocação Mozartiana”**
 Filme, música e intervenção
 de membros do Instituto
 de Estudos Alemães
 FLUC (Anf. V), 14h00

• **“Escrileituras”**
 Manuel António Pina lê
 “Winnie-the-Pooh”, de A. A.
 Milne
 TAGV (Café-Teatro), 18h00

• **“Ciência, Arte e História”**
 Ciclo de conferências
 Ordem dos Médicos, 21h30

21
 • **“Património Geológico - a
 importância da preservação”**
 Colóquio, com Galopim de
 Carvalho e Maria Helena
 Henriques
 Museu Mineralógico e
 Geológico (sala Carlos Ribeiro),
 15h30

21 de Abril a 2 de Maio
 • **Caminhos do Cinema
 Português XIII**
 TAGV

22
 • **“Um Altar de Santos”**
 Conversa sobre os 20 anos dos
 “Santos da Casa” (RUC)
 TAGV (Café-Teatro), 18h00

26
 • **“Portugal-Alemanha:
 Memórias e Imaginários
 (Séculos XIX e XX)”**
 Ciclo de Conferências com
 António Sousa Ribeiro, Ana
 Isabel Boura e Teresa Mingocho
 FLUC (Sala 10), 16h00

26 a 29
 • “O artista como intelectual.
**No centenário de Fernando
 Lopes-Graça”**
 Colóquio internacional (ver pro-
 grama na pag. 13)
 Auditório da Reitoria

27
 • **“A Tradução para Edição.
 Uma Perspectiva Pessoal”**
 Conferência por Jorge Pinho
 FLUC (Anf. V), 16h00

• Apresentação da **banda sono-
 ra original do filme “Alice”**, de

Marco Martins.
 Bernardo Sasseti, Rui Rosa,
 Yuri Daniel e José Salgueiro
 TAGV, 21h30

27 a 29
 • **“Património Mundial de
 Origem Portuguesa”**
 Encontro Internacional –
 conferências, exposição
 e espectáculo
 Aud. da FDUC e FLUC

27 de Abril e 2, 16 e 20 de
 Maio
 • **“Antígona”**, com encenação
 de Andrzej Kowalski
 Teatro de Bolso do TEUC,
 21h30

27 de Abril a 21 de Maio
 • **“A Fundação Calouste
 Gulbenkian e o Património
 Histórico Português no
 Estrangeiro”**
 Exposição no âmbito do
 Encontro “Património Mundial
 de Origem Portuguesa”
 Galeria do Museu
 Antropológico

28
 • **“A documentação Pontifícia
 na Idade Média”**
 Conferência por José Marques
 Arquivo da Universidade de
 Coimbra (Sala D. João III),
 14h30

29
 • **Recital de piano por
 António Rosado**
 Colóquio “O Artista como
 Intelectual. No centenário de
 Fernando Lopes-Graça”
 TAGV, 19h00

• **“História do Orfeon
 Académico de Coimbra vs
 história e contexto social
 português ao longo dos últimos
 125 anos”**
 Conferência/debate
 Palácio de S. Marcos, 11h00

29 e 30
 • XIV ENEF
**Encontro Nacional de
 Etnografia e Folclore**
 Jardim da Sercia, 20h00

M A I O

2
 • **“Thomas Mann und sein
 Sohn Golo”**
 Conferência por Urs Bitterli
 FLUC (Anf. V), 11h30

3
 • **“Saúde, Ambiente e
 Desenvolvimento Sustentável”**
 Seminário
 Auditório da Reitoria

4
 • **Gala Anual APPACDM**
 TAGV, 21h30

4 e 5
 • **“Aprendizagens escolares e
 funções cognitivas”**
 Congresso Internacional e
 Multidisciplinar
www.fpce.uc.pt/cientificas/psicop
 Auditório da Reitoria

4 de Maio a 30 de Novembro
 • **“À luz de Einstein”**
 Exposição
 Museu Nacional da Ciência e
 da Técnica

5	Internacional da Família Jardim Botânico, 10h30-12h30 e 14h30-16h30	Biblioteca Joanina (sala 4 A), 17h30	J U N H O
• Serenata Monumental Queima das Fitas 2006 Sé Velha, 00h00			
• “Prevention and Management of Respiratory tract infections in athletes ” Conferência por Ola Ronsen Estádio Universitário (Auditório)	15 a 25	18	8
	• Festival Samuel Beckett Teatro, cinema, exposições e mesas-redondas TAGV	• Dia Aberto Dia Internacional dos Museus Museu Botânico e Museu de Física	• “Virados a Oriente: os livros que ficaram por dizer” Debate com Anselmo Borges, Carlos João Correia, José Nunes Carreira e Luis Filipe Thomaz (a confirmar)
5 a 27	16	• “ Ciência, Arte e História ” Ciclo de conferências Ordem dos Médicos, 21h30	Ciclo “10 livros que abalaram o Mundo” (encerramento) Biblioteca Joanina (Sala 4A), 17h30
• 2º Curso Livre de Cooperativismo e Economia Social www4.fe.uc.pt/cec FEUC	• “ Treino da Mente Compassionada ” Workshop por Paul Gilbert Hotel Méliá	19 e 20	
		• “ Conservação da Natureza e Ordenamento do Território ” Seminário-debate FDUC, 9h30	www.uc.pt/agendacultural
8 a 14	16	20	
• “ Cidades, Património e Consumo Cultural em Perspectiva Comparada” Encontro enquadrado no I Seminário da Missão Exploratória Brasil-Portugal de Estudos Urbanos FEUC	• “A propósito de Im Krebsgang: Tragédias Marítimas no Báltico em 1945 ” Conferência por Vasco Gil Mantas FLUC (Anf. V), 14h00	• Gala de Fados do Orfeon Académico de Coimbra TAGV, 21h30	
	17	24	
	• “A Utilização do LEDS na Avaliação do Entrapment ” Workshop por Jean Gilbert e Paul Gilbert Hotel Méliá	• Schostakovich Ensemble (DSCH) Concerto comemorativo do centenário do nascimento de Dmitri Schostakovich TAGV, 21h30	
10	• “Dilemas macro-económicos e política monetária: o caso da Zona Euro ” Conferência por Manuel Mota Martins I Ciclo Anual “Jovens Cientistas Sociais” 2005-2006 C. de Estudos Sociais, 17h00	24 e 25	
• “Plano de Estudos e Conteúdos Programáticos. A Revolução em Medicina Dentária? ” Tertúlia com Manuel Clarimundo Emílio Clube Médico de Coimbra, 21h30		• “ Movimentos Estudantis: dilemas e perspectivas ”. Colóquio (ver programa na pag. 14) http://ejuvenis.ces.uc.pt http://www.ces.uc.pt/misc/colouquio_movimento_estudantil.php FEUC (Auditório)	
15	• “A actualidade do pensamento de Marx e de Adam Smith” Ciclo “10 livros que abalaram o mundo” Debate com Joaquim Feio e J. Gomes Canotilho	31	
• “ Tratamento da vergonha numa abordagem compassionada” Conferência por Paul Gilbert FPCEUC (Anfiteatro), 11h00		• Tour “De Corpo e Alma” 2006 Delfins TAGV, 21h30	
• “ As Famílias Botânicas ” Comemoração do Dia			

Qualidade
pela Experiência

BASCOL

**Interpretámos a história,
Restaurámos a memória,
Reabilitámos toda a estrutura
e construímos um novo futuro**

Palácio dos Salzares, sec. XVIII



Rua dos Ratinhos - Torre de Vilela • Apartado 8035
3021-901 Coimbra
Tel. 239910310 Fax 239910311
email: bascol@bascol.pt website: www.bascol.pt



GALERIAS COIMBRA
DE
Coimbra & Coimbras, Lda.

www.coimbraeditora.pt



LIVRARIA FERREIRA BORGES
Rua Ferreira Borges, 77
Coimbra
 LIVRARIA AAC - COIMBRA
Rua Padre António Vieira
Edifício AAC
Coimbra
 LIVRARIA CHIADO - LISBOA
Rua Nova do Almada, 90
Lisboa
 LIVRARIA JURÍDICA - LISBOA
Centro Comercial Arco do
Alameda Dinis, 4 A
Lisboa
 LIVRARIA FDL - LISBOA
Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa
 LIVRARIA JURÍDICA DO PORTO
Rua Cândido dos Reis, 81
Porto
 LIVRARIA FDP - PORTO
Faculdade de Direito da Universidade do Porto



AB VNQ AD OMNES

Coimbra Editora



ALMEDINA

Livraria . Editora

www.almedina.net

Almedina Atrium
Pr. Duque de Saldanha
1 - Loja 71- 2º piso
1050-094, Lisboa

Almedina Ferreira Borges
Rua Ferreira Borges, 121-127
3000-180, Coimbra

Almedina Arrábida
Arrábida Shopping, Loja 158 A/B
Praçeta Henrique Moreira,
244, Afurada | 4400-475
Vila Nova de Gaia

Almedina Braga
Campus de Gualtar
Universidade do Minho,
4710-057, Braga

ALMEDINA-DIREITO À CULTURA



RUA LARGA

REVISTA DA RETÓRICA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Assinatura anual da Revista Rua Larga: Assinatura Anual (4 números) • Estudantes e Antigos Estudantes da UC: 15 € (IVA incluído) • Outros: 18 € (IVA incluído) • Avulso (cada número): 5 € (IVA incluído)
Números Anteriores: 5 € (IVA incluído)

Os preços incluem os portes de correio nacionais.

A assinatura anual inclui a entrega dos quatro exemplares. A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independente do ano civil.

Para assinar a Rua Larga contactar a Associação dos Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra, Largo da Portagem, 27, 4.º, 3000-337 Coimbra. Telefone: 239824810. Email: aaecoimbra@sapo.pt

Assinaturas pela internet em www.uc.pt/rualarga

NOVAS TIPOLOGIAS DE RELACIONAMENTO COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra promove, dinamiza e apoia o estabelecimento de relações, projectos e parcerias com o mundo exterior, contribuindo para a aproximação e aprendizagem recíprocas.

Nesse sentido, encontram-se definidas diferentes formas de relacionamento, incluindo a utilização de marcas próprias, onde se incluem as seguintes:



Parceiro: As entidades *Parceiras* ligam-se umbilicalmente à Universidade de Coimbra através de uma relação mutuamente aprofundada, desenvolvendo em conjunto projectos diversificados, de dimensão e impacto significativos.



Aliado: As entidades *Aliadas* assumem uma relação de proximidade com a Universidade de Coimbra, que as apoia e acompanha em diferentes iniciativas e na resolução de problemas específicos.

mais informações em <http://www.uc.pt/gats>



totta

**Caixa Geral
de Depósitos**

universia



bluepharma®
Indústria Farmacêutica, S.A.



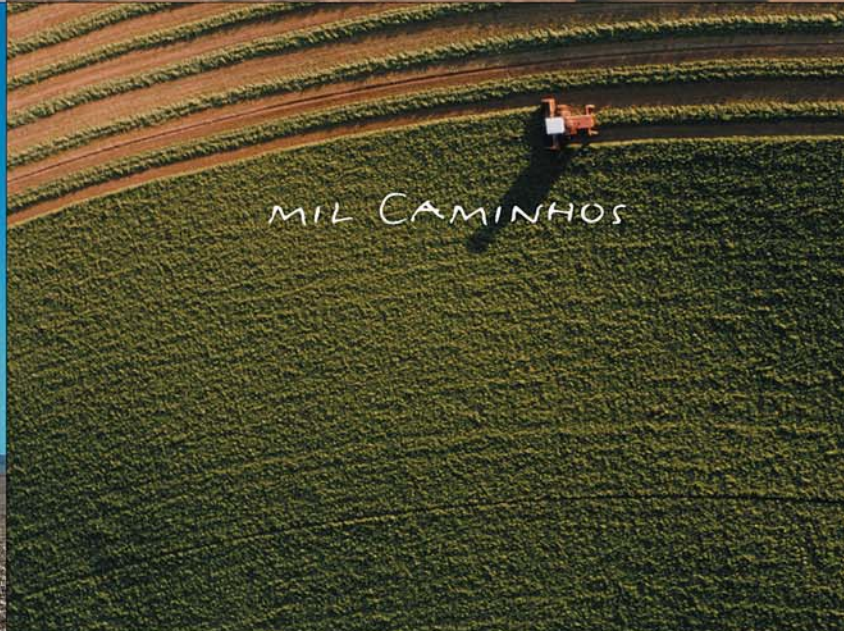
MIL SORRISOS



MIL SENTIMENTOS



MIL PROJECTOS



MIL CAMINHOS



MILHÕES DE CLIENTES



MILHÕES DE SONHOS

Millennium
bcp

A vida inspira-nos



Fórum das Associações de Estudantes da CPLP na UC

Maria Paula Meneses e Natércia Coimbra • Apresentação

Mihaela Webba e Mbaxito • Angola

Maria Gonçalves Conceição Santos • Brasil

Pedro Clóvis Fernandes e António Fortes • Cabo Verde

Marco Pacule • Moçambique

Arlete Morais e Mariam Rita Fawolé • S. Tomé e Príncipe

Ana Luísa Campos • Gabinete da CPLP

Sons, Saberes e Sabores • A Declaração que nasceu da festa

Em 2005, e integrada na VII Semana Cultural da Universidade de Coimbra, teve lugar a festa de “Sons, Saberes e Sabores” organizada pelos estudantes da CPLP, com o apoio da Reitoria da Universidade de Coimbra. Na realização desta festa participaram igualmente o Centro de Estudos Sociais, o Centro de Documentação 25 de Abril e o Gabinete de Apoio ao Estudante, todos da UC.

Esta festa tinha por objectivo promover um espaço de encontro entre diferentes culturas, especialmente no seio da comunidade universitária, de forma a potenciar um melhor conhecimento dos elementos de diversidade existentes no interior de um espaço que envolve quatro continentes. Neste sentido de encontros culturais amplos, incluímos ateliês de pintura, gastronomia, danças tradicionais, leitura de poesias, encontros com escritores e intelectuais oriundos da CPLP. Este encontro constituiu um momento importante de reflexão sobre a pertença e integração na UC de estudantes provenientes de diferentes ambientes culturais. Longe de ser um momento apenas de afirmação da diferença, este encontro proporcionou uma aproximação entre as diversas

associações de estudantes que organizaram a festa, do que resultou a assinatura da “Declaração de Coimbra” [ver caixa]. A Declaração foi subscrita por várias associações de estudantes da CPLP, bem como por grupos de estudantes em Coimbra com o estatuto de observadores (casos da Guiné-Bissau, Timor e Portugal), constituindo um momento renovador no relacionamento entre estas associações. O movimento que germina entre estudantes provenientes de países da CPLP procura criar sinergias que permitam um entendimento mais amplo entre os novos graduados que a Universidade de Coimbra vai formando.

Este número da *Rua Larga* procura consolidar e ampliar este movimento. Lançado o repto às associações e grupos de estudantes intervenientes na festa, só não foi possível contar com a participação de todos, por motivos vários ligados à especificidade do momento político que se vive nos seus países de origem.

Maria Paula Meneses (CES)
e **Natércia Coimbra** (CD 25 de Abril)

Declaração de Coimbra • A diversidade é a nossa maior riqueza!

A diversidade cultural entre os povos da comunidade que se expressam em língua portuguesa é a nossa maior riqueza.

Queremos unir esta diversidade num abraço que visa dar voz às necessidades e expectativas dos estudantes desta comunidade dentro da Universidade de Coimbra, levando a nossa riqueza cognitiva para o seu interior.

A ideia do Fórum das Associações de Estudantes da CPLP constituiu-se, assim, num grito em favor da inclusão dos conhecimentos e do acervo cultural que trazemos dos nossos lugares e do nosso desejo em partilhar com a comunidade académica de Coimbra, interagindo e construindo novos conhecimentos.

Desejamos incluir cores, saberes, percepções, sons e sabores. Trazemos diversidade, pluralidade. Trazemos mais universos para dentro de uma universidade.

A iniciativa “Festa de Sons, Saberes e Sabores” deixou bem clara a nossa capacidade de articular e conviver com a diversidade, e o enriquecimento mútuo que isto trouxe a todos(as) os(as) envolvidos(as) - desde a organização do evento até este momento. Mostrou também a nossa capacidade de realizar coisas em conjunto. Tornou realidade o nosso desejo de construir momentos de partilha.

Tudo isto marcou a nossa vontade de contribuir para um maior enriquecimento da vida académica de muitos outros estudantes, professores(as), funcionários(as) e demais cidadãos e cidadãs de Coimbra. Somos a expressão de um multiculturalismo solidário, unidos pela diversidade que se faz presente na língua portuguesa.

Assim, ancorados neste espírito de reconhecimentos mútuos, solidariedades e cidadania que construímos juntos, é que nós, representantes das Associações de Estudantes da CPLP, nos declaramos *Fórum das Associações de Estudantes da CPLP em Coimbra* e outorgamos e assinamos esta Declaração.

Coimbra, 4 de Março de 2005

Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra, Associação de Estudantes Moçambicanos em Portugal
Núcleo de Coimbra, Associação de Estudantes de Cabo Verde, Associação de Estudantes de São Tomé e Príncipe,
Associação de Estudantes Angolanos em Coimbra, Organização dos Estudantes da Guiné-Bissau, Académicos Timorenses de Coimbra.



Associação de Estudantes Angolanos • Fazer a diferença

No vaivém da nossa vida académica, muitas foram as vezes em que os nossos pontos de vista divergentes ofuscaram os nossos ideais, e por isso o arranque deste projecto tardou em tomar corpo.

Contudo, o amadurecer de ideias sobre o conceito – a juventude é a força motora da sociedade – catapultou-nos para a amplitude do conceito de associativismo juvenil e estudantil, favorecendo uma visão ampla dos actos que legitimam a honra humana, as relações de amizade entre os povos, suas culturas e intercâmbio entre eles.

Nova Associação de Estudantes Angolanos em Coimbra

A Nova Associação de Estudantes Angolanos em Coimbra (AEAC) foi criada a 12 de Junho de 2004 em Assembleia Constitutiva. Nesta participaram trinta estudantes angolanos residentes em Coimbra. A nova associação, que integra estudantes do ensino secundário e universitário, pretende ser aquilo que os participantes desejam: um meio pelo qual o estudante dá voz aos seus problemas.

A AEAC nasceu do descontentamento de certos veteranos em Coimbra com a AEAP, que relegava os estudantes angolanos

fora de Lisboa para segundo plano, o que impossibilitava a resolução dos seus problemas. Já com um ano de vida, a nova associação tem desenvolvido várias acções em prol dos estudantes, como por exemplo a semana da latada, a acção de formação “ser caloiro em Coimbra”, etc. A nível regional, a AEAC propõe-se agir como uma associação com personalidade jurídica (isto é, legal e legalizada junto das instâncias competentes na região de Coimbra), com autonomia administrativa e financeira (possuir todos os benefícios que as associações legalizadas possuem, como subsídios, doações, legados, épocas especiais - sem ter que recorrer a Lisboa, pois não é funcional), e ter uma ampla funcionalidade, procurando resolver as questões que inquietam os seus associados, tendo em conta a especificidade dos estudantes que habitam Coimbra. Esta decisão, no sentido de uma maior descentralização, visa ampliar o âmbito de intervenção da AEAL, pois trata-se de uma associação que conhece os problemas dos seus associados, garantindo assim uma acção mais célere da associação, pois cada região ou Universidade tem a sua respectiva associação, em suma, descentralização do poder associativo.

Mihaela Webba

Fazer a diferença

Fazer a diferença não significa, necessariamente, que as coisas vão passar de mal a bem, mas sim que existe uma vontade de certas pessoas em fazer o que consideram certo. Por esse motivo é que, sempre que possível, as mudanças acontecem. Como se diz, “muito faz-se com a soma de uma miríade de uns”; nesse contexto, é que alguém fala em mudança, em alteração, em rotação, porque é com isso que nós alcançamos o nosso propósito, que é a “consciencialização” das pessoas. Porque basta uma opinião diferente, para que as pessoas vejam que existe outro caminho, nunca se privem de dar a vossa opinião, porque se calhar, será isso que fará a diferença.

Mbaxito



Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros

Investigação que cria laços

As relações espaço-temporais consolidam-se a cada dia. A participação de brasileiros na construção de territorialidades em Coimbra faz-se presente, também, na contemporaneidade. Actualmente, investigadores e estudantes continuam esta história. Com base nesta realidade, a comunidade académica brasileira reunida decidiu iniciar um processo de fundação da primeira Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros, APEB-Coimbra. Após várias discussões internas e ouvindo a experiência de outras associações de estudantes brasileiros em Portugal, ficamos mais fortalecidos em prosseguir com o Movimento Pró-APEB-Coimbra.

Assim, no dia 27 de Maio de 2004 organizámos, enquanto Movimento Pró-APEB-Coimbra, o I Seminário de Investigadores e Estudantes Brasileiros em Portugal, onde foram apresentados e discutidos trabalhos de investigação desenvolvidos por brasileiros(as) nas universidades portuguesas. O referido evento contou com a presença de representantes de associações de estudantes brasileiros de alguns países da Europa e das universidades portuguesas, que resultou na criação da APEB-Coimbra.

Conhecer os estudantes e investigadores brasileiros

No propósito de conhecer a realidade dos investigadores e estudantes brasileiros, esta associação tem-se preocupado em saber quem são os estudantes e investigadores, quais as suas trajectórias, dificuldades, perspectivas académicas e quantos somos. Não sabemos ao certo o quantitativo dos estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. Desde o início que a associação vem efectuando levantamento junto aos sectores desta instituição, no intuito de nos aproximar desta realidade. Os estudantes de licenciatura ocupam o primeiro lugar com 51 por cento, os mestrados com 27 por cento, os doutorandos com 20 por cento, ficando os restantes 2 por cento preenchidos pelos estudantes de pós-graduação.

No tocante à distribuição dos estudantes de licenciatura por faculdades, os cursos de Direito, Medicina, Letras e Educa-

ção Física destacam-se. Quanto à participação desta comunidade nos cursos de mestrado e doutorado, sobressaem as faculdades de Economia, Direito e Medicina.

Actividades da APEB

A APEB-Coimbra vem promovendo intercâmbios científicos e culturais, participando de actividades que contribuem para a formação de um território saudável, tanto para os que nasceram em Portugal como para aqueles que atravessam o Atlântico, o Mediterrâneo ou o Índico para estudar, viver e sentir a cidade. Tem sido importante a partilha de experiências com as diferentes culturas que interagem nos múltiplos espaços citadinos: centro de culturas, bibliotecas, teatro, cafés, de entre outros. No âmbito das metas e acções propostas, destacamos a aproximação com os investigadores e estudantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, inclusive participando activamente do processo de fundação do Fórum das Associações de Investigadores e Estudantes da CPLP, o que muito nos orgulha.

Esta associação conta com a adesão de cerca de 300 associados que entre os espaços virtual e presencial expressam olhares, e com universidades, empresas gráficas e espaços culturais; a realização de ciclos de debates e seminários e a implementação do projecto Brasil Cine-Café, constituem algumas metas e acções desenvolvidas pela APEB-Coimbra. Por fim, a luta de voluntários que dedicam parte de seu tempo na construção de um espaço solidário e no desenvolvimento de acções colectivas tem sido difícil, porém gratificante. Neste processo, a conquista de um espaço físico para a instalação das Associações de Investigadores e/ou Estudantes da CPLP constitui condição básica para a continuidade deste trabalho.

Contactos:

<http://geocities.yahoo.com.br/apebcoimbra>

apebcoimbra@yahoo.com.br

direcaoapebcoimbra@yahoo.com.br

Maria Gonçalves Conceição Santos







Associação de Estudantes Cabo-Verdianos em Coimbra

Defesa de causas comuns

O grau de integração e coesão de qualquer grupo social está estritamente relacionado com a natureza da sua organização e funcionamento. Por isso, não se pode lutar nem defender dignamente determinados interesses e direitos de um grupo se o mesmo não estiver representado e gerido por indivíduos que inspiram competência, confiança e responsabilidade.

A Associação de Estudantes Cabo-verdianos em Coimbra foi fundada em 16 de Julho de 1997 por sete estudantes cabo-verdianos preocupados com a defesa dos direitos e interesses da comunidade estudantil cabo-verdiana. Trata-se de uma Associação sem fins lucrativos e que pretende alcançar as seguintes finalidades:

- a) Representar todos os estudantes cabo-verdianos em Coimbra e defender os seus interesses;
- b) Promover o bem-estar físico, intelectual e cultural dos estudantes, garantindo a ligação escola-sociedade;
- c) Apoiar os estudantes na sua tarefa de integração, promover a solidariedade na diáspora e servir de elo de ligação entre os estudantes e a terra-natal;
- d) Promover e incentivar um espírito de sã convivência entre os estudantes, independentemente das suas convicções políticas, religiosas, ideológicas ou outras;
- e) Cooperar e estabelecer intercâmbio com outras organizações sociais, cabo-verdianas e/ou estrangeiras, de carácter humanitário cujos objectivos últimos sejam o alcance da paz e do bem-estar do homem;
- f) Promover debates, empreender viagens, realizar exposições, festejos, jogos, excursões e outras actividades culturais e recreativas que levam ao estabelecimento e reforço da amizade entre sócios e demais interessados;
- g) Defender os princípios democráticos como garantes da liberdade, solidariedade e igualdade de oportunidades;
- h) Criar e manter uma revista de informação e formação, de acordo com os princípios e finalidades gerais consignados nos presentes estatutos.

A Associação, por razões várias, conheceu um período conturbado, tendo estado durante algum tempo sem qualquer liderança, facto que pôs inclusivamente em causa os seus nobres princípios. Actualmente, e graças à realização do processo eleitoral no dia 15 de Maio de 2005, a AECV-C é diri-

gida por um elenco de membros determinados em imprimir-lhe uma nova dinâmica. Assim, para restituir a confiança e credibilidade à Associação, tornava-se premente cumprir dois objectivos fundamentais: credibilizar a Associação junto dos estudantes, associações e instituições e regularizar a sua situação jurídica e económica.

Novos caminhos do associativismo

Embora a concretização desses objectivos se encontre ainda em curso, nota-se que hoje existe maior estabilidade, coesão, solidariedade e cooperação entre os estudantes. Cada vez mais se procura mais e melhor sintonia entre a Associação e os associados com base numa plataforma de diálogo e entendimento mútuo. Esta plataforma tende a estender-se também a outras comunidades, sobretudo às dos PALOP, através da criação de um FORUM CPLP que possa promover iniciativas conjuntas, por ex.: “Festa de Sons, Saberes e Sabores”, e incentivar situações de partilha de ideias, experiências, preocupações e soluções entre todos. Pretendemos também uma maior aproximação à Associação Académica de Coimbra, pois entendemos que futuras cooperações entre os países da CPLP passam pelo contacto entre os jovens estudantes de hoje.

A AECV-C prima por uma maior participação dos estudantes, seguindo uma lógica de descentralização de tarefas e funções. Por isso, pretende, por um lado, criar representantes de Associação em cada faculdade da Universidade de Coimbra e escolas do Politécnico, que possam levar e fazer chegar informações, necessidades e preocupações num sentido recíproco e permanente. Por outro, pretende igualmente criar uma estrutura de debate quinzenal ou mensal para reflectir e discutir temas e assuntos diversos, quer de recorte nacional, quer internacional.

São estes os projectos prioritários da AECV-C, que exigem naturalmente muita participação e colaboração de todos.

Contactos:

R. Padre António Vieira, Ed. AAC • 3000-315 Coimbra

www.aecvc.web.pt • aecvc2@yahoo.com.br

Telefones: 961233645 / 963854670

Pedro Clóvis Fernandes
António Fortes



Núcleo de Coimbra da Associação de Estudantes Moçambicanos em Portugal • Conhecimento e integração

Em Coimbra, os estudantes universitários de Moçambique são associados do Núcleo de Coimbra da Associação de Estudantes Moçambicanos em Portugal (AEMOP). Trata-se de uma comunidade pequena, com cerca de 70 estudantes. Este Núcleo já conheceu altos e baixos desde a sua fundação nos inícios da década de 90. A última reactivação aconteceu em Outubro de 2004. A actual direcção do Núcleo está empenhada não só na resolução dos problemas que esta comunidade universitária enfrenta – procurando dar respostas às dificuldades que os estudantes moçambicanos colocam – mas também em dar a conhecer, em Portugal, a realidade moçambicana.

Actividades e objectivos

O Núcleo realizou, em Coimbra, em 2005, dois encontros, um de âmbito local e outro que contou com a presença dos outros três Núcleos da AEMOP (de Braga, do Porto e de Lisboa).

Na prossecução dos seus objectivos, o NEMOC tem tido o apoio da Universidade de Coimbra, da Embaixada de Moçambique em Portugal e de outras instituições nacionais e estrangeiras. Outro dos objectivos deste núcleo tem sido o reforço da cooperação e das ligações a outras associações. Neste sentido, o NEMOC esteve envolvido na preparação da Festa “Sons, Saberes e Sabores”, em 2005, no âmbito da VII Semana Cultural da UC. Participou ainda na elaboração da “Declaração de Coimbra”. Esta colaboração enquadra-se nos objectivos do NEMOC, que pretende uma melhor integração e relacionamento dos estudantes de Moçambique com as outras comunidades de estudantes da UC.

Contactos:

pacule@cheerful.com

nemoc@ci.uc.pt

Marco Pacule



Associação dos Estudantes de S. Tomé e Príncipe • A história repete-se

Em Coimbra, na década de 80, surgiu a ideia de se criar uma associação composta por estudantes dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Esta pretendia dinamizar a vida cultural académica, trabalhar em questões comuns aos 7, e servir de mediadora entre as associações e outras instituições. Na época não se falava na CPLP, por isso esta iniciativa ganhou o nome de Grupo “5 + 2” - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, mais Brasil e Portugal.

Devido à hostilidade com que as associações de estudantes existentes receberam este grupo, pois temiam que este viesse substituir, os mentores decidiram recuar para evitar confrontos, não chegando a formalizar o Grupo. Na altura, uma das maiores contestatárias foi a Direcção da Associação dos Estudantes de São Tomé e Príncipe.

Língua como ponto de união

A 1ª Edição da Festa dos Sons, Saberes e Sabores, promovida pela Universidade de Coimbra, em Março de 2005, no âmbito da VII Semana Cultural da Universidade, ficou marcada pela vontade de união entre as Associações de Estu-

dantes da CPLP e algumas instituições. Deste desejo resultou a “Declaração de Coimbra”, documento onde se reafirma a diversidade das nossas culturas, tendo como factor comum a língua portuguesa.

Duas décadas depois, a história escreve-se pelas mãos das próprias Associações, com a criação do Fórum das Associações de Estudantes e Investigadores da CPLP em Coimbra. Como Associação de estudantes são-tomenses, temos vindo a pautar-nos pela aproximação às comunidades estudantis coimbrãs. O Fórum será como uma porta para o estreitamento das nossas relações, uma só voz no reconhecimento dos nossos direitos e uma mais-valia no mútuo conhecimento das nossas culturas. As reuniões periódicas têm sido um espaço de Encontro e de trabalho colectivo, onde resulta que a Diversidade constitui a riqueza dos nossos projectos.

Hoje, estando num panorama distinto dos “5 + 2”, perspectivamos uma formalização em breve deste organismo, que consideramos ser uma força expressiva de todos os estudantes da CPLP, dentro da nossa instituição Mãe – a Universidade de Coimbra.

Arlete Morais e Mariam Rita Fawole



Gabinete de Apoio ao Estudante da CPLP

Cooperação, aproximação e integração

O sector da Educação e Formação continua a ser um dos principais receptores de estratégias de intervenção das políticas de cooperação entre os países que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A Universidade de Coimbra, de acordo com os seus Estatutos, que premeiam o intercâmbio cultural, científico e técnico, desenvolve estratégias no sentido de contribuir “para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial relevo para os países de expressão oficial portuguesa e os países europeus” (in *Estatutos da UC-Artigo I*⁹).

A UC, através de acordos de cooperação bilateral, promove a vinda de estudantes provenientes de países da CPLP para integrarem a nossa comunidade universitária. Apesar da mais-valia da língua e da afinidade histórica, que permite um sentimento de identidade entre os países cooperantes, grande parte destes estudantes enfrenta inúmeras dificuldades.

Gabinete de Apoio ao Estudante da CPLP

É neste contexto que surge o Gabinete de Apoio ao Estudante da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, integrado no Departamento Académico da UC, uma estrutura

que desenvolve as suas actividades no âmbito da integração pessoal, social e académica dos estudantes da nossa universidade, provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), do Brasil e de Timor-leste, mantendo-se em constante articulação com várias entidades responsáveis por este processo de cooperação.

Nos últimos anos, com vista à concretização das competências do AE-CPLP, realizaram-se diversas acções, tais como reuniões com os presidentes dos conselhos directivos das faculdades, organização anual da recepção ao caloiro oriundo de países que integram a CPLP, estreitamento da relação com as associações de estudantes destes países e articulação com diversas entidades, dentro e fora da UC, com vista à concretização de apoios de natureza económica e social.

Para a preservação e incremento do intercâmbio cultural numa perspectiva de valorização recíproca, o Gabinete de Apoio ao Estudante da CPLP encontra-se à disposição de toda a comunidade universitária na Rua Gomes Freire, n.º 22 (em Celas), com os seguintes contactos: 239480956 (telefone); 239480977 (fax); ae-cplp@dtp.uc.pt.

Ana Luísa Campos

Técnica Superior do Gabinete de Apoio ao Estudante da CPLP

Objectivos do Gabinete

- Identificar as dificuldades que possam constituir obstáculo à integração social e escolar dos estudantes estrangeiros provenientes do espaço da CPLP, através de um atendimento personalizado a estes estudantes, e da concretização de estratégias para a sua resolução.
- Promover a integração académica, social e cultural do estudante da CPLP através da agilização de contactos com determinadas entidades, como por exemplo: órgãos de gestão das faculdades e docentes de diversas disciplinas; Serviços de Acção Social da UC; Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento; Embaixadas; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Fundação das Universidades Portuguesas. Porque a vinda destes alunos para Portugal implica uma profunda articulação entre entidades reguladoras de projectos de cooperação bilateral, o Gabinete constitui, em muitas situações, um interface entre o aluno e as referidas entidades.

Para que a informação flua de uma forma mais agilizada, é frequente o Gabinete promover reuniões com as Associações de Estudantes da CPLP.

- Integrar o estudante da CPLP no meio universitário através da dinamização de iniciativas culturais, tais como *workshops* e acções de formação subordinadas a temas de interesse geral, mas sempre relacionados com cooperação, lusofonia, etc.



Deliberações do Senado

• SESSÃO PLENÁRIA DE 4 JANEIRO

Deliberação n.º 1/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as seguintes alterações ao Curso de Pós-graduação em Cultura Clássica: Habilitações de acesso. Fixa o valor da propina 2006/2007 em € 1250. Vagas: 10. A proposta (Doc. 1/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 2/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as seguintes alterações ao curso de Mestrado em Cultura Clássica: Habilitações de acesso. Fixa o valor da propina 2006/2008 em € 2500. Vagas: 10. A proposta (Doc. 2/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 3/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as seguintes alterações ao curso de Pós-graduação em Língua Escrita e Cultura na Idade Média: Habilitações de acesso. Estrutura curricular. Fixa o valor da propina 2006/2007 em € 1250. Vagas: 12. A proposta (Doc. 3/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 4/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as seguintes alterações ao curso de Mestrado em Língua Escrita e Cultura na Idade Média: Habilitações de acesso. Estrutura curricular e plano de estudos. Fixa o valor da propina 2006/2008 em € 2500. Vagas: 12. A proposta (Doc. 4/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 5/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as seguintes alterações ao curso de Pós-graduação em Teatro Clássico e sua Recepção: Habilitações de acesso. Estrutura curricular e plano de estudos. Fixa o valor da propina 2006/2007 em € 1250. Vagas: 18.

A proposta (Doc. 5/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 6/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as seguintes alterações ao curso de Pós-graduação em Estudos Americanos: Estrutura curricular. Fixa o valor da propina 2006/2007 em € 1250. Vagas: 8. A proposta (Doc. 6/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 7/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as seguintes alterações ao curso de Mestrado em Estudos Americanos: Estrutura curricular. Fixa o valor da propina 2006/2008 em € 2500. Vagas: 12. A proposta (Doc. 7/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 8/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as seguintes alterações ao curso de Pós-graduação em Estudos Germanísticos, Área de Especialização em Literatura e Cultura Alemãs: Estrutura curricular. Fixa o valor da propina 2006/2007 em € 1250. Vagas: 8. A proposta (Doc. 8/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 9/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as seguintes alterações ao curso de Mestrado em Estudos Germanísticos, Área de Especialização em Literatura e Cultura Alemãs: Estrutura curricular. Fixa o valor da propina 2006/2008 em € 2500. Vagas: 12. A proposta (Doc. 9/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 10/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Curso de Pós-graduação em Museologia e Património. Fixa o valor da propina 2006/2007 em € 1750. Vagas: 5. A proposta (Doc. 10/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 11/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as seguintes alterações ao curso de Mestrado em Museologia e Património Cultural: Estrutura curricular e plano de estudos. Fixa o valor da propina 2006/2008 em € 3500. Vagas: 20. A proposta (Doc. 11/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 12/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Curso de Pós-graduação em Geografia, Área de Especialização em Ordenamento do Território. Fixa o valor da propina 2006/2007 em € 1250. Vagas: 12. A proposta (Doc. 12/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 13/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Curso de Mestrado em Geografia, Área de Especialização em Ordenamento do Território. Fixa o valor da propina 2006/2008 em € 2500. Vagas: 12. A proposta (Doc. 13/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 14/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Programa de Doutoramento em Literatura Portuguesa e Teoria da Literatura. Fixa a propina em € 6000. Vagas: 15. A proposta (Doc. 14/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 15/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Doutoramento na Área de Estudos de Tradução, Especialidade de Teoria, História e Práticas da Tradução. Fixa a propina em € 6000. Vagas: 15. A proposta (Doc. 15/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 16/2006 de 4 de Janeiro

Aprova os Cursos de Especialização, Cursos Breves e Actividades de Extensão Curricular e taxas e Pré-requisitos correspondentes. (Revoga o Despacho n.º 15288/2005, II Série, Publicado no D.R. n.º 133, de 13 de Julho).

A proposta (Doc. 16/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 17/2006 de 4 de Janeiro

Aprova o Regulamento de matrícula em unidades curriculares sem frequência de um plano de estudos. Fixa o valor da propina, por unidade curricular, em € 100. A proposta (Doc. 17/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 18/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a alteração ao Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Biotecnologia do Desenvolvimento: alínea 1.2, do n.º 4.º, do Despacho n.º 11445/2002, (2ª Série), Publicado no D.R. n.º 117, de 21 de Maio de 2002.

A proposta (Doc. 18/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 19/2006 de 4 de Janeiro

Aprova o Regulamento do Estágio "Jean Monnet de Administração Pública".

A proposta (Doc. 19/2006) foi apresentada pela Faculdade de Direito.

Deliberação n.º 20/2006 de 4 de Janeiro

Aprova o Regulamento do Prémio "Jean Monnet de Administração Pública".

A proposta (Doc. 20/2006) foi apresentada pela Faculdade de Direito.

Deliberação n.º 21/2006 de 4 de Janeiro

Aprova que o Curso de Pós-graduação e Mestrado em Exercício e Saúde em Populações Especiais, passe a designar-se: “Curso de Mestrado em Exercício e Saúde em Populações Especiais”.

Fixa a taxa de candidatura em € 30. Fixa a taxa de inscrição em € 10. A proposta (Doc. 21/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 22/2006 de 4 de Janeiro

Aprova o aditamento da Área de Especialização em Economia da Governação e das Instituições, ao Curso de Mestrado em Economia. A proposta (Doc. 22/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 23/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Programa de Mestrado e Doutoramento em Democracia no Século XXI. A proposta (Doc. 23/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 24/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Programa de Doutoramento em Economia. A proposta (Doc. 24/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 25/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Programa de Mestrado em Gestão – Ciência Aplicada à Decisão. Fixa a propina: 1.º ano: € 2000 2.º ano: € 1000 A proposta (Doc. 25/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 26/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Mestrado em Dinâmicas Sociais e Riscos Naturais. Fixa a propina: 1.º ano: € 1000 2.º ano: € 1000 A proposta (Doc. 26/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 27/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Curso de Pós-graduação em Economia e Gestão em Organizações de Saúde. A proposta (Doc. 27/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 28/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação do Curso de Estudos Pós-graduados MBA em Gestão de Informação. A proposta (Doc. 28/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 29/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação da Licenciatura em Línguas Modernas. A proposta (Doc. 29/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 30/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a criação da Licenciatura em Estudos Clássicos. A proposta (Doc. 30/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 31/2006 de 4 de Janeiro

Aprova as alterações à estrutura curricular dos Cursos de Pós-graduação e Mestrado em História da Idade Média. A proposta (Doc. 31/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 32/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a fixação da propina da parte curricular do Curso de Mestrado em Oftalmologia Pediátrica, em € 2500. A proposta (Doc. 32/2006) foi apresentada pela Faculdade de Medicina.

Deliberação n.º 33/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a alteração à Estrutura Curricular do Curso de Pós-graduação em Geografia, Área de Especialização em Geografia Física, Ambiente e Ordenamento do Território.

A proposta (Doc. 33/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 34/2006 de 4 de Janeiro

Aprova a alteração à Estrutura Curricular do Curso de Mestrado em Geografia, Área de Especialização em Geografia Física, Ambiente e Ordenamento do Território. A proposta (Doc. 34/2006) foi apresentada pela Faculdade de Letras.

•
• SESSÃO PLENÁRIA DE 11 JANEIRO

Deliberação n.º 35/2006 de 11 de Janeiro

Foi aprovada a proposta apresentada pelo Magnífico Reitor, datada de 4 de Janeiro de 2006: Recomendação do Senado à comunidade universitária sobre a implementação do Processo de Bolonha. A proposta foi apresentada pela Reitoria.

•
• SESSÃO PLENÁRIA DE 1 FEVEREIRO

Deliberação n.º 36/2006 de 1 de Fevereiro

Aprova a proposta apresentada sobre a consolidação e desenvolvimento do Estudo das Artes na Universidade de Coimbra, em documento designado “Para uma nova centralidade do Estudo das Artes na Universidade de Coimbra”. A proposta (Doc. 36/2006) foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 37/2006 de 1 de Fevereiro

Aprova a proposta de alteração do Regulamento da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Alteração dos artigos 4.º, 5.º e 6.º do Regulamento, publicado no DR n.º 237, II Série, de 13/10/1997. A proposta (Doc. 37/2006) foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 38/2006 de 1 de Fevereiro

Aprova a proposta de alteração do Regulamento do Arquivo da Universidade de Coimbra.

Alteração dos artigos 4.º, 5.º e 6.º do Regulamento, publicado no DR n.º 237, II Série, de 13/10/1997. A proposta (Doc. 38/2006) foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 39/2006 de 1 de Fevereiro

Aprova a proposta de alteração do Regulamento da Imprensa da Universidade de Coimbra. Alteração dos artigos 4.º e 5.º do Regulamento, aprovado por deliberação do Senado n.º 57/2003, de 14 de Maio. A proposta (Doc. 39/2006) foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 40/2006 de 1 de Fevereiro

Aprova o elenco das actividades exigíveis e respectivas entidades responsáveis pela sua certificação, a constar no Suplemento ao Diploma. A proposta (Doc. 45/2006) foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 41/2006 de 1 de Fevereiro

Aprova o Documento/Guião para levantamento da situação relativa à discussão do Processo de Bolonha nas Faculdades. A proposta (Doc. 46/2006) foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 42/2006 de 1 de Fevereiro

Aprova a Calendarização das acções com vista à implementação das reformas de Bolonha no ano lectivo 2007/2008. A proposta (Doc. 44/2006) foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 43/2006 de 1 de Fevereiro

Aprova a proposta para que a propina dos Doutoramentos sem parte lectiva, fixada em € 2500, passe para € 4500, pagável, no máximo, nos três primeiros anos, em prestações anuais de € 1500, na Faculdade de Economia. A proposta (Doc. 43/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.